

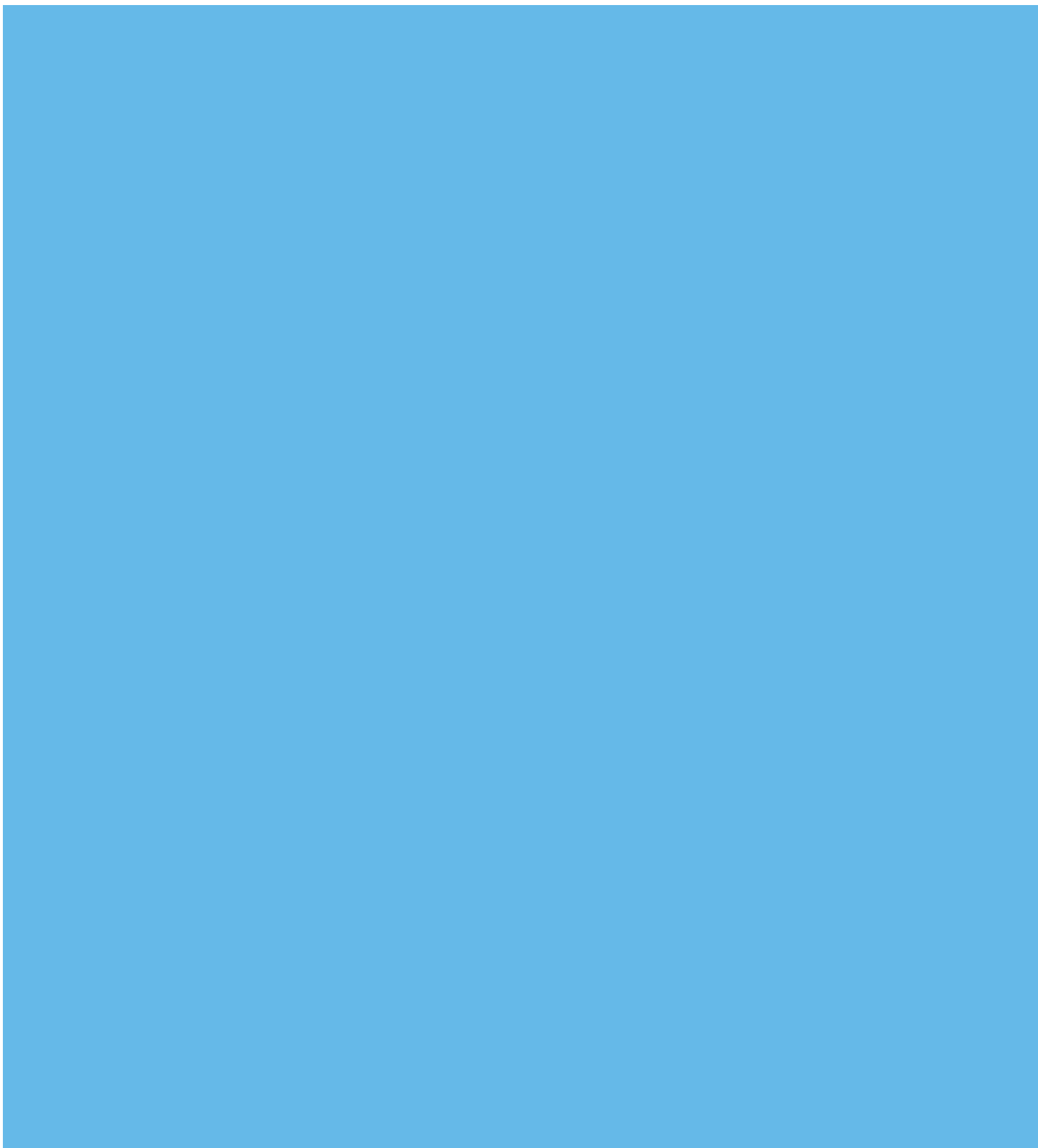
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2007

HISTÓRIA DO FUTURO



REN

Redes Energéticas Nacionais







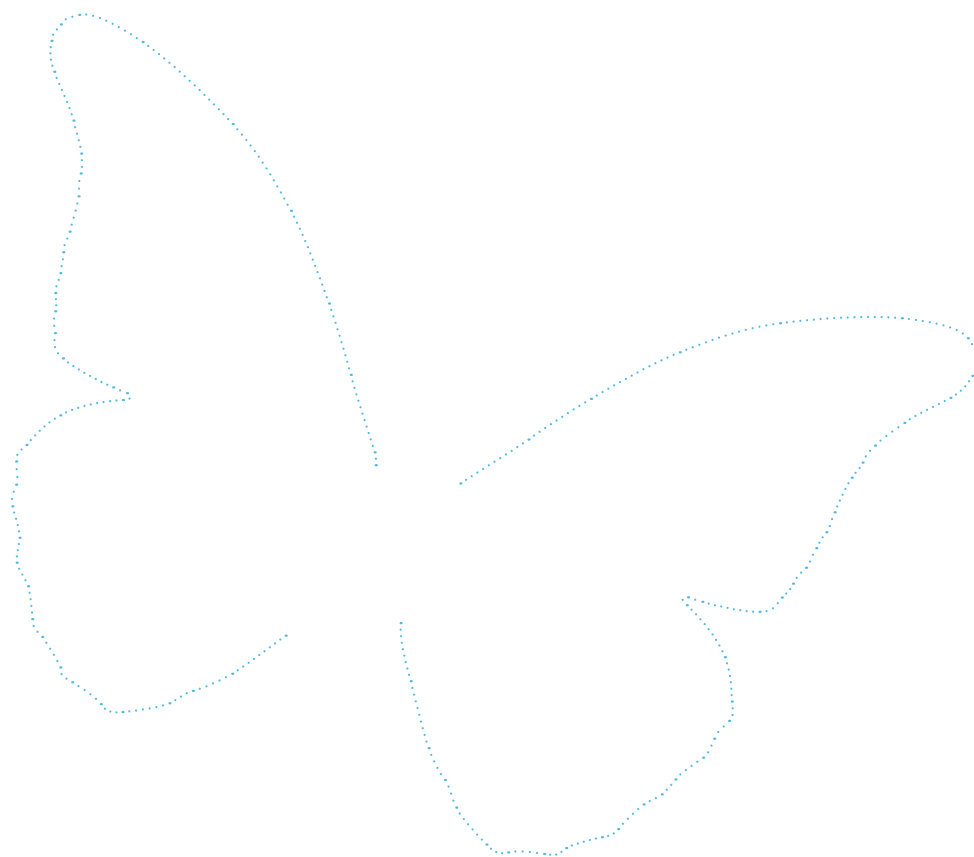
Este é um relatório CarbonoZero.

As emissões de gases com efeito de estufa associadas à sua produção foram compensadas através da capacidade de sequestro de 15 árvores, ao longo de um ano, na Herdade da Pernada, anulando o respectivo efeito no clima. Foram contabilizadas as emissões resultantes da produção da pasta e do papel, bem como da impressão de todos os seus exemplares, num total de 0,50 toneladas de CO₂eq.

A sua opinião conta e poderá ajudar-nos a melhorar futuras edições. Pode enviar questões, comentários ou sugestões para o seguinte endereço de correio electrónico sustentabilidade@ren.pt e/ou participar no inquérito sobre este relatório preenchendo o questionário disponível em www.ren.pt

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2007

HISTÓRIA DO FUTURO





HISTÓRIA DO FUTURO

“Os futuros, quanto mais vão correndo, tanto mais se vão chegando para nós, e nós para eles.”

Pe. António Vieira
(1608-1697)

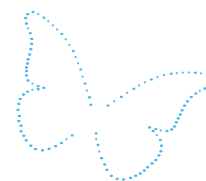
Em 2008 passam quatrocentos anos sobre o nascimento do Padre António Vieira, personalidade que ocupa um lugar cimeiro na história portuguesa e na literatura universal. Manteve uma actividade incansável ao longo da sua vida de missionário, político, defensor de causas e pensador. Deixou vasta obra escrita, sobretudo cartas e sermões manifestos do seu talento e originalidade como orador.

A propósito desta efeméride o tema do presente Relatório de sustentabilidade – história do futuro – deve-se ao título de uma das últimas obras de António Vieira, cuja delineação no livro antepreimeiro dá conta de um projecto vasto e ambicioso que não logrou acabar.

A maioria das citações que pontuam o relatório provém desta obra.



ÍNDICE



6	MENSAGEM DO PRESIDENTE
10	PERFIL
12	Perfil organizacional
18	Parâmetros do relatório
22	Governo societário
23	Compromissos com iniciativas externas
25	Envolvimento das partes interessadas
28	ENERGIA E SUSTENTABILIDADE: CONTEXTO ESTRATÉGICO
30	A REN no contexto da estratégia nacional para a energia
31	Estratégia empresarial
34	INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO
36	Desempenho económico
39	Presença no sector energético
41	Impactos económicos indirectos
44	INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL
46	Política e gestão ambiental
47	Iniciativas para avaliar e mitigar impactes ambientais
51	Impacte visual e paisagístico
53	Consumos energéticos
54	Utilização do domínio hídrico
56	Emissões atmosféricas
57	Gestão de resíduos
58	Biodiversidade
62	Custos ambientais
63	Controlo e supervisão ambiental
64	INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL
66	Gestão do capital humano
73	Direitos humanos
73	Sociedade
79	Responsabilidade pelo produto
80	ANEXOS
80	Compromissos
88	Referências cruzadas
98	Indicadores
110	Relatório de verificação





MENSAGEM DO PRESIDENTE

É com enorme prazer que publicamos a terceira edição do Relatório de Sustentabilidade da REN. Este relatório, que abrange pela primeira vez um exercício completo com inclusão das empresas do gás natural, constitui um instrumento privilegiado de reporte regular aos nossos *stakeholders* sobre o desempenho da REN nos três pilares da sustentabilidade, e foi elaborado, uma vez mais, segundo as Directrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). Este documento serve também de suporte comunicacional do progresso da aplicação pela REN dos dez princípios do *Global Compact*, compromisso que assumimos de forma dedicada perante o Secretário-Geral das Nações Unidas.

O ano 2007 representou um grande desafio para as empresas do Grupo, quer do ponto de vista organizativo quer do ponto de vista do relacionamento com os seus *stakeholders*. A REN alterou a sua estrutura societária, constituindo uma *holding* para a gestão das actividades do Grupo, preparando-se assim para a Oferta Pública Inicial de parte do capital accionista da empresa, actividade que mobilizou a maioria dos colaboradores no 1.º semestre de 2007. O sucesso desta operação, que teve uma sessão especial em bolsa no dia 9 de Julho, foi muito significativo, com a procura dos títulos da REN a ultrapassar largamente a oferta (mais de 107 vezes) e atraindo um número expressivo de accionistas (perto de 200 mil), especialmente pequenos subscritores.

O plano de investimentos da REN tem sido bastante ambicioso nos últimos anos, designadamente na Rede Eléctrica Nacional onde, uma vez mais, foi superada a fasquia dos 200 milhões de euros. Vamos dar continuidade a este esforço de investimento, que se estima em cerca de 290 milhões de euros por ano durante o próximo triénio. Neste montante está incluída uma parcela destinada ao desenvolvimento das infra-estruturas de gás natural, designadamente o terceiro tanque de armazenamento de gás natural liquefeito do terminal de Sines, a construção de mais duas cavernas de armazenamento de gás no Carriço e os gasodutos para ligação às novas centrais de ciclo combinado.

A preocupação com a preservação do meio ambiente está embebida na nossa actividade diária e nos processos de decisão relacionados com novos investimentos na expansão e remodelação das infra-estruturas de transporte de energia e armazenamento de gás natural. É neste contexto que destaco a publicação, em 2007, do Guia Metodológico de Avaliação de Impacte Ambiental de infra-estruturas da Rede Nacional de Transporte de Electricidade – Linhas Aéreas. Este guia, elaborado em parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente, constitui um documento de referência para a elaboração de Estudos de Impacte Ambiental deste tipo de infra-estruturas e respectivos processos de Avaliação de Impacte Ambiental.

Em 2007 também iniciámos o processo de avaliação ambiental estratégica do Plano de Investimentos da Rede de Transporte (PDIRT) para o período 2009-2014, na sequência da transposição para a ordem jurídica nacional da Directiva Europeia sobre Avaliação Ambiental Estratégica de Planos e Programas. Considero esta prática fundamental para, ainda numa fase de pré-conceptualização, se proceder à integração sistemática das incidências e critérios ambientais na análise comparativa das várias alternativas de expansão da rede de transporte de electricidade. O PDIRT e a respectiva avaliação ambiental foram apresentados e debatidos publicamente já em 2008.

No quadro do relacionamento com os nossos *stakeholders*, foi preparado em 2007 um inquérito para avaliar as expectativas e satisfação dos clientes da REN, adoptando uma metodologia compatível com a do European Customer Satisfaction Index (ECSI). Para a REN, os clientes são não só os consumidores, mas também os demais intervenientes no mercado da electricidade: produtores, distribuidores, comercializadores, operadores de mercado e congéneres. Numa primeira fase, o estudo abrangeu os clientes da Rede Eléctrica Nacional, embora esteja prevista a sua extensão a outras empresas do Grupo a partir de 2008.

Não obstante o continuado esforço que temos desenvolvido para encontrar soluções equilibradas e proporcionais aos riscos envolvidos, assistimos em 2007 ao aumento da contestação pública a projectos de investimento na rede eléctrica, traduzido na criação de diversos movimentos cívicos de oposição à instalação de novas linhas de Muito Alta Tensão. Esta situação veio realçar a necessidade da REN melhorar a sua comunicação externa e de aperfeiçoar os mecanismos de envolvimento de algumas partes interessadas em processos de tomada de decisão.

No âmbito do principal foco de contestação, os campos eléctricos e magnéticos, continuamos a concretizar um rigoroso plano de monitorizações, de forma sistemática e regular, particularmente nas situações mais desfavoráveis, sendo de assinalar que os valores registados são significativamente inferiores aos recomendados pelo Committee on Epidemiology da International Commission for Non-Ionizing Radiation Protection (ICNIRP), consagrados na legislação em vigor e que já observam o princípio da precaução.

O ano 2007 fica também, e uma vez mais, assinalado pela manutenção da excelência operacional da REN, traduzida num tempo de interrupção equivalente inferior a um minuto na rede eléctrica e em índices de disponibilidade próximos dos 100% para a rede e instalações de gás natural. De realçar que os resultados alcançados são considerados muito positivos no contexto europeu.



Sabemos que o ano 2008 vai ser muito importante para a consolidação da nossa presença no mercado de capitais e da nossa cultura de grupo. Neste campo gostaria de salientar o início da actividade da REN Serviços em Abril de 2008, a empresa de serviços partilhados do Grupo com a qual se espera obter ganhos de eficiência. E por falar em eficiência, é com bastante expectativa que aguardamos a definição do novo modelo regulatório, cujas bases conceptuais foram já publicamente apresentadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e que incluem diversos mecanismos de incentivo à eficiência, que a todos aproveitam.

Reafirmo a vontade da REN em potenciar o relacionamento com os nossos principais *stakeholders* e de assegurar que a relação de confiança que com eles mantemos seja continuamente melhorada e alicerçada. É nossa ambição garantir que as redes de confiança se perpetuem e façam parte da história do futuro.

José Penedos





Perfil

PERFIL

PERFIL ORGANIZACIONAL

Denominação (2.1)

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Marca e serviços (2.2)

Marca e assinatura



Redes de Confiança

Atributos da marca

- Imparcialidade
- Eficiência
- Excelência de serviço
- Dinamismo
- Sustentabilidade

Serviços

Gestão de participações noutras sociedades que exercem actividades nos sectores do transporte de electricidade, do transporte e armazenamento de gás natural e da recepção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito.

Mediante contratos celebrados com o Estado Português, as empresas participadas são concessionárias dos serviços públicos de:

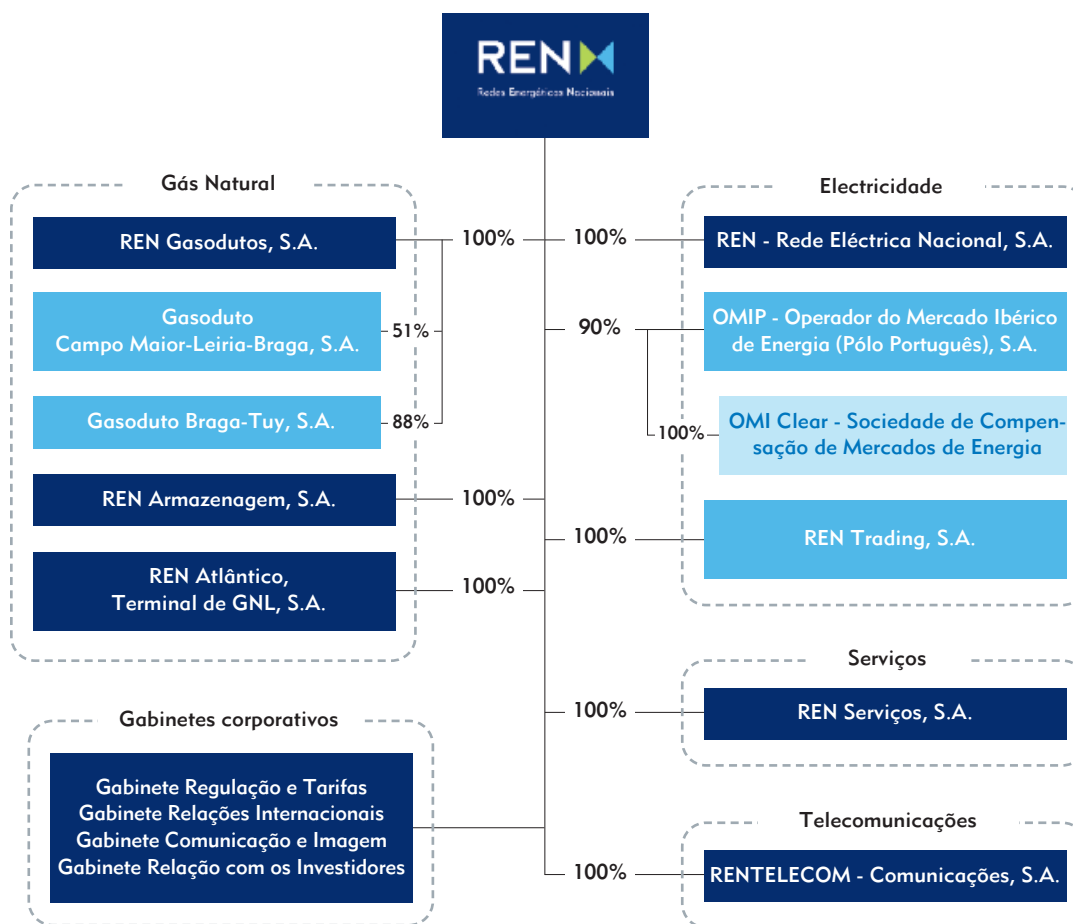
- Gestão global do sistema eléctrico de serviço público, exploração da rede de transporte de electricidade e construção das infra-estruturas que a integram (REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.);
- Recepção, transporte e entrega de gás natural através da rede de alta pressão e construção e exploração das infra-estruturas que a integram (REN Gasodutos, S.A.);
- Recepção, injeção, armazenamento subterrâneo, extracção, tratamento e entrega de gás natural, bem como a construção e exploração das respectivas infra-estruturas (REN Armazenagem, S.A.);
- Recepção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) em terminal de GNL, bem como a construção e exploração das respectivas infra-estruturas (REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.).

Contratação

A construção e a exploração das infra-estruturas de electricidade e gás natural envolvem um volume significativo de contratação externa, quer para o fornecimento de materiais, produtos e equipamentos quer para a prestação de serviços. Na fase de construção, destaca-se a contratação de estudos (impacte ambiental, cartografia, geotécnicos, entre outros), de engenharia de projecto e de empreitadas de construção e montagem. Na fase de exploração, avulta a contratação de serviços de inspecção, serviços de manutenção de equipamentos e sistemas e serviços de operação – estes apenas no caso da armazenagem subterrânea de gás natural –, bem como os fornecimentos de consumíveis.

Estrutura operacional (2.3)

Figura 1 - Estrutura societária



Sede social (2.4)

Av. dos Estados Unidos da América, 55 – 1749-061 Lisboa, Portugal

Países em que opera (2.5)

Portugal continental

Tipo e natureza jurídica da propriedade (2.6)

Sociedade anónima com capital social de 534 milhões de euros

Mercados abrangidos (2.7)

Mercados da electricidade e do gás natural. A implantação das infra-estruturas no território mostra-se nos mapas das redes eléctrica e de gás natural, que podem ser consultados no site da REN. A posição das empresas concessionárias de serviço público nos sistemas nacionais de electricidade e gás natural figura nos diagramas dos respectivos sistemas.

Figura 2 - Posição do operador da rede de transporte no conjunto do sistema eléctrico nacional

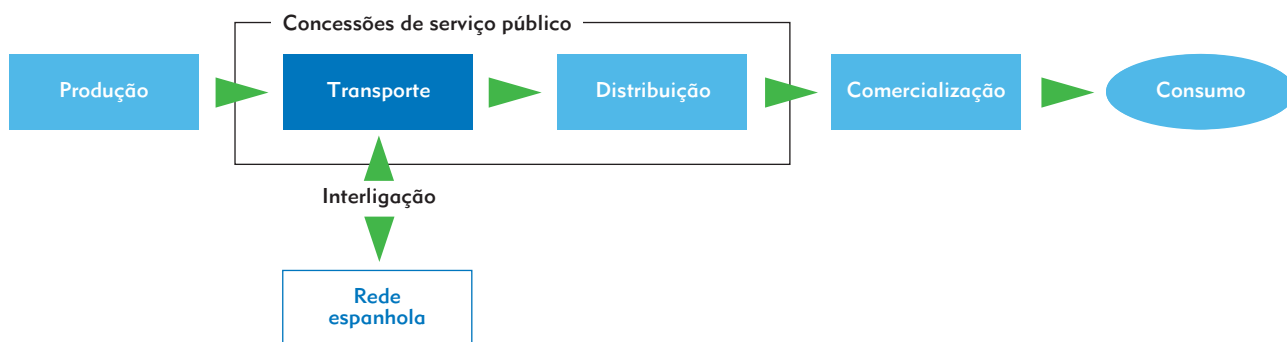
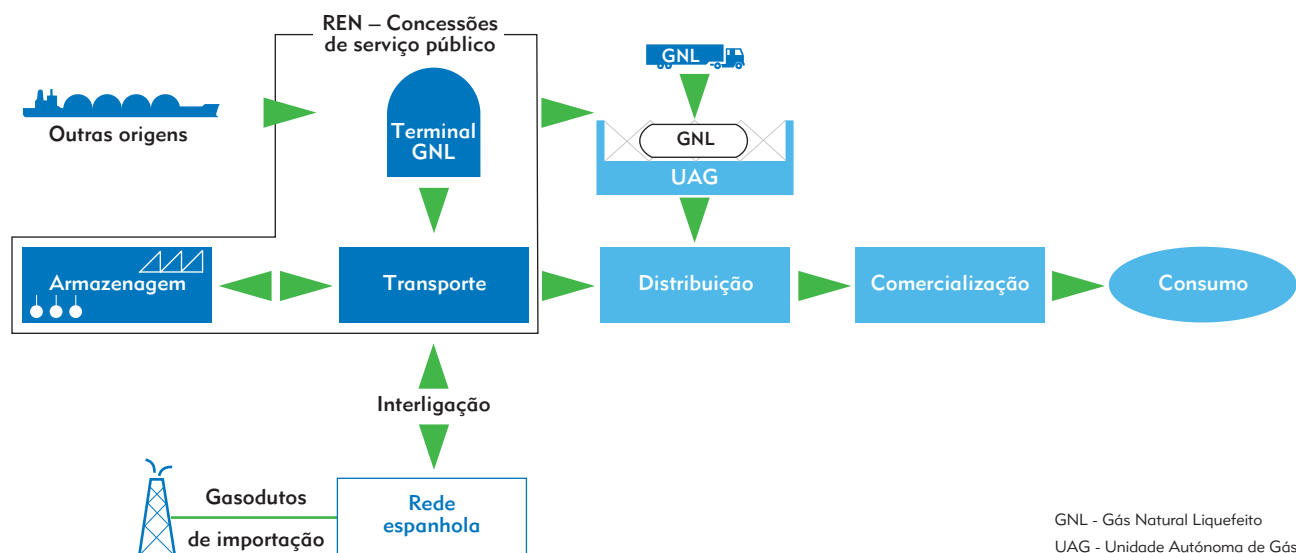


Figura 3 - Posição das concessionárias de serviço público da REN no conjunto do sistema nacional de gás natural

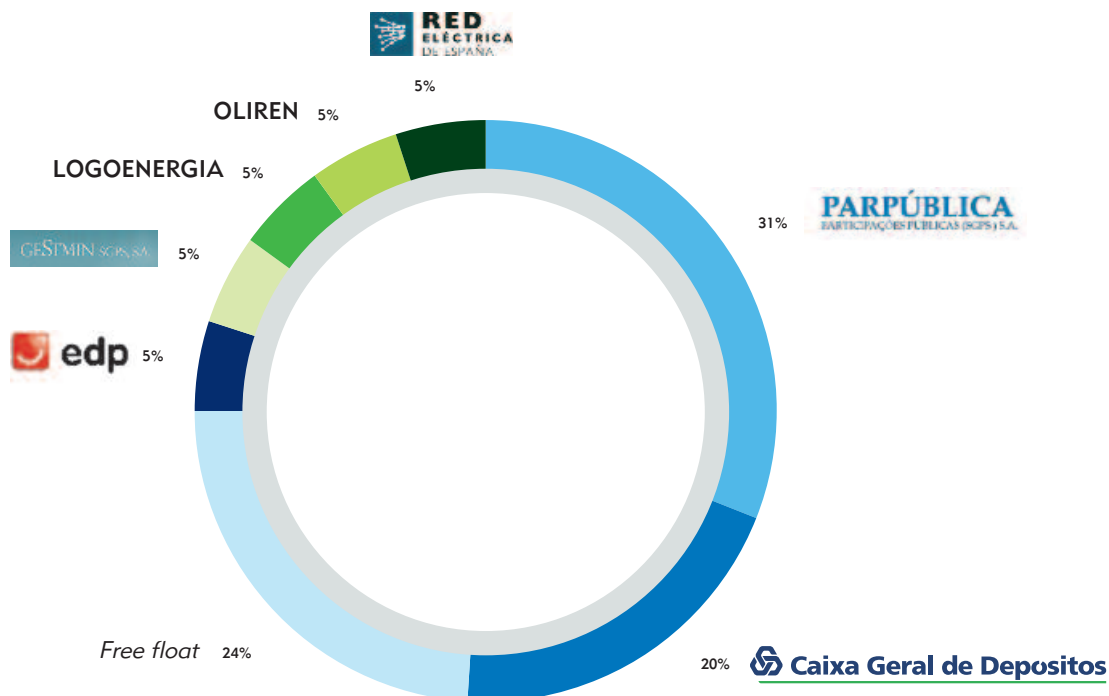


Dimensão (2.8)

	2007	2006	
Número de trabalhadores	802	794	
Vendas e prestações de serviços*	555	3 175	Milhões de euros
Capitalização total			
Capital próprio*	1 006	1 031	Milhões de euros
Passivo*	2 959	2 930	Milhões de euros
Quantidade de produtos disponibilizados			
Consumo total nacional de energia eléctrica	50 047	49 176	GWh
Energia eléctrica total fornecida pela REN	49 304	39 090	GWh
Procura nacional de gás natural	4,07	3,83	Bilhões de m³ (n)
Energia equivalente ao gás natural	48 453	45 567	GWh
Activo total líquido*	3 965	3 969	Milhões de euros

*Valores consolidados, formato IFRS (normas internacionais de relato financeiro)

Figura 4 - Estrutura accionista (posições conhecidas a 31 de Dezembro de 2007)



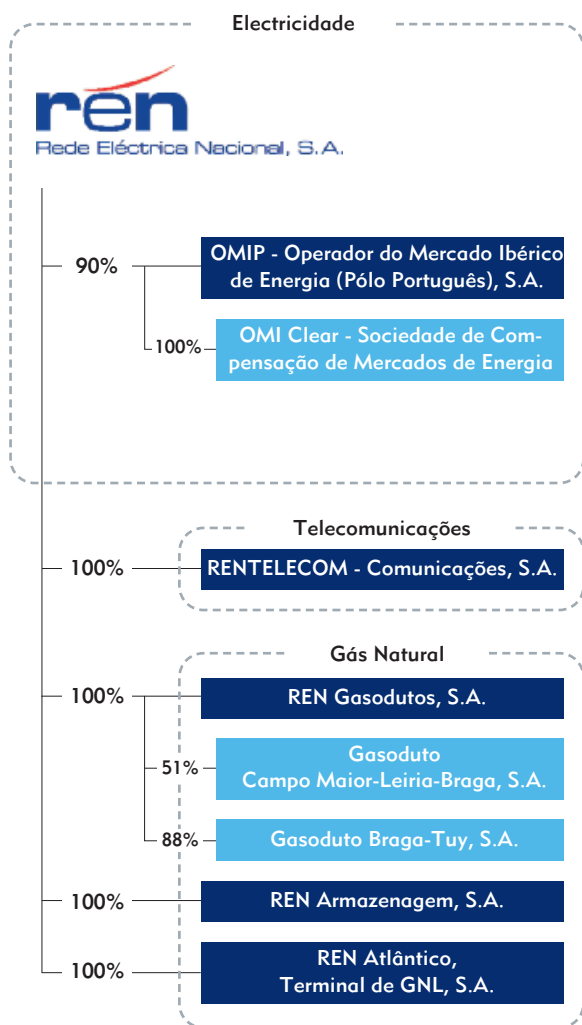
Principais alterações (2.9)

Da estrutura organizacional:

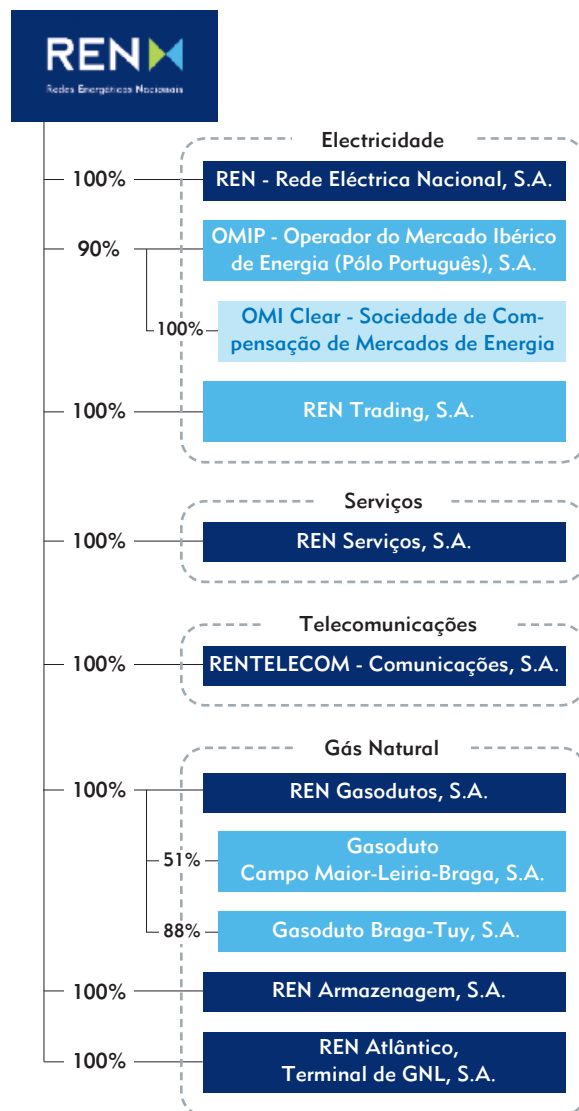
- Criação da sociedade de participações sociais com a denominação de REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., a partir da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.;
- Constituição das empresas REN Trading, S.A., e REN Serviços, S.A.

Figura 5 - Alterações na estrutura organizacional da empresa

5 de Novembro de 2006



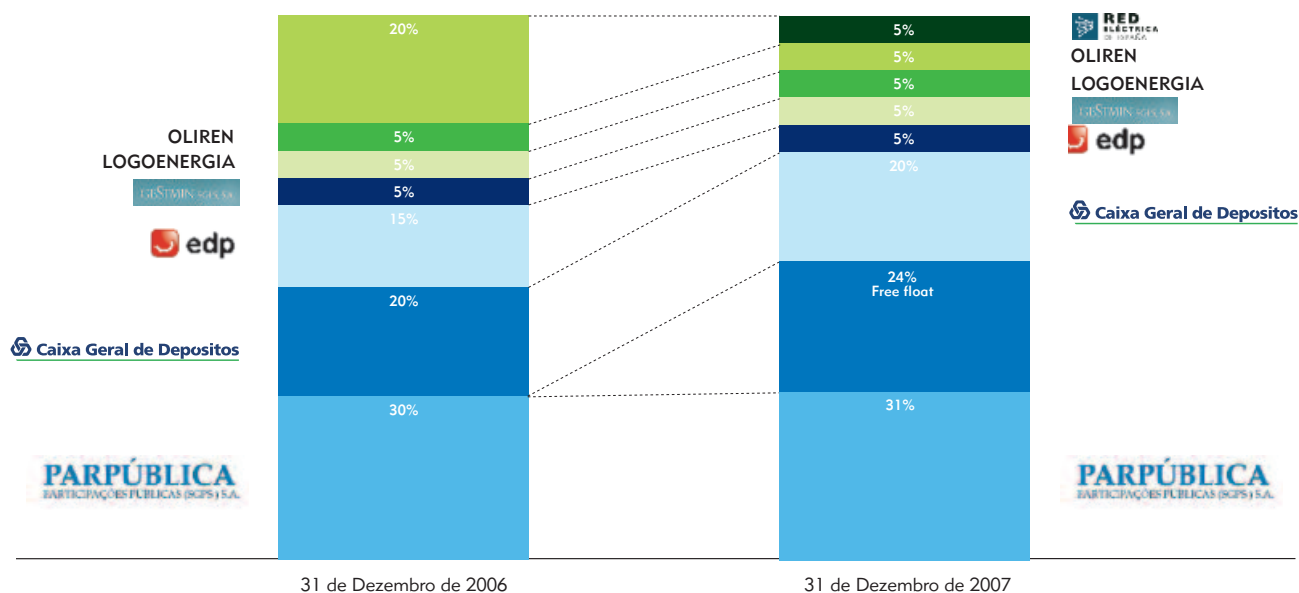
31 de Dezembro de 2007



Da estrutura accionista:

- Aquisição pela Parpública de 20% do capital da REN que era detido pelo Estado Português;
- Venda pela EDP de 5% do capital da REN à REE;
- Venda pela Parpública e EDP de 24% e 5% do capital da REN, respectivamente (operação pública de venda).

Figura 6 - Alterações na estrutura accionista da empresa



Prémios (2.10)

Nenhuma das empresas do Grupo recebeu qualquer prémio no ano 2007.

Caracterização das infra-estruturas

Electricidade	2007	2006		Gás natural	2007	2006	
Comprimento de linhas de transporte (EU3)				Gasodutos			
150 kV	2 661	2 431	km	Primeiro escalão	1 218	1 218	km
220 kV	3 177	3 080	km	Estações			
400 kV	1 588	1 507	km	Derivação	46	46	
Instalações				Derivação para ramais industriais	15	15	
Subestações	51	49		Válvulas de seccionamento	41	41	
Postos de corte e seccionamento	12	10		Medição de fronteira	1	1	
Potência de transformação				Regulação e medida	70	69	
Autotransformação	8 346	7 871	MVA	Terminal de GNL			
Transformação	14 526	13 264	MVA	Depósitos de GNL	2x120 000	2x120 000	m³
				Armazenagem subterrânea			
				Cavernas de armazenamento**	65 500 000	76 600 000	m³ úteis

**O volume indicado em 2006 resultou da operação de primeiro enchimento das cavernas. O volume indicado em 2007 expressa a capacidade máxima disponível para fins comerciais, a qual é condicionada pela termodinâmica específica da armazenagem de gás natural em alta pressão em cavidades salinas.

PARÂMETROS DO RELATÓRIO

PERFIL DO RELATÓRIO
Período abrangido (3.1)
Ano civil de 2007
Data do último relatório (3.2)
11 de Julho de 2007
Ciclo de publicação (3.3)
Anual
Contacto (3.4)
sustentabilidade@ren.pt – www.ren.pt

ÂMBITO E LIMITES DO RELATÓRIO
Definição do conteúdo (3.5)

Entre os potenciais utilizadores do relatório de sustentabilidade estarão os intervenientes no mercado da energia, incluindo as empresas congéneres, entidades públicas, entidades ligadas ao ambiente e câmaras municipais, estabelecimentos de ensino superior e professores universitários, órgãos de comunicação social, fornecedores e entidades de que a REN é associada. Mais estreitamente ligados à empresa, os accionistas, os órgãos sociais e os trabalhadores.

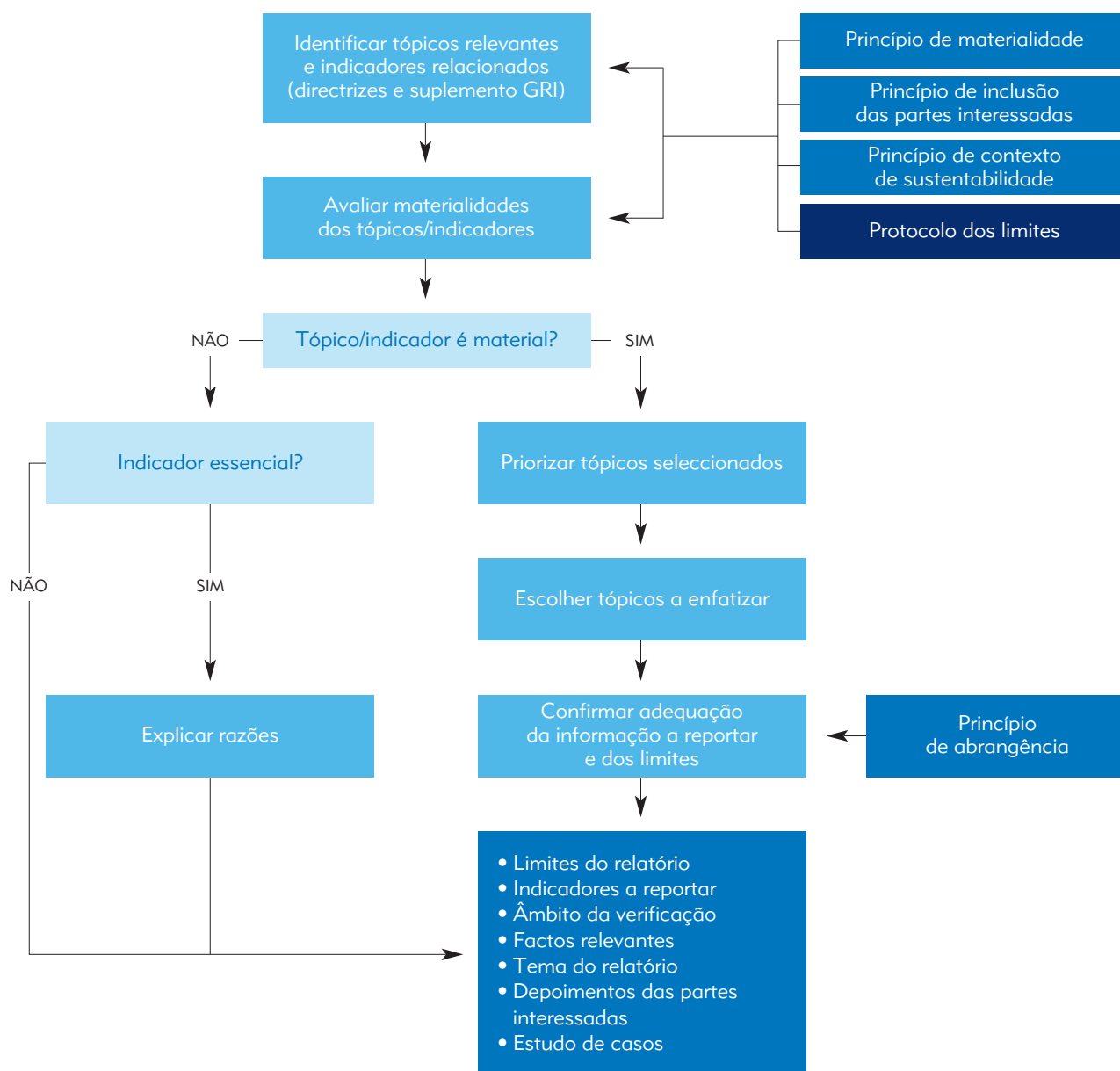
A definição do conteúdo do presente relatório teve em consideração:

- As directrizes GRI para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, na edição de 2006;
- O suplemento sectorial GRI para empresas de electricidade, na versão piloto de 2007;
- A avaliação das entidades a incluir, ponderando a significância dos respectivos impactes (Figura 9 - Matriz dos limites);
- A avaliação da materialidade dos indicadores dos referenciais mencionados, ponderando, nas vertentes económica, ambiental e social, a relevância dos aspectos e a importância dos impactes no contexto das actividades da empresa (Figura 7 - Matriz de materialidade);
- A opinião das partes interessadas sobre os relatórios anteriores obtida através de inquéritos;
- Os factos relevantes ocorridos em 2007;
- A aplicação das orientações das próprias directrizes (Figura 8 - Processo de definição do conteúdo do relatório).

Figura 7 - Matriz de materialidade - Critérios de reporte dos indicadores

		Indicadores		
		Essenciais	Adicionais	Sectoriais
Significância dos impactes	Alta	Grau de materialidade alto Reporte web e papel Com verificação independente		
	Média	Grau de materialidade médio Reporte web Com verificação independente		
	Baixa	Grau de materialidade baixo Sem impacte significativo Não reportado		
		Relevância dos indicadores		
		Não	Sim	

Figura 8 - Processo de definição do conteúdo do relatório



Limites (3.6) e Base para a elaboração (3.8)

Na Figura 9 assinalam-se as empresas cujos desempenhos são incluídos ou excluídos do presente relatório.

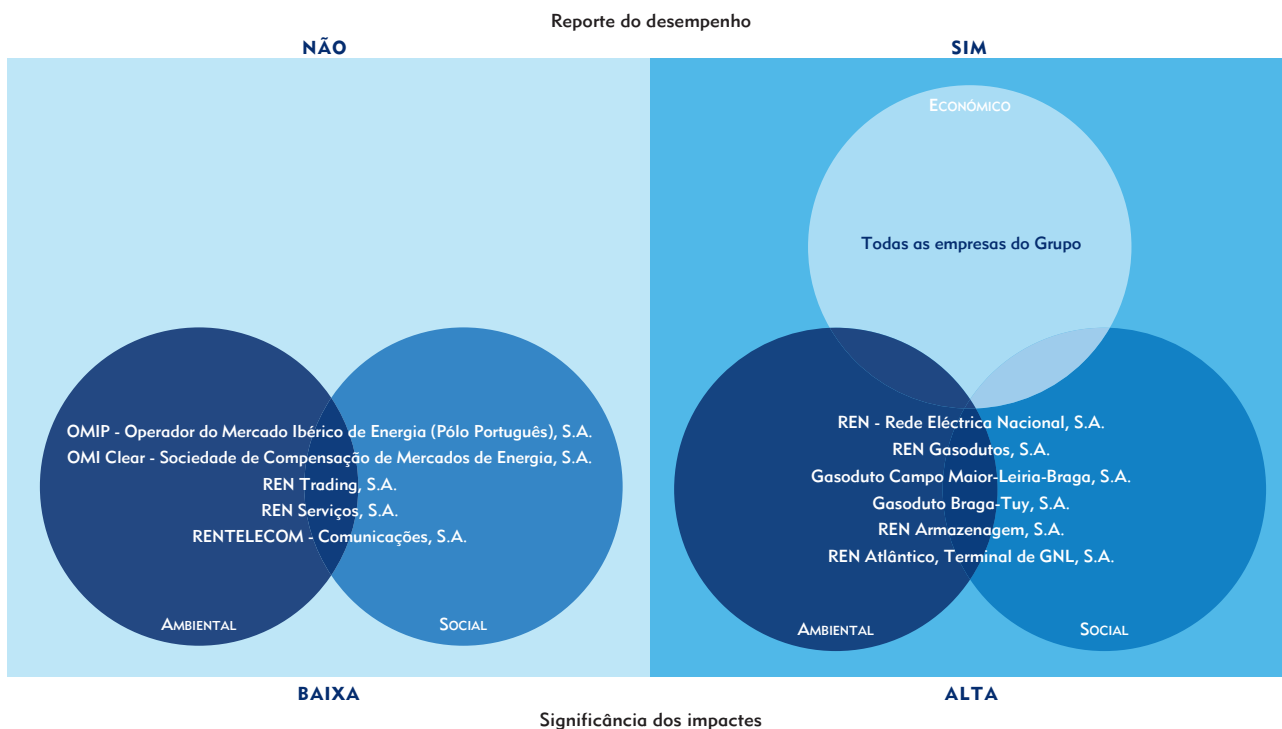
A REN detém o controlo das políticas e práticas financeiras e operacionais sobre todas as empresas do Grupo.

No que respeita ao desempenho económico, reportam-se os dados resultantes da consolidação das contas de todas as empresas do Grupo.

No que respeita aos desempenhos ambiental e social, reportam-se os dados das empresas operacionais da REN cujos impactos são mais significativos.

Os dados e indicadores relativos a fornecedores são apresentados apenas pontualmente e com a devida referência.

Figura 9 - Matriz dos limites



Limitações específicas (3.7)

Este relatório cobre todos os aspectos relevantes e apresenta os indicadores mais significativos, ou seja, aqueles cujo grau de materialidade é considerado médio/alto em cada uma das dimensões da sustentabilidade.

No que respeita às empresas controladas pela REN, só não é reportado o desempenho ambiental e social das empresas de serviços que, pela sua pequena dimensão relativa, produz impactes pouco significativos nestes domínios.

Os dados apresentados referem-se ao ano 2007, incluindo-se também os dados do ano anterior. No entanto, eventuais comparações devem ter em consideração que as empresas do gás natural só foram integradas no último trimestre de 2006.

A REN desempenha uma missão de utilidade pública associada a quatro concessões outorgadas pelo Estado Português, funcionando em regime de monopólio natural, não tendo controlo nem exercendo uma influência significativa sobre as decisões políticas e de regulação dos mercados e dos seus agentes.

Técnicas de medição e bases de cálculo (3.9)

Todos os indicadores, quer os quantitativos quer os de natureza qualitativa, estão definidos de uma forma clara e concisa no Anexo 3 (Indicadores), tendo sido aplicados, na generalidade e sem divergência substancial, os protocolos dos indicadores GRI.

Reformulações (3.10)

Os dados económico-financeiros que constam do relatório de sustentabilidade de 2006 baseiam-se nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, as quais incluem apenas três meses do negócio de gás natural, dado que a sua integração na REN foi efectuada no último trimestre de 2006. Assim, o ano 2007 assinala o primeiro ano completo da nova REN, integrando a electricidade e o gás.

As demonstrações financeiras consideradas no presente relatório foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, enquanto que no relatório do ano anterior foram apresentadas em conformidade com os princípios, critérios e métodos enunciados no Plano Oficial de Contabilidade (POC).

A aplicação das IFRS faz com que os valores económico-financeiros de 2006, apresentados neste relatório, difiram dos publicados no relatório de sustentabilidade do ano anterior.

Na informação sobre desempenho ambiental foi alterado o método de cálculo das emissões indirectas de gases com efeito de estufa com origem no consumo de electricidade e em perdas na rede eléctrica, tendo sido utilizado o factor de emissão apresentado para o sistema eléctrico nacional na Portaria 63/2008 de 21 de Janeiro.

No relatório de sustentabilidade relativo a 2006 tinha sido utilizado um factor de emissão calculado como o quociente entre as emissões de gases com efeito de estufa, apresentadas para o sector *Public Electricity and Heat Production* na comunicação de Portugal à Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, e dados estatísticos publicados pela Direcção-Geral de Energia e Geologia sobre o consumo de electricidade em Portugal.

Alterações significativas (3.11)

O presente relatório:

- foi elaborado considerando as directrizes GRI, edição de 2006;
- teve em consideração a versão piloto de Dezembro de 2007, do suplemento sectorial para empresas de electricidade, enquanto no relatório anterior foi considerada a versão de rascunho daquele suplemento, de Janeiro de 2007, o que ocasionou algumas alterações a nível dos indicadores específicos;
- é corporativo; o relatório anterior apenas incluiu informação das empresas do negócio do gás natural respeitante ao último trimestre do ano;
- no que respeita ao desempenho ambiental, inclui as empresas do negócio do gás natural: REN Gasodutos, REN Armazenagem e REN Atlântico; no relatório anterior, os valores apresentados diziam respeito apenas à REN - Rede Eléctrica Nacional.

Índice de conteúdo GRI (3.12)




Na tabela de referências cruzadas identificam-se as informações e os indicadores das directrizes GRI e do suplemento sectorial para empresas de electricidade pelo seu código, descrição e tipo, bem como o local de reporte e a razão da omissão de informação sobre os indicadores.

Mencionam-se também os princípios do *Global Compact* associados aos indicadores das directrizes GRI, conforme o anexo A do documento *Making The Connection - The GRI Guidelines and the UNGC Communication on Progress*.

A partir desta tabela acede-se à informação sobre os indicadores reportados – na parte descritiva do relatório bem como nas tabelas de dados –, à avaliação de materialidade, às declarações dos princípios do *Global Compact*, bem como à caracterização dos níveis de aplicação das directrizes GRI.

Este relatório satisfaz o requerido no nível de aplicação B das directrizes GRI para relatórios de sustentabilidade. O nível de aplicação das directrizes GRI foi objecto de confirmação por terceira parte, a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC Lda. e pela GRI.

Figura 10 - Nível de Aplicação

	Nível de aplicação		C	C+	B	B+	A	A+
Obrigatória	Autodeclaração							
Opcional	Confirmação por terceira parte							
	Confirmação pela GRI - Global Reporting Initiative							

Verificação (3.13)

Os indicadores de desempenho económico, ambiental e social das directrizes GRI e do suplemento sectorial para empresas de electricidade com grau de materialidade alto foram sujeitos a verificação independente pela PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., cujo relatório de verificação independente se inclui em anexo.

GOVERNO SOCIETÁRIO

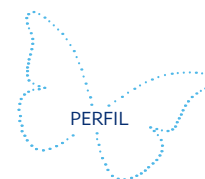
Governo societário (4.1 – 4.10)

“ Nós somos o que fazemos.
O que não se faz não existe.
Portanto, só existimos nos dias em que fazemos.
Nos dias em que não fazemos apenas duramos ”

Pe. António Vieira

Conjuntamente com o relatório e contas do exercício de 2007 foi publicado o primeiro relatório de governo societário da REN. Como este documento – que adopta o código do governo das sociedades cotadas da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – também dá resposta aos tópicos das directrizes GRI respeitantes a esta matéria, optou-se por não repetir no presente relatório essa informação. Através do índice de conteúdo GRI é possível endereçar directamente para os capítulos correspondentes do relatório de governo societário.





COMPROMISSOS COM INICIATIVAS EXTERNAS

Abordagem ao princípio da precaução (4.11)

“Melhor é que sobejem os remédios à cautela, do que faltem à providência.”

Pe. António Vieira
História do Futuro

O princípio da precaução é o princípio 15 da Declaração do Rio que consta do relatório da Conferência das Nações Unidas sobre ambiente e desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro.

Princípio da precaução

Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

As actividades desenvolvidas pela REN podem gerar impactes, os quais se procura identificar, evitar, controlar ou mitigar de forma sistemática. O princípio da precaução está presente nas diferentes fases do ciclo de vida das instalações e infra-estruturas do Grupo e nas correspondentes actividades, designadamente, no planeamento de médio e longo prazo, no projecto, na construção, operação, manutenção e desactivação em fim de vida.

Para mais informação sobre a aplicação do princípio da precaução ver os capítulos de Desempenho Ambiental e Desempenho Social.

Participação em iniciativas (4.12)

A REN é associada do BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e nesta qualidade tem divulgado, participado e apoiado as suas iniciativas.

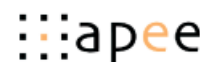
Já em Fevereiro de 2008, a REN patrocinou a tradução da publicação do *WBCSD Energia para um futuro sustentável*, cujo lançamento decorreu nas instalações da empresa.

Também no contexto da sua participação nas actividades do BCSD Portugal, a REN aderiu desde a sua primeira edição, em 2005, ao projecto *Young Managers Team Portugal*, que visa o desenvolvimento de competências em questões de sustentabilidade. Desde então, todos os anos, jovens quadros da REN, até agora seis no total, têm vindo a participar neste projecto.

A REN é também associada da APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, entidade que dirige a Rede Portuguesa *Global Compact*, formalmente constituída em 2007, cuja missão é contribuir para a divulgação, implementação e dinamização, em Portugal, dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas, a que a REN aderiu em 2005.

A APEE tem vindo a promover a realização de um evento anual de alguma notoriedade – a semana da responsabilidade social. Na segunda edição deste evento, em 2007, a REN teve oportunidade de fazer uma apresentação sobre o tema “Valor acrescentado de aderir ao *Global Compact*” que se centrou nos três princípios de protecção ambiental.

Em 6 de Fevereiro de 2007, o Conselho de Administração da REN publicou a declara-



ção de política de responsabilidade social, tendo nela assumido, entre outros, o compromisso de “pugnar pelo respeito efectivo dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, das principais convenções da Organização Internacional do Trabalho sobre normas laborais e da iniciativa *Global Compact* das Nações Unidas”.



A implementação desta política é um dos objectivos assumidos para o triénio 2007-2009, tendo sido já iniciadas diversas acções conforme se dá conta adiante. No entanto, a sua implementação está a ser efectuada de forma progressiva e em sintonia com o desenvolvimento e implantação de um sistema de gestão da responsabilidade social, que se pretende integrado nas operações da REN e com os restantes sistemas de gestão.

Participação em associações (4.13)

A REN participa em diversas associações e outras organizações do sector da energia à escala nacional e internacional, integrando-se, normalmente, nos projectos e comissões por elas dinamizados.

- Associações em que exerce funções nos órgãos de governação:



Instituto Português de Corporate Governance, desde 2005, integrando o presidente da REN o respectivo Conselho Geral.



Associação Portuguesa de Energia, em que preside à direcção.



Union for the Co-ordination of Transmission of Electricity, uma associação dos operadores de sistemas de transporte da Europa continental. Em Novembro de 2007, o presidente da REN foi reeleito como presidente do *Bureau* para o mandato de 2008-2009, depois de ter cumprido um primeiro mandato nos dois anos anteriores.

- Outras associações do sector eléctrico:



Conseil International des Grands Réseaux Électriques



European Transmission System Operators



Union of the Electricity Industry

IESOE

Interconnexion de l'Electricité du Sud-Ouest de l'Europe

- Outras associações do sector gás natural:



Gas Infrastructure Europe



European Gas Pipeline Incident Data Group

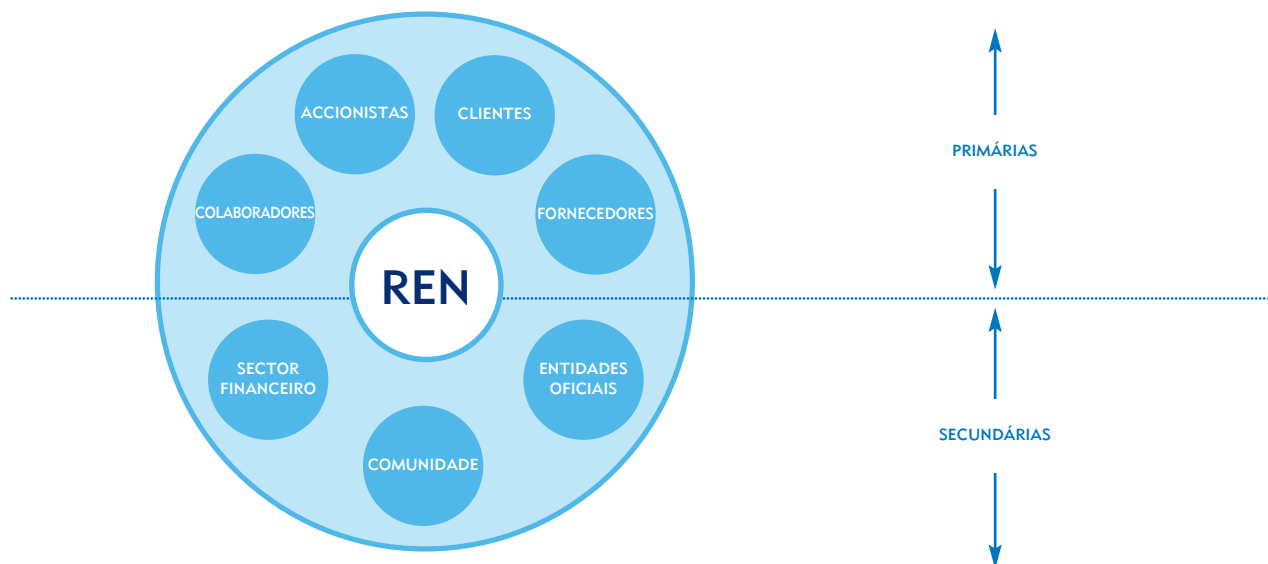
ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Envolvimento das partes interessadas (4.14 - 4.15 - 4.16 - 4.17)

“Tanto mais fácil é unir distâncias e vontades, que casar opiniões e entendimentos.”

Pe. António Vieira
Sermão histórico e panegírico nos anos
da rainha D. Maria Francisca de Sabóia

Figura 11 - Identificação e categorização das partes interessadas da REN



As partes interessadas (*stakeholders*) são grupos ou indivíduos que podem afectar e/ou ser afectados por uma organização, i.e., pelos seus produtos, serviços, actividades ou desempenho. Esta definição, adaptada da *AA 1000 Stakeholder Engagement Standard*, norma que a REN tem como referência no projecto de melhoria do relacionamento com as partes interessadas, não inclui, portanto, todos aqueles que possam ter conhecimento ou opiniões acerca de uma organização.

Na REN, agruparam-se as partes interessadas em duas categorias: **primárias** – as que podem afectar a sua sobrevivência –, e **secundárias** – as que podem afectar os seus objectivos.

Figura 12 - Teste das seis dimensões

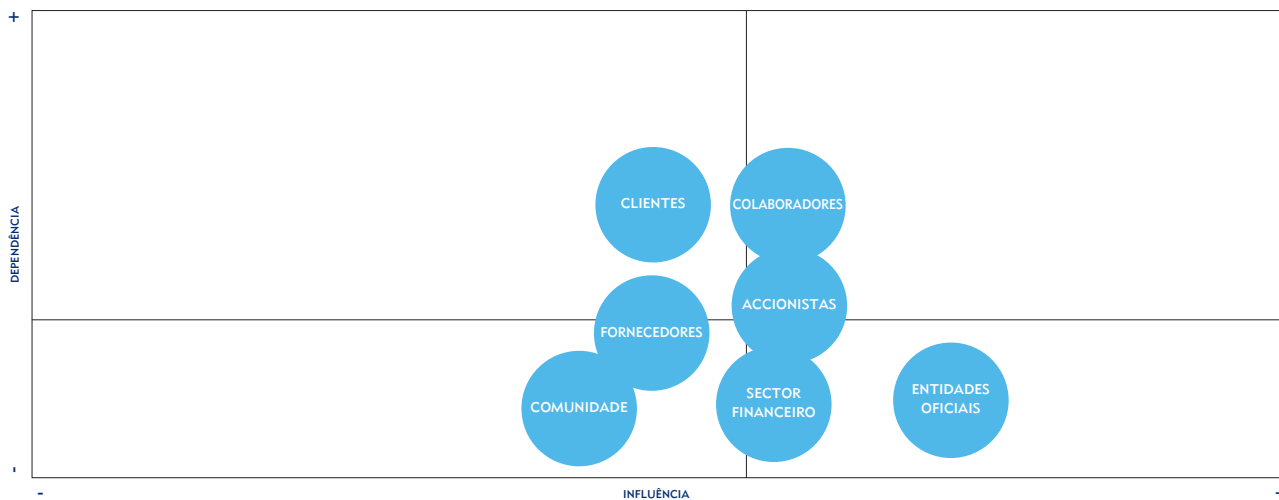


Na primeira categoria incluem-se os grupos **clientes, fornecedores, accionistas e colaboradores** e na segunda categoria os grupos **comunidade, sector financeiro e entidades oficiais**.

A identificação dos grupos de interesse teve por base os critérios da norma AA 1000 SES estabelecidos no teste das seis dimensões (ver Figura 12).

Um indivíduo ou uma organização pode ter vários papéis, por exemplo, ser simultaneamente accionista e cliente e nesta qualidade ocupar diversas posições da fileira da electricidade: produtor, distribuidor e comercializador. A avaliação dos principais subgrupos, segundo a sua influência e dependência, permitiu traçar mapeamentos para identificar os de maior importância para a empresa (ver Figura 13).

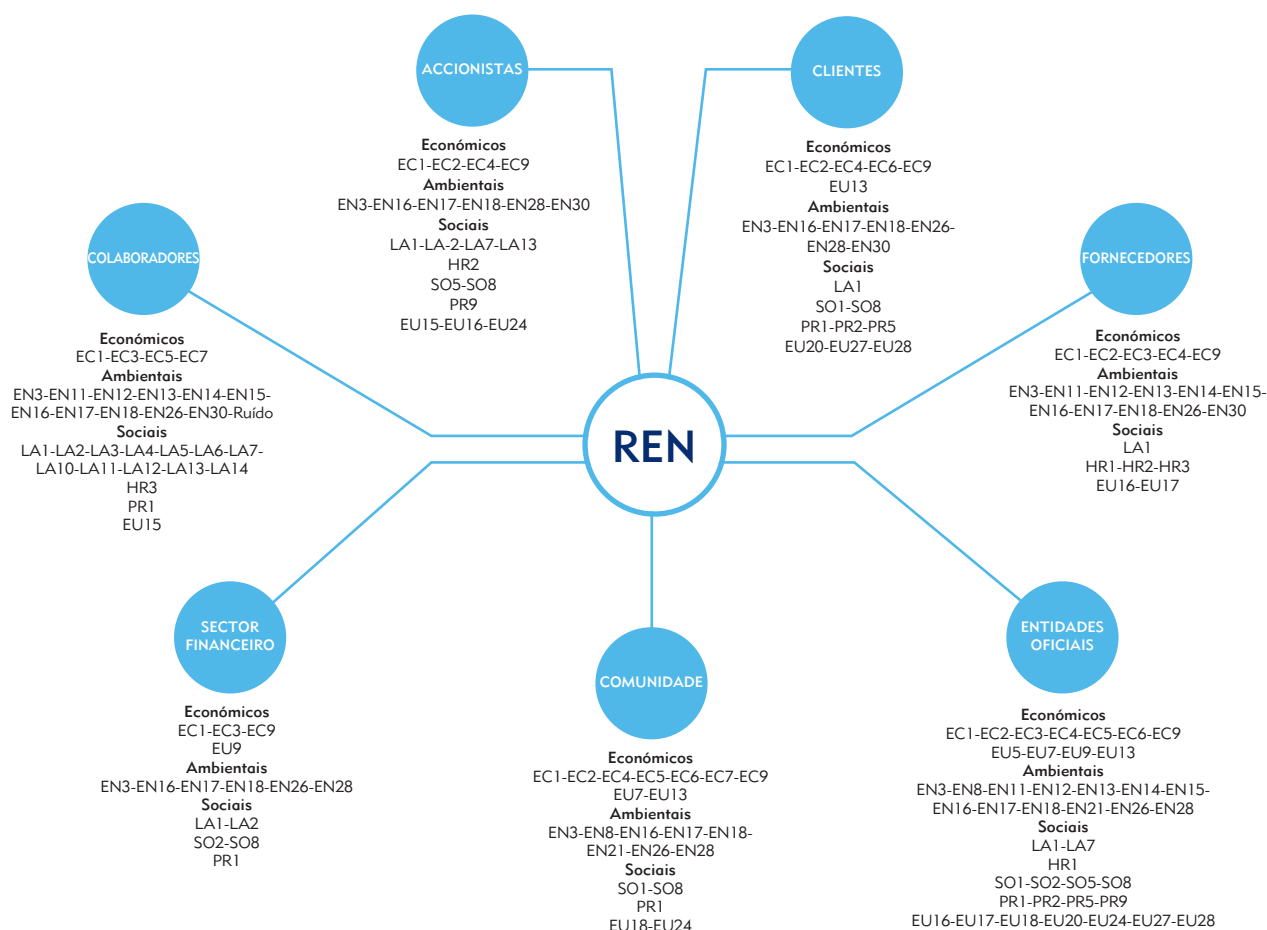
Figura 13 - Avaliação da influência e dependência dos principais subgrupos de partes interessadas



Em 2007 realizaram-se dois inquéritos relativos ao relatório de sustentabilidade de 2006, que permitiram: i) identificar expectativas quanto ao tipo de informação e importância dos respectivos assuntos (inquérito preliminar) e ii) recolher opiniões sobre o relatório publicado.

A conjugação da informação obtida através destes inquéritos, com a avaliação interna da materialidade dos indicadores e informações das directrizes e do suplemento sectorial da GRI para as empresas de electricidade, permitiu associar a cada grupo de interesse os indicadores mais relevantes, conforme se mostra na Figura 14.

Figura 14 - Indicadores relevantes para cada grupo de interesse



No segundo semestre de 2007 iniciou-se um projecto de avaliação da qualidade apercebida e da satisfação dos clientes. Este projecto inclui a realização de três estudos anuais e usa uma metodologia alinhada com as melhores práticas existentes neste domínio, designadamente no projecto ECSI Portugal (índice nacional de satisfação do cliente). No primeiro estudo foi realizado um inquérito (tendo para o efeito sido efectuadas 55 entrevistas) junto dos intervenientes do mercado de electricidade: produtores, distribuidores, comercializadores, consumidores, operadores de mercado e congéneres. Não se incluíram os clientes/utilizadores das infra-estruturas de gás natural pois a reestruturação do sector ainda não estava estabilizada.

Os resultados obtidos nos diversos segmentos de clientes são globalmente positivos. A dimensão mais bem avaliada é a que se prende com os “Valores Éticos” exibidos pela REN, tendo sido especialmente apreciada a sua contribuição para a sociedade e o seu respeito pelo sigilo. Também a dimensão “Relacionamento Técnico e Contratual” apresenta boa classificação, sendo valorizado o agrado relativamente aos contactos estabelecidos com a REN, tanto a nível do primeiro contacto como do relacionamento continuado.



Energia e sustentabilidade: contexto estratégico



ENERGIA E SUSTENTABILIDADE: CONTEXTO ESTRATÉGICO

DEPOIMENTO

A Estratégia Nacional
para o Desenvolvimento Sustentável

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e o seu Plano de Implementação foram aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto, seis anos após a adopção da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável e um ano depois da sua revisão.

A ENDS enquanto instrumento orientador de políticas sectoriais, ou seja, a Estratégia das Estratégias, definiu como metas transversais: “Colocar Portugal em 2015 num patamar de desenvolvimento económico mais próximo da média europeia (...) e entre os primeiros vinte e cinco países mais competitivos do Mundo”. Metas estas ambiciosas, embora necessárias, face à conjuntura nacional, só serão atingidas se houver um forte empenhamento político e um diálogo efectivo entre governo, cidadãos e sector privado.

Na política energética, a ENDS poderia ir mais longe, promovendo uma efectiva articulação com a PEN^{a)} e o PNAC^{b)}. As referências à problemática energética v.g. emissões dos gases de efeito de estufa, energias renováveis, eficiência do uso e conservação, apenas reproduzem as propostas do PNAC 2004, não avançando com metas quantificadas e calendarizadas quanto a objectivos de: eficiência energética para a economia portuguesa, diversificação das fontes de energia primária ou redução da dependência externa de combustíveis fósseis.

Em Março último, foi apresentado o primeiro relatório intercalar de execução da ENDS, tendo como principal enfoque as energias renováveis e alterações climáticas. Estes documentos, contudo, só poderão traduzir a mutação da realidade se se assegurar uma informação objectiva e se promover o efectivo envolvimento dos cidadãos com base no recurso a metodologias participativas de acompanhamento da execução, com as revisões efectuadas por parceiros homólogos estrangeiros, designadas por “revisões pelos pares”.

a) Política Energética Nacional

b) Programa Nacional para as Alterações Climáticas

Prof. Mário Ruivo, Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

A REN NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA

Cumprindo o calendário previsto, a Oferta Pública Inicial da REN levou à dispersão do seu capital por várias dezenas de milhares de accionistas, a 9 de Julho de 2007. O sucesso da operação pode medir-se pela procura imensa que as acções tiveram. Consolida-se assim a desverticalização dos sectores da electricidade e do gás natural em Portugal.

Tratou-se dum processo em que a REN se empenhou, mais uma vez, num valioso contributo para a transparência do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), cujo arranque efectivo ocorreu a 1 de Julho de 2007 e que constituiu também um impulso significativo para o Mercado Ibérico do Gás Natural (MIBGAS), em preparação.

Ao mesmo tempo, completam-se os prazos legais para a execução de algumas das inovações introduzidas pela recente legislação estruturante do novo quadro do sector energético criado na sequência da publicação da “Estratégia Nacional para a Energia” a 24 de Outubro de 2005 (Resolução do Conselho de Ministros 169/2005). Referem-se a seguir alguns exemplos.

A preparação do documento “Segurança de Abastecimento ao nível da Produção de Electricidade - Período 2008-2030” (SANPE 2008-2030) constitui um contributo da REN nesta matéria, no âmbito do Sistema Eléctrico Nacional (SEN) no território do continente. Este documento evoluiu, após um intenso diálogo com a Direcção Geral de Energia e Geologia, com vista a assegurar a colaboração da REN na preparação do “Relatório de Monitorização da Segurança de Abastecimento”, responsabilidade desta entidade oficial.

Mais recentemente, foi a vez de a REN ter que cumprir, pela primeira vez, o calendário, hoje legalmente previsto, para a submissão a consulta pública do seu “Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte de electricidade (PDIRT) 2009-2014 (2019)” (numa versão passível ainda de ser eventualmente modificada, caso se acolha alguma modificação resultante da consulta pública, em curso).

Este plano apresenta os eixos de reforço da rede de transporte destinados a garantir:

- o abastecimento dos consumos de energia eléctrica;
- a capacidade de recepção da produção de electricidade a partir de fontes renováveis;
- a instalação de nova capacidade de produção (térmica e hídrica);
- a capacidade de interligação das redes, necessária ao funcionamento do MIBEL;
- a alimentação das ferrovias de alta velocidade;
- a manutenção de um elevado padrão de qualidade de serviço.



ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

MISSÃO

A REN tem como missão garantir o fornecimento ininterrupto de electricidade e gás natural, ao menor custo, satisfazendo critérios de qualidade e de segurança, mantendo o equilíbrio entre a oferta e a procura em tempo real, assegurando os interesses legítimos dos intervenientes no mercado e conjugando as missões de operador de sistema e de operador de rede que lhe estão cometidas.

VISÃO

Ser um dos mais eficientes operadores europeus de sistema de transporte de electricidade e gás natural, construindo valor para os seus accionistas, dentro de um quadro de desenvolvimento sustentável.

VALORES

Garantia do abastecimento	Imparcialidade
Eficiência	Sustentabilidade

DECLARAÇÕES DE POLÍTICA

A REN - Redes Energéticas Nacionais, no cumprimento da sua missão de serviço público no sector energético nacional, está empenhada na defesa e promoção dos princípios do desenvolvimento sustentável, procurando criar valor, de forma continuada, para os seus accionistas e outras partes interessadas. O compromisso de desenvolver todas as actividades ao abrigo de um modelo de gestão ética e socialmente responsável está consagrado nas Declarações de Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Política de Responsabilidade Social, aplicáveis a todas as empresas do Grupo. Estas declarações estão disponíveis para consulta no sítio da Internet da REN.

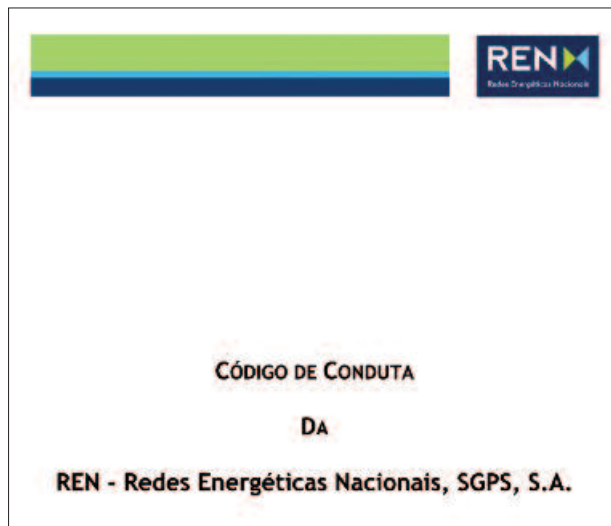
CÓDIGO DE CONDUTA

A REN está vinculada à observância dos princípios de imparcialidade, não discriminação e garantia de acesso às redes. Estes princípios têm sido expressos num Código de Ética e em três Códigos de Conduta aplicáveis a outras tantas funções específicas – Gestor do Sistema, Agente Comercial e Acerto de Contas.

Os Códigos de Conduta funcionais são documentos previstos na regulamentação do sector energético que foram publicados pela primeira vez em Fevereiro de 2000. A última revisão foi efectuada em 2006, estando actualmente a decorrer uma nova revisão a fim de os adequar às recentes alterações introduzidas no quadro legal do sector.

A primeira versão do Código de Ética da Rede Eléctrica Nacional foi publicada em 2003, tendo recentemente sido objecto de revisão, para alargamento da sua aplicação a todas as empresas do Grupo, e transformado num Código de Conduta aplicável a todos os trabalhadores ao serviço da REN.

Este código está disponível para consulta no sítio da Internet da REN.





IMPACTES, RISCOS E OPORTUNIDADES

A REN procura assegurar a continuidade e a segurança dos serviços que presta, de acordo com as melhores práticas da indústria, no sentido de minimizar os riscos bem como as suas eventuais consequências. Contudo, não é imune a situações fortuitas, para as quais não contribui deliberadamente, e que podem alterar ou prejudicar a forma como a REN exerce as suas actividades ou induzir consequências técnicas e económicas para terceiros.

No prospecto da Oferta Pública Inicial, que decorreu em 2007, a REN apresentou um levantamento exaustivo dos riscos que enfrenta na sua actividade, bem como dos respectivos mecanismos de gestão de que dispõe. Sendo esse documento do domínio público (está disponível no sítio da REN na internet), faz-se seguidamente uma alusão muito breve a este assunto.

No plano económico-financeiro, e dado o ambiente profundamente regulado vigente no sector da energia, os resultados da REN podem ser bastante afectados, positiva ou negativamente, pelos regulamentos em vigor. O modelo de regulação e os regulamentos, em particular os regulamentos tarifários, constituem, portanto, factores de risco.

A REN SGPS dispõe, na sua estrutura orgânica, de um Gabinete de Regulação e Tarifas, que apoia o Conselho de Administração na coordenação e tratamento das questões regulatórias e no diálogo com a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Por outro lado, atrasos nos projectos de expansão das redes podem afectar negativamente a actividade, a situação financeira e os resultados operacionais da REN. Daqui emerge a necessidade de continuar a desenvolver rigorosos modelos de gestão dos projectos de investimento e de aperfeiçoar os mecanismos de relacionamento com os diferentes grupos de partes interessadas susceptíveis de influenciar os prazos concepção/construção das infra-estruturas.

A gestão dos riscos operacionais das empresas do Grupo e das suas obrigações em matéria de preservação do ambiente, segurança, fiabilidade e qualidade de serviço, é desenvolvida de forma transversal ao ciclo completo de actividades, com expressão a diversos níveis: no planeamento, projecto, construção, gestão, operação e descomissionamento das infra-estruturas de transporte e armazenamento de energia.

No planeamento são incorporados os resultados dos estudos de evolução dos consumos e os dados disponíveis de possível localização dos novos centros produtores de energia. São efectuados estudos de contingência em que se procura anular ou mitigar as consequências da eventual perda temporária de um elemento de rede. No plano ambiental, procedeu-se pela primeira vez, a uma avaliação ambiental estratégica do plano de desenvolvimento da rede de transporte, com base na qual se submeteu ao escrutínio público a análise comparativa de

diferentes cenários e soluções, e se seleccionaram as globalmente mais equilibradas.

No projecto e concepção das instalações, adoptam-se soluções modulares e dotadas de sistemas de automatismo e supervisão que permitem uma detecção instantânea e o isolamento dos componentes onde se registem eventuais anomalias, permitindo o funcionamento dos restantes módulos em condições plenas de segurança. Durante a fase de projecto são elaborados os planos de segurança e saúde e os estudos de impacto ambiental ou de enquadramento ambiental, conforme se descreve mais pormenorizadamente adiante.

A construção das instalações é objecto de um apertado acompanhamento nos domínios da qualidade, ambiente e segurança, quer por equipas de fiscalização própria quer por equipas qualificadas contratadas para o efeito.

Na fase de operação, as redes de transporte de energia, e todas as instalações técnicas abrangidas pelos contratos de concessão, são supervisionadas, em tempo real, a partir de diversos centros de controlo com o apoio de sofisticadas tecnologias e sistemas de última geração. Durante esta fase são executados planos de monitorização ambiental bem como de higiene, segurança e saúde ocupacional.


No descomissionamento de instalações em fim de vida, são aplicados os princípios de preservação do ambiente e de valorização dos resíduos gerados, sendo os mesmos encaminhados para reciclagem ou reutilização sempre que possível.

A REN acredita que os processos implementados no âmbito dos sistemas de gestão da qualidade, ambiente e segurança são adequados a uma operação das redes prudente e razoável. A prevenção dos riscos operacionais assenta num rigoroso planeamento bem como numa sólida formação teórica e *on-the-job* do pessoal.

As situações de emergência merecem, no entanto, uma atenção particular. A REN possui Planos de Emergência Internos para todas as instalações, incluindo os edifícios administrativos. Durante os últimos anos foi desenvolvido um ambicioso programa de simulacros para testar estes planos de emergência nas instalações. Participaram, para além dos recursos internos, as Corporações de Bombeiros das respectivas áreas geográficas, serviços de Protecção Civil Municipal e Forças de Segurança.

Do ponto de vista organizacional, o acompanhamento e a gestão destas matérias vinha sendo efectuado, na Rede Eléctrica Nacional, por uma Comissão Executiva dos sistemas de gestão da qualidade, ambiente e segurança. Este órgão era apoiado por uma equipa de trabalho pluridisciplinar com representantes das áreas mais operacionais. Por outro lado, nas empresas do gás natural, a supervisão e a coordenação da implementação dos sistemas de gestão vinham sendo asseguradas por um Gabinete especializado.





Indicadores de desempenho económico

INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO

DESEMPENHO ECONÓMICO

“Porque a candeia de mais perto alumia melhor. Para ver com uma candeia, não basta só que a candeia esteja acesa, é necessário que a distância seja proporcionada. Com uma candeia na mão pode-se ver o que há em uma casa, mas não se pode ver o que há em uma cidade.”

Pe. António Vieira
História do Futuro

Com o processo de integração do negócio de gás natural, iniciado no último trimestre de 2006, a actividade da REN passou a ter um impacto acrescido na economia portuguesa, com efeitos mais visíveis em 2007, que assinalou o primeiro ano completo da nova REN, integrando a electricidade e o gás.

O ano 2007 foi marcado por outros acontecimentos e reestruturações igualmente relevantes, sobretudo na área da electricidade. Devido à nova Lei de Bases do sector, publicada em 2006, foram efectuadas alterações ao quadro organizativo do Sistema Eléctrico Nacional (SEN), com repercussões nas actividades reguladas exercidas pela REN. A actividade de Aquisição de Energia Eléctrica, pela qual a REN adquiria toda a electricidade proveniente dos contratos de aquisição de energia (CAE) para abastecimento dos clientes do extinto Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP), foi transformada numa nova actividade de *trading*, em ambiente de mercado, englobando os dois CAE não cessados.

Estes acontecimentos, a par da estreia da REN em bolsa e da adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), já anteriormente mencionadas, condicionaram significativamente a comparação de dados económico-financeiros, não só entre os anos reportados no presente relatório (2006 e 2007), mas também com os dados de 2006 apresentados no relatório de sustentabilidade do ano anterior. Como consequência, a análise dos dados deve ser efectuada com alguma precaução, com maior impacto na vertente económica.

criação e distribuição de valor (EC1)

A actividade da REN proporciona emprego directo e indirecto, sendo um factor gerador de riqueza, designadamen-

te, para fornecedores de materiais e equipamentos, e prestadores de serviços. O plano de investimentos tem sido ambicioso, respondendo às necessidades do mercado de energia e oferecendo oportunidades de negócio aos diversos agentes económicos que se relacionam ou cooperam com a REN.

Em 2007, o volume de investimento realizado pelo Grupo ascendeu a cerca de 250 M€. Para este montante o negócio de electricidade contribuiu em 97% (243,4 M€) e o negócio do gás, cujo primeiro período de investimento fundamental foi realizado antes da passagem dos activos de transporte para a REN, contribuiu apenas em 2% (6,1 M€).

Tabela 1 - Investimento total do Grupo REN (M€)

	2007	2006
Rede Eléctrica Nacional	243,4	242,0
REN Gasodutos	2,6	0,7
REN Armazenagem	2,6	0,5
REN Atlântico	0,9	0,9
Restantes empresas	0,4	-
Total	249,9	244,0

O quadro seguinte apresenta, com algum detalhe, o valor criado e distribuído pelo Grupo, nos anos de 2006 e 2007. Como já foi referido, a leitura da evolução de um ano para o outro requer uma certa precaução, na medida em que está condicionada, sobretudo, pela alteração do perímetro do Grupo ocorrida no final de Setembro de 2006, com a aquisição dos activos do gás natural em simultâneo com a venda da participação da Galp Energia SGPS, S.A., o que originou uma mais-valia de 524 M€.

O valor criado na sociedade pela REN foi de 315 M€, de um total de 409 M€ que constituem o valor acrescentado bruto (VAB) criado pela empresa. A rubrica de outros rendimentos, considerada nas rubricas de “Proveitos operacionais” e “Proveitos líquidos não inerentes ao VAB”, inclui em 2006 o efeito da mais-valia realizada com a venda da participação na Galp, no valor de 524 M€. Nos custos operacionais, os “Fornecimentos e Serviços Externos” são a rubrica de maior peso, com 146 M€, dos quais 72% provêm do negócio de electricidade e 23% do negócio do gás. As amortizações e provisões do Grupo ascenderam a 109 M€, dos quais 79 M€ pertencem a amortizações da Rede Eléctrica Nacional. Este valor superou o de 2006, em 4,4%, como resultado do efeito do investimento concluído.

**Tabela 2 - Criação e distribuição de valor**

[Valores consolidados do Grupo REN (IFRS), em milhões de euros]

	2007	2006
Criação de valor		
+ Proveitos operacionais	601,8	930,4
- Fornecimentos e serviços externos	(145,5)	(130,9)
- Proveitos líquidos não inerentes ao VAB	47,1	501,5
Valor acrescentado bruto (VAB)	409,3	298,0
- Amortizações e provisões	(109,0)	(138,9)
Valor acrescentado líquido (VAL)	300,3	159,1
+ Proveitos líquidos não inerentes ao VAB	47,1	501,5
+ Proveitos financeiros	5,3	1,0
+ ganhos/(perdas) em <i>joint ventures</i>	8,9	2,6
- Outros custos e perdas	(46,5)	(15,5)
Total criado	315,0	648,8
Distribuição de valor		
Trabalhadores e corpos gerentes	44,4	35,7
Custos com pessoal	42,6	34,0
Distribuição de resultados a trab. e corpos gerentes	1,7	1,7
Accionistas	143,5	494,9
Dividendos	97,0	184,0
Resultados retidos ⁽¹⁾	46,5	310,9
Instituições financeiras	82,8	42,6
Estado	43,4	74,8
Impostos	1,2	1,5
IRC	42,3	73,3
Comunidade	0,9	0,8
Total distribuído	315,0	648,8

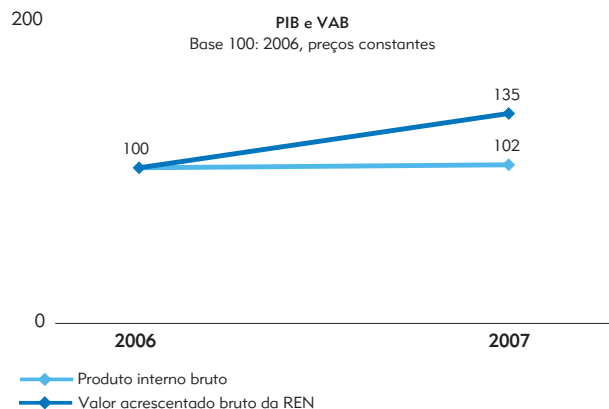
⁽¹⁾ Corresponde à variação dos capitais próprios.

O valor criado pela REN foi parcialmente retido para financiar a sua actividade (46,5 M€) e a restante parcela foi distribuída pelas seguintes partes interessadas: trabalhadores e corpos gerentes, sob a forma de salários, distribuição de resultados a trabalhadores e benefícios diversos (44,4 M€); accionistas, sob a forma de dividendos pagos (97,0 M€); instituições financeiras, com o pagamento de juros e de despesas financeiras (82,8 M€); Estado, através do pagamento de impostos (43,4 M€); Comunidade, através de mecenato cultural e de ações de apoio a actividades de cariz cultural, científico, tecnológico e social, relevantes para a sociedade (0,9 M€).

Os accionistas beneficiaram de 45,6% do valor criado, correspondentes ao dividendo recebido em conjunto com os resultados retidos. A comunidade absorveu 0,3% do valor criado em 2007, ou seja, mais 100 mil euros que no ano anterior. Os restantes 54,1% do valor criado foram distribuídos pelos trabalhadores e corpos gerentes (14,1%), instituições financeiras (26,3%) e Estado (13,8%).

O valor distribuído às instituições financeiras ascendeu a 83 M€, tendo sido fortemente influenciado, não só pelo agravamento generalizado das taxas de juro de mercado, mas também por um maior nível de endividamento médio anual do Grupo, especialmente devido à aquisição dos activos do gás.

A REN obteve recentemente a notação de *rating* internacional de risco de crédito de A+ e A2 junto das agências Standard & Poors e Moody's, respectivamente, o que poderá proporcionar-lhe a obtenção de melhores condições de acesso ao mercado financeiro e uma maior eficiência na reestruturação da sua dívida.

Figura 15 - Produto Interno Bruto e Valor Acrescentado Bruto

O gráfico acima apresenta a evolução do Produto Interno Bruto registado em Portugal e o Valor Acrescentado Bruto obtido pela REN, no período 2006-2007, a preços constantes de 2006. Da sua análise conclui-se que o VAB da REN cresceu cerca de 35%, enquanto o crescimento do PIB foi inferior a 2%.

SEGURANÇA NA REFORMA (EC3)

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência (doravante designados por plano de pensões), assegura aos seus reformados e pensionistas um plano de assistência médica e atribui outros benefícios como prémio de antiguidade, prémio de reforma e subsídio de morte.

Os trabalhadores que satisfaçam determinadas condições de idade e antiguidade predefinidas e que optem por passar à situação de reforma antecipada, assim como aqueles que acordem com a Empresa a passagem à pré-reforma, são igualmente incluídos nos referidos planos.





Plano de pensões

Os complementos de reforma e sobrevivência, atribuídos aos empregados, estão baseados num plano de benefícios definidos, tendo sido constituído um Fundo de Pensões autónomo, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respectivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos. As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por uma entidade independente.

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor dos activos do Fundo de Pensões totalizava 42,57 M€, ultrapassando o das responsabilidades em sete mil euros.

As contribuições entregues pela empresa ao Fundo, no decurso do ano 2007, foram no montante de 2,12 M€.

Plano de assistência médica e outros benefícios

As responsabilidades assumidas referentes aos “Cuidados Médicos” e a “Outros Benefícios”, que em 31 de Dezembro de 2007 ascendiam a 27,96 M€, estão cobertas por provisão específica.

A REN Gasodutos, S.A., e a REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A. garantem aos seus funcionários um contrato de seguro de vida. Os custos são assumidos durante o período em que os mesmos se encontram no activo. Estas responsabilidades, que em 31 de Dezembro de 2007 eram de 60 mil euros, estão cobertas por provisão específica.

Mais informação sobre “Segurança na reforma” pode ser consultada no capítulo dedicado ao desempenho social.

PRESENÇA NO SECTOR ENERGÉTICO

“Para falar ao vento bastam palavras; para falar ao coração são necessárias obras.”

Pe. António Vieira
Sermão da Sexagésima

DISPONIBILIDADE E FIABILIDADE DO ABASTECIMENTO DE ENERGIA (EU5)

A REN desenvolve modelos económicos para estudos de previsão da procura de electricidade a longo prazo, que realiza de dois em dois anos e actualiza no ano intercalar. Nestes modelos, a procura de electricidade depende do crescimento da economia, que é traduzido pela evolução das variáveis mais relevantes como sejam o PIB, as componentes da despesa nacional, o rendimento disponível bruto das famílias e o VAB sectorial.

Para gerir a ponta de consumo, o sistema eléctrico dispõe de contratos de interruptibilidade estabelecidos com grandes consumidores de energia eléctrica. Estes contratos permitem cortar o consumo em determinadas situações e de acordo com as condições estabelecidas nos contratos.

Durante o ano 2007, à semelhança de anos anteriores, não foram accionados contratos de interruptibilidade por não terem ocorrido situações conjunturais de carência energética. Tal facto prende-se, fundamentalmente, com as características intrínsecas do sistema electroprodutor nacional, nomeadamente, com a importância da componente hídrica no total da potência instalada no sistema, e com o valor das potências instaladas nos grupos hídricos recentes, que permitem fazer face a situações de falta de capacidade de produção no curto prazo, por haver sempre reserva suficiente nas centrais hidroeléctricas.

COBERTURA DA PROCURA NO LONGO PRAZO (INCLUINDO RESERVA) (EU9)

A metodologia de previsão da evolução do sistema electroprodutor português, no médio e longo prazo, baseia-se na avaliação da suficiência da capacidade de produção para cobrir a procura prevista, num conjunto alargado de situações diferenciadas de disponibilidade dos recursos, por exemplo, hídricos e eólicos. Desta avaliação, resulta um determinado nível de garantia de abastecimento, que é comparado com padrões de segurança predefinidos.

A evolução prevista para a margem de reserva está dependente da importância relativa das componentes da oferta, cuja disponibilidade varia em função de factores não controláveis e de difícil previsão. O crescimento da componente eólica previsto para o sistema português nos próximos anos irá traduzir-se num aumento progressivo da margem de reserva. A partir da data de entrada em serviço dos novos aproveitamentos hidroeléctricos reversíveis, que permitem armazenar energia em períodos de menor procura para a disponibilizar na ponta, a aleatoriedade da disponibilidade do conjunto dos recursos da oferta reduz-se e, consequentemente, a margem de reserva necessária também será menor.

Estes estudos são desenvolvidos de dois em dois anos para um horizonte de pelo menos 20 anos, e nos anos intercalares são actualizados para o médio prazo.

EFICIÊNCIA NO TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (EU13)

Enquadramento

Num sistema eléctrico, as perdas de energia dependem dos trânsitos de potência nos circuitos da rede e do seu grau de utilização. De forma genérica, as perdas são tanto mais reduzidas quanto: i) mais curta for a distância entre a produção e o consumo; ii) mais elevada for a tensão de trans-

porte; iii) menor for a resistência dos circuitos (quanto mais circuitos houver menor será a sua resistência). Contudo, a natureza volátil dos trânsitos de potência não permite assegurar, com antecedência, que um determinado valor de perdas se verifique. Na realidade, subsiste sempre um elevado nível de incerteza gerada por factores, tais como:

- Dinâmica associada aos padrões de consumo que originam valores de perdas mais elevados nas horas de ponta, relativamente às horas de vazio;
- Perfil de produção do parque produtor nacional. Por exemplo, a localização dos centros produtores hídricos e eólicos longe dos centros de consumo dá origem a que, em regimes húmidos e/ou ventosos, os trânsitos induzam, em geral, mais perdas do que em regimes secos;
- Trânsito físico de interligação e circulação de energia através da RNT. O acréscimo de trocas nas interligações pode provocar padrões de maior circulação entre as redes de Portugal e Espanha e, consequentemente, aumentar o valor das perdas de transporte.

Caracterização da situação actual

A evolução recente do valor das perdas eléctricas na Rede Nacional de Transporte (RNT) encontra-se ilustrada na Figura 16. Os valores de perdas registados em relação à energia entrada na RNT, que se situam na gama [1,33% - 1,79%], são semelhantes à média dos valores apresentados pelas congéneres mundiais, como constatado numa análise de *benchmarking* internacional, a nível dos operadores das redes de transporte, realizada no ano 2000, com a participação da REN S.A. Em 2007, as perdas representaram um encargo da ordem dos 37 M€.

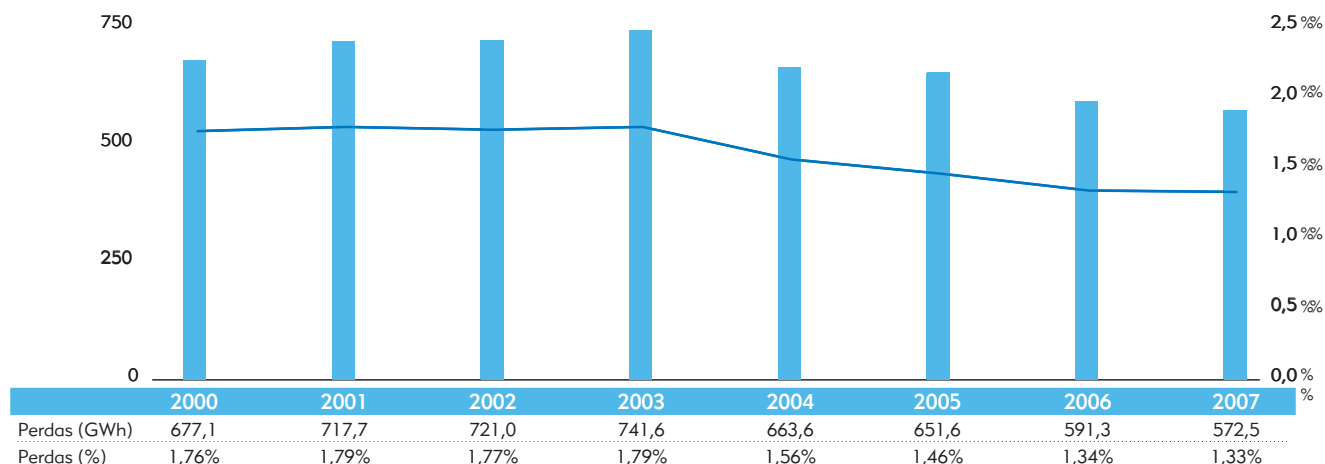
Nos últimos anos tem-se verificado uma redução do valor das perdas na RNT, essencialmente, devido aos seguintes factores:

- robustecimento e desenvolvimento estrutural da rede, com a construção de novos corredores de linhas a tensões mais elevadas;
- descongestionamento de alguns eixos através da construção de novas alternativas mais potenciadas e desenvolvimento de pólos de consumo apoiados directamente pelo nível de transformação 400/60 kV;
- instalação de centros produtores eficientes e próximos de grandes pólos de consumo, nomeadamente a entrada em funcionamento da central de ciclo combinado a gás natural do Ribatejo (o primeiro grupo entrou ao serviço no decorrer do ano 2003 e o terceiro durante o ano 2005);
- investimento que a REN tem realizado no reforço das linhas de interligação com Espanha, tendo-se construído, desde o ano 2004, o segundo circuito da linha Alto Lindoso-Cartelle a 400 kV e a nova interligação Alqueva-Balboa, também a 400 kV.

Evolução futura e medidas de controlo

As perdas na rede de transporte não são o motivo directo ou sequer principal para a tomada de decisão de reforço ou alargamento da RNT visto que, do ponto de vista económico, não representam montantes suficientes para justificar, por si só, a construção de novas linhas ou subestações. Não obstante, são consideradas nas tomadas de decisão de evolução da RNT, já que o seu valor é um dos factores para

Figura 16 - Valores das perdas verificadas no período 2000-2007





a avaliação técnico-económica comparativa de projectos, as alternativas de evolução futura da rede de transporte.

Para além da constante monitorização e estimativa do futuro valor esperado, que depende em larga medida dos grandes projectos de expansão do sistema produtor e da rede de transporte, são analisadas algumas medidas com impacte na redução de perdas na RNT. Estas medidas dizem respeito à implementação de planos de compensação de energia reactiva mais exigentes e ao programa de instalação de um segundo terço em linhas decididas como duplas.

Num sistema de energia eléctrica cuja estrutura se modifica ao longo do tempo, a evolução futura do valor esperado das perdas de energia é de difícil quantificação, dada a incerteza associada aos factores anteriormente mencionados. Contudo, por simulação probabilística da rede, envolvendo milhares de cenários possíveis, é possível inferir uma estimativa da gama de valores mais prováveis dessa evolução, assim como quantificar o valor futuro das perdas, nos pressupostos de operação que se conhecem actualmente.

Os valores hoje conhecidos sobre a evolução futura das perdas indicam que estes se situam sempre abaixo dos 1,6% (em relação à energia entrada na rede), para horizontes temporais até 2014. Constata-se ainda que os projectos de investimento previstos no Plano de Investimento da Rede de Transporte (PDIRT) conduzem a uma estabilização das perdas relativas na RNT, até ao ano 2014, e a uma redução deste valor a longo prazo (ano 2019).

A Rede Eléctrica Nacional, S.A., efectua, de forma sistemática, a avaliação das suas perdas, com o objectivo de identificar e corrigir eventuais desvios, face aos valores esperados.

IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRECTOS (EC9)

NÍVEL DE INVESTIMENTO PREVISIONAL PARA O HORIZONTE TEMPORAL 2008-2010

As verbas dos projectos de investimento consignadas, a preços correntes, para o período 2008 a 2010, estão sintetizadas no quadro seguinte. Os montantes são apresentados em termos de CAPEX (*Capital Expenditure*), os quais correspondem aos valores a custos directos externos, acrescidos dos encargos de gestão e financeiros.

Tabela 3 - Síntese de investimentos previstos na rede energética (2008-2010)

	2008	2009	2010
Rede Eléctrica Nacional	256	270	238
Empresas do gás	57	127	55
Total (CAPEX)	313	397	293

No “Plano de Investimento da Rede de Transporte” (PDIRT) são apresentados todos os investimentos regulados a realizar pela Rede Eléctrica Nacional durante o período de vigência desse Plano, que são os seis anos imediatos à sua entrada em vigor, contendo ainda um período indicativo de mais quatro anos.

Na óptica do planeamento da rede, os impactes económicos indirectos contidos no PDIRT, que se podem identificar, são os projectos de investimento, que contribuem para a criação de condições para:



- **O funcionamento do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL)**

O incremento das capacidades de troca de energia com a rede espanhola é reflectido no PDIRT, no esforço desenvolvido na concretização de novas interligações com esta rede espanhola, contribuindo para a implementação de uma conjuntura mais favorável de funcionamento do MIBEL, facilitando por parte de cada consumidor a escolha do seu fornecedor, de acordo com as melhores oportunidades de mercado.

Nessa vertente, encontra-se em fase de conclusão o projecto de reforço da interligação na zona do Douro Internacional e está concluído um conjunto importante de reforços internos em algumas linhas de 220 kV, já equipadas para 400 kV, de forma a possibilitar futuramente um incremento adicional na capacidade de trocas comerciais entre as duas redes.

- **A recepção da nova produção baseada em fontes de energias renováveis**

Foram inscritos no PDIRT reforços de rede que visam, por um lado, ir ao encontro das novas metas nacionais para a penetração de energia de natureza renovável e, por outro lado, possibilitar o aumento da capacidade de recepção na RNT de nova geração que porventura se deseje ligar à rede MAT.

Este conjunto de investimentos concorre para um incremento da actividade local, quer durante a fase de construção das centrais quer na fase de exploração, dependendo, naturalmente, da sua dimensão.

- **O estabelecimento de soluções eficazes de alimentação a clientes ou cargas, ligados directamente em Muito Alta Tensão (MAT)**

A criação de condições, previstas no PDIRT, de expansão da rede de MAT para o interior da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e a infra-estrutura associada à alimentação das linhas ferroviárias de alta velocidade, nomeadamente nos eixos Lisboa-Madrid, Lisboa-Porto e Porto-Vigo, permite a melhoria dos meios de transporte e facilita a fixação de empresas e pessoas, constituindo um factor de desenvolvimento tanto directo como indirecto.

- **A melhoria da fiabilidade e garantia de abastecimento dos consumos**

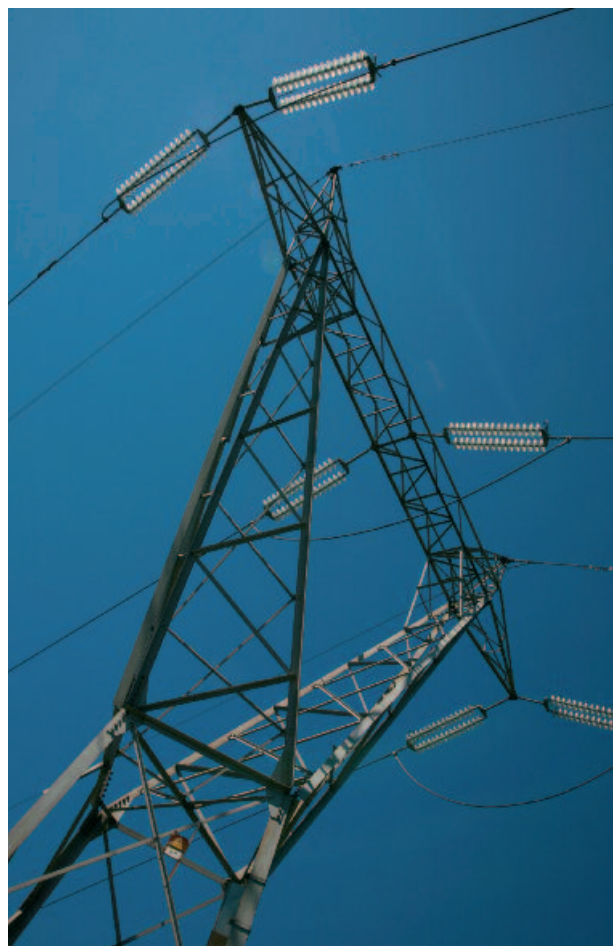
A qualidade e continuidade de serviço proporcionada pelos projectos de reforços, para além da repercussão imediata nos clientes já instalados, contribuíram também para uma maior dinamização da actividade social e económica.

Nesse sentido, no PDIRT encontram-se previstos, até 2014, seis novos pontos de ligação da RNT com a rede da EDP, S.A. (Montijo, Feira, Estremoz, Vizela/Felguei-

ras e Zambujal) e um esforço significativo para o reforço ou remodelação de subestações existentes.

- **A ligação de novos centros produtores de grande dimensão**

A possibilidade de integração de novos centros produtores cria também condições mais apelativas à fixação de novas entidades, sejam elas particulares ou empresas. O investimento previsto para este fim teve um crescimento importante face ao considerado no Plano anterior, incluindo projectos para a ligação de novas centrais térmicas de ciclo combinado para as centrais do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH).





No “Plano de Desenvolvimento de Investimentos da RNTIAT” (PDIR da RNTIAT) são apresentados todos os investimentos regulados a realizar pela Rede Nacional de transporte de gás, infra-estruturas de armazenamento e terminais de GNL, durante o período de vigência desse Plano (2008 até ao 1.º semestre de 2011).

Na REN Atlântico, o investimento mais relevante diz respeito à construção de um novo tanque, o terceiro, para armazenamento de GNL. Na REN Armazenagem está previsto, para o primeiro semestre de 2009, o *cushion* gás da TGC 4¹ e um furo para uma nova cavidade. No que respeita à REN Gasodutos irá proceder-se ao reforço da RNTIAT, assim como ao incremento das ligações a clientes.

Os investimentos previstos para as empresas do gás para o triénio 2008-2011 tiveram por base os seguintes objectivos principais:

- Garantia da capacidade de transporte adequada, tendo em conta o aumento da segurança de fornecimento através do reforço das interligações com Espanha no âmbito do MIBGAS;
- Adequação da RNTGN aos novos consumos e necessidade de garantir as condições operacionais do SNGN, nomeadamente, através da construção de uma Estação de Compressão;
- Garantia do abastecimento dos consumos previstos pelas concessionárias da Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural (RNDGN), quer através da ligação à RNTGN de novos pontos de entrega a redes de distribuição, quer através do aumento da capacidade de emissão em pontos de entrega já existentes;
- Criação de condições de operação em segurança ou de melhoria operacional de diferentes processos, contribuindo para uma exploração da rede que induza eficiência económica na utilização dos recursos disponíveis;
- Adequação das condições de operação de diversos sistemas e equipamentos a requisitos técnicos decorrentes da recente regulamentação para o sector do GN;
- Resposta a necessidades de remodelação ou conservação de sistemas e equipamentos em final de vida útil ou obsoletos tecnologicamente;
- Criação de plataformas informáticas de gestão de processos de operação da rede e do sistema, interligação dos sistemas de monitorização da rede de transporte, armazenamento subterrâneo e terminal de GNL, de forma a possibilitar a gestão técnica global do sistema por parte do operador da RNTGN, e renovação tecnológica dos sistemas de telecomunicações suportados em fibra óptica;

- Garantia de abastecimento a grandes projectos industriais e às novas Centrais de Ciclo Combinado (CCC), através da ligação à RNTGN dos projectos requisitados pelos diferentes promotores;
- Desenvolvimento e expansão do Armazenamento Subterrâneo do Carriço;
- Melhoria da segurança e fiabilidade das instalações de superfície do Armazenamento Subterrâneo, através da criação de condições de operação em segurança ou de melhoria operacional dos processos de extracção e injeção, a instalação de sistemas de combate a incêndios e controlo de riscos e a aquisição de conjunto de peças de reserva e material diverso destinado a assegurar a manutenção preventiva, justificada pelo final das garantias contratuais de equipamentos;
- Adequação das operações de medição de quantidades e de monitorização da qualidade do gás natural injectado e extraído, de acordo com os requisitos regulamentares publicados para o sector, quanto à qualidade do serviço e implementação de dispositivos para inspecção de condições de segurança exigidas na legislação em vigor;
- Instalação de equipamentos e redes informáticas para suporte aos sistemas de gestão, comunicação e de processamento de informação necessária ao novo ambiente regulamentar para o sector, designadamente a comunicação com o operador da RNTGN, de forma a possibilitar a gestão técnica global do sistema;
- Desenvolvimento e expansão do Terminal de GNL de Sines para dar resposta às previsíveis e crescentes necessidades do mercado, no que respeita a consumos de gás natural e serviços associados, baseados em estudos efectuados no primeiro ano Gás (2007/2008);
- Manutenção e melhoria da segurança e fiabilidade do Terminal de GNL de Sines, designadamente através da implementação de um sistema de simulação da instalação que permita a formação de operadores e o ensaio de resposta a situações de emergência, bem como da instalação de sistemas automáticos de combate a incêndios e controlo de riscos;
- Adequação das condições de operação a requisitos técnicos decorrentes da regulamentação para o sector do GN;
- Implementação de sistemas de informação que garantam a transparência no acesso de terceiros à Rede, designadamente, disponibilizando informação à ERSE, ao Gestor Técnico Global, aos comercializadores e ao público em geral (balanços, qualidade, capacidade, etc.).

¹ *Cushion* gás da TGC 4: camada de gás que é introduzida no arranque da exploração da caverna e aí permanece para consolidação da mesma. TGC 4 é a designação de uma das Cavernas da Armazenagem Subterrânea do Carriço.

An aerial photograph of an industrial facility, likely a refinery or chemical plant. The facility includes a large, cylindrical storage tank, several smaller buildings, and a parking lot. The surrounding area is a mix of green fields, trees, and a road. A white box with the text "Indicadores de desempenho ambiental" is overlaid on the image.

Indicadores de desempenho ambiental



INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL

POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL

“O ano tem tempo para as flores e tempo para os frutos. Porque não terá também o seu Outono a vida? As flores, umas caem, outras secam, outras murcham, outras leva o vento; aquelas poucas que se pegam ao tronco e se convertem em fruto, só essas são as venturosas, só essas são as discretas, só essas são as que duram, só essas são as que se aproveitam, só essas são as que sustentam o mundo.”

Pe. António Vieira
Sermão da Sexagésima

DEPOIMENTO

Incentivos proporcionados pelo PPDA à promoção ambiental das concessionárias

Nas sociedades modernas o respeito pelo ambiente constitui um aspecto central da actuação das empresas socialmente responsáveis.

As infra-estruturas energéticas são fundamentais ao desenvolvimento do país e ao funcionamento das sociedades modernas, constituindo a base para o funcionamento eficiente e concorrencial do mercado.

A ERSE tem responsabilidades, ainda que indirectas, em questões ambientais, devendo contribuir para a melhoria do desempenho ambiental das empresas que operam nos sectores regulados, bem como para a utilização eficiente dos recursos. Apontam neste sentido algumas disposições dos Estatutos da ERSE. Aliás, o objectivo do desenvolvimento sustentável, em que se procura uma harmoniosa combinação entre os desenvolvimentos económicos, sociais e ambientais para as gerações actuais e para as gerações vindouras, bem como a política de integração das questões ambientais nas restantes políticas, tornam indispensável que a ERSE, na sua missão de regulador, tenha em consideração as questões ambientais.

No cumprimento destas obrigações, a ERSE estabeleceu um incentivo à melhoria do desempenho ambiental das empresas reguladas que veio a ser designado por Plano de Promoção do Desempenho Ambiental (PPDA), em execução pelas empresas reguladas do sector eléctrico em Portugal Continental desde 2002 e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira desde 2006. Este instrumento aplica-se às actividades de transporte e distribuição de energia eléctrica e tem apoiado essencialmente o desenvolvimento de medidas voluntárias.

Prof. Doutor Vítor Santos, Presidente do Conselho de Administração da ERSE

No início de 2007, o Conselho de Administração aprovou uma nova declaração de política da qualidade, ambiente e segurança que abrange todas as actividades da REN. Esta política corporativa, consagra, entre outros, o princípio de que em todos os processos de decisão as questões associadas à protecção ambiental deverão ser consideradas.

De forma a garantir o cumprimento dos compromissos definidos na declaração de política da empresa e a melhoria contínua da vertente ambiental do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (SIGQAS), são estabelecidos anualmente objectivos ambientais, para os quais são definidos programas de acção que são incorporados no plano de actividades da REN. Para o triénio 2007-2009, além das medidas sistemáticas para assegurar que o desenvolvi-

mento das infra-estruturas e a execução das operações são efectuados de forma harmoniosa com o meio ambiente, foram definidas acções específicas nas seguintes áreas:

- Redução das emissões para a atmosfera;
- Redução de consumos de água, energia e papel;
- Redução dos riscos associados a derrames;
- Definição de princípios de contratação ecológica.

O desempenho ambiental da Rede Eléctrica Nacional, no decurso do ano, garantiu a manutenção da sua certificação ambiental segundo a norma NP EN ISO 14001:2004, atribuída pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER). Durante 2008, prevê-se que esta certificação seja estendida



a outras empresas do Grupo, nomeadamente às da área do gás, à REN Serviços e à REN Trading.

De forma a acompanhar o desempenho e a realização dos objectivos e metas ambientais são efectuadas diversas acções de monitorização. Destaca-se, entre outras, o acompanhamento de emissões de hexafluoreto de enxofre (SF₆) com origem em alguns equipamentos, a monitorização de efluentes gasosos (de caldeiras) e líquidos (descargas de águas residuais), ruído, campos electromagnéticos, avifauna e qualidade da água captada.

Como principais realizações no domínio ambiental em 2007 é de salientar as seguintes:

- A execução da globalidade das actividades previstas para o segundo ano do Plano de Promoção do Desempenho Ambiental (PPDA) da Rede Eléctrica Nacional, para o triénio 2006-2008;
- A elaboração da primeira versão dos Planos de Promoção do Desempenho Ambiental para o período regulatório 2008-2010, para as três empresas do universo do gás natural;
- A publicação do "Guia Metodológico para a Avaliação de Impacte Ambiental de Infra-estruturas da Rede Nacional de Transporte" relativo a linhas aéreas;
- A celebração de um protocolo com o Instituto Superior Técnico para assessoria na avaliação ambiental estratégica (AAE) do Plano de Desenvolvimento e Investimentos da Rede de Transporte (PDIRT) para o período 2009-2014;
- A conclusão das duas primeiras fases do Protocolo celebrado entre a Rede Eléctrica Nacional e o Instituto do Ambiente e Desenvolvimento da Universidade de Aveiro (IDAD), estabelecido com o intuito de realizar um estudo em matéria de "Condicionamento Acústico de Subestações".

INICIATIVAS PARA AVALIAR E MITIGAR IMPACTES AMBIENTAIS

“E verdadeiramente é assim: quantas cousas são hoje exemplos que começaram sem exemplo? Todas as opiniões ou verdades que se escreveram, tiveram princípio, e aquele que as começou sem autor, foi o primeiro que lhes deu a autoridade.”

Pe. António Vieira
História do Futuro

Os principais impactes ambientais são avaliados para as diferentes actividades e fases do ciclo de vida das infra-estruturas da empresa. Na prática procede-se a uma avaliação ambiental estratégica – na fase de planeamento –, a uma apreciação destes aspectos no âmbito dos processos de Avaliação de Impactes Ambientais (AIA) – na fase de projecto, construção e operação – e a uma avaliação sistemática e periódica da significância e riscos ambientais decorrentes das principais actividades – nas fases de construção, operação, manutenção e desactivação das instalações.

Figura 17 - Avaliação de impactes ambientais na REN



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Em 2007 foi publicado o regime jurídico da avaliação ambiental estratégica. Este instrumento de política ambiental tem como principal objectivo assegurar uma avaliação das consequências ambientais de certos planos e programas, prévia à sua adopção.

A Rede Eléctrica Nacional elabora e publica, de três em três anos, o plano de desenvolvimento da rede (PDIRT). Este plano foi sujeito em 2008 a um processo de avaliação ambiental estratégica, no âmbito do qual foram identificados três factores críticos (energia, fauna e ordenamento do território) e avaliadas cinco diferentes estratégias de expansão da rede nacional de transporte. O relatório ambiental resultante deste processo, em conjunto com a proposta de PDIRT, foi submetido a consulta pública já no decurso de 2008.

ESTUDOS E AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

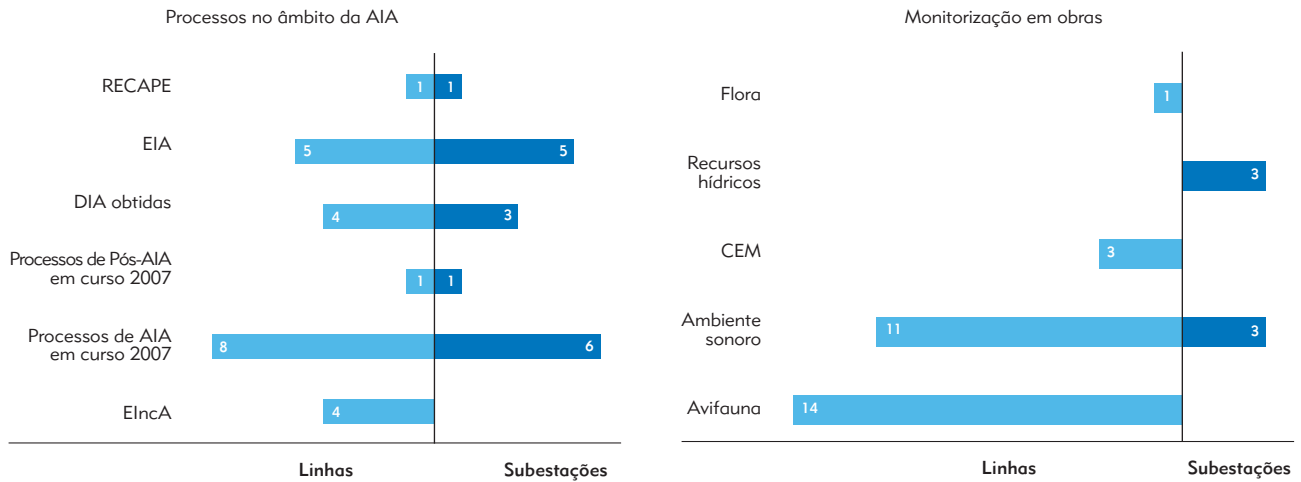
O processo de avaliação de impacto ambiental é um instrumento de natureza preventiva amplamente utilizado na REN, tendo em vista a identificação, avaliação, prevenção ou mitigação dos efeitos ambientais negativos potencialmente originados pelos seus projectos. A expansão das infra-estruturas e das instalações da rede nacional de transporte de gás natural tem ocorrido, nos últimos anos, a um ritmo bastante mais moderado que o verificado na rede de transporte de electricidade. Isto explica a menor utilização deste procedimento de avaliação naquela rede.

Durante o ano 2007, a Rede Eléctrica Nacional manteve uma intensa actividade neste domínio, tendo desenvolvido os processos indicados na Figura 18. Entre esses

processos conta-se a realização de estudos de incidências ambientais (ElncA) para projectos com parâmetros abaixo dos limiares definidos na legislação para a execução de procedimento formal de avaliação de impacto ambiental.

No âmbito da pós-avaliação dos projectos, quando estes são sujeitos a procedimento de avaliação de impacto ambiental ou quando os estudos de incidências ambientais assim o determinam, promove-se a realização de acções de monitorização de aspectos ambientais relevantes: ruído, campos eléctricos e magnéticos, avifauna, flora e recursos hídricos. Durante o ano 2007 foram concluídos os processos e as acções de monitorização (**EN26**) apresentadas na Figura seguinte:

Figura 18 - Processos no âmbito da AIA (à esq.) e obras sujeitas a monitorização pós-avaliação (à dta.) em 2007



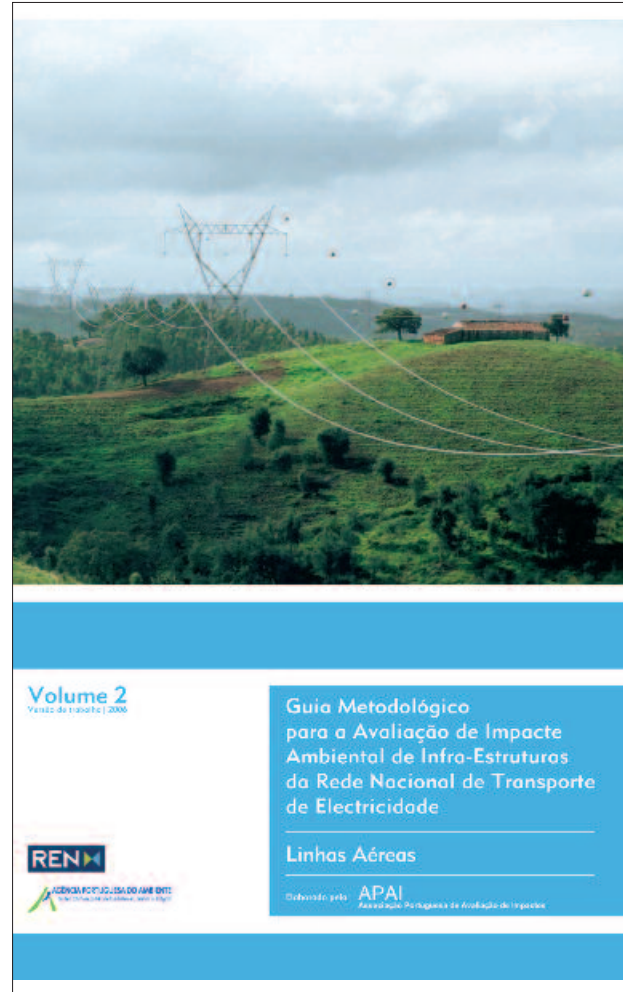


As obras de construção de novas infra-estruturas são realizadas com supervisão e acompanhamento ambiental, tendo em vista assegurar o cumprimento do estabelecido na declaração de impacte ambiental e nas medidas propostas nos respectivos planos de acompanhamento ambiental. Em 2007 foram sujeitas a supervisão e acompanhamento ambiental trinta e uma obras da Rede Eléctrica Nacional (dezanove em linhas e doze em subestações).

Foi também publicado o “Guia Metodológico para a Avaliação de Impacte Ambiental da Rede Nacional de Transporte de Electricidade – Linhas Aéreas”. A publicação deste documento decorre da política de melhoria contínua das práticas ambientais e é o resultado de um protocolo estabelecido com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA). A sua elaboração foi adjudicada à Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes (APAI), tendo nele igualmente participado diversas entidades intervenientes no processo de avaliação de impacte ambiental (AIA), nomeadamente o Instituto Português de Arqueologia (IPA), o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Este documento está disponível nos sítios da Internet da REN, da APA e da APAI.

Figura 19 - Sessão de apresentação do Guia Metodológico no auditório da APA



Na área de negócio do gás natural apenas foi realizado um estudo de impacte ambiental durante o ano 2007. O referido estudo, da responsabilidade da REN Gasodutos, incidiu sobre a construção do ramal de alta pressão Carriço-Leirosa-Lares, um projecto que tem como objectivo o abastecimento de gás natural às futuras centrais de ciclo combinado de Lares e de Leirosa/Lavos, ambas no concelho da Figueira da Foz.

Na ausência de obras, sujeitas a EIA, nas empresas REN Gasodutos e REN Armazenagem não foram realizadas acções de monitorização nesse âmbito durante o ano (EN26).

IMPACTES AMBIENTAIS DAS ACTIVIDADES DO GÁS NATURAL (EN12, EN13 E EN14)

Dado que os principais aspectos ambientais associados à actividade da REN na área do gás natural não foram suficientemente explanados em anteriores relatórios de sustentabilidade, contrariamente ao que se verificou em relação à área da electricidade por razões históricas referidas anteriormente, aflora-se em seguida de forma resumida este tema.

Um gasoduto é um tipo de infra-estrutura que não induz impactes negativos particularmente significativos, desde que se garanta o bom funcionamento de todas as instalações, equipamentos e sistemas que dele fazem parte e sejam mantidos os padrões de segurança exigidos. Em resultado da construção e exploração de um gasoduto, poderão ser principalmente afectados os seguintes descritores ambientais:

- **Qualidade do ar:** principalmente na fase de construção, devido à movimentação e transporte de terras e ao transporte de maquinaria de construção civil.
- **Recursos hídricos:** em zonas de Plano de Bacia Hidrográfica e para o atravessamento de rios, os gasodutos são construídos por perfuração dirigida a uma cota de cerca de 15 metros abaixo do seu leito pelo que não são expectáveis impactes nestas áreas.
- **Flora e uso do solo:** a instalação de gasodutos requer a abertura de uma vala profunda e a afectação de uma faixa de alguns metros de largura, o que tem impactes inevitáveis sobre áreas florestais. Os impactes negativos resultam da impossibilidade de exploração florestal com espécies de crescimento rápido. Esta faixa, por sua vez, induz impactes positivos, associados ao retardamento da propagação de eventuais incêndios, e porque proporciona caminhos de acesso para o seu combate. Isto também se aplica à fase de exploração.
- **Fauna:** o facto de o coberto vegetal ser mantido baixo sobre o gasoduto pode propiciar o desenvolvimento de comunidades herbáceas de clareira, que podem ser benéficas para algumas comunidades de animais, traduzindo-se num impacto ambiental que pode ser considerado positivo.

A armazenagem subterrânea do gás natural sob pressão em cavidades salinas – processo que para este efeito é considerado o mais seguro e o que se adapta melhor à armazenagem de longa duração de grandes volumes de gás sob pressão – apresenta vantagens económicas em relação ao processo de armazenagem em estado líquido a baixa temperatura. O sítio do Carriço foi seleccionado para a localização das cavernas de armazenamento subterrâneo devido às suas características geológicas e geográficas, mas também devido aos seus menores impactes ambientais quando comparado com outras localizações.

Os principais impactes negativos desta actividade estão relacionados com a afectação de diversos descritores biofísicos do ambiente, designadamente a geologia e os recursos hídricos, o uso e ocupação do solo, o ruído, a fauna e flora terrestre, a paisagem e o património. Os impactes positivos observam-se, sobretudo, a nível da economia nacional, sendo os negativos de carácter temporário e com incidência local.

Dada a natureza do empreendimento, considera-se que as situações mais importantes de risco ambiental, bem como de segurança, dizem respeito à possibilidade (ainda que remota) de erupção e fugas de gás. A actividade de armazenagem subterrânea de gás natural em cavidades salinas é considerada segura. De facto, a armazenagem em profundidade, dada a ausência de ar, evita todo o risco de inflamação do gás, sendo também impossível a ocorrência de explosões dentro de depósitos ou tubagens. As medidas de segurança adoptadas são tecnicamente as mais avançadas que se conhecem, pelo que minimizam o risco de acidente.

A exploração do Terminal de GNL, para a recepção de navios metaneiros, apresenta impactes positivos muito significativos ao nível da qualidade do ar e da socioeconomia, pois contribui para a concretização de opções estratégicas do Governo português para o sector energético, assim como reforça a importância do porto de Sines. Durante a fase de exploração os impactes são mínimos e prendem-se, sobretudo, com a qualidade da água, o ruído e a paisagem.



AVALIAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA E DE RISCO AMBIENTAL

A avaliação dos impactos ambientais não se resume à realizada no âmbito de novos projectos e da construção das infra-estruturas, sendo igualmente efectuada para as restantes actividades da REN, adoptando procedimentos específicos de avaliação da significância. Em 2008, pretende-se harmonizar as diferentes metodologias utilizadas e que emergiram da ainda recente criação da REN como grupo empresarial.

Em seguida são passados em revista, ainda que resumidamente, alguns dos principais aspectos e impactos ambientais decorrentes da actividade da REN.

IMPACTE VISUAL E PAISAGÍSTICO

As várias empresas concessionárias do Grupo possuem instalações que apresentam um impacto visual considerado menos positivo e que, em alguns casos, constituem um passivo ambiental por terem sido construídas há bastante tempo e numa altura de menor acuidade de alguns aspectos ambientais. Tendo em vista a progressiva redução deste passivo, têm sido promovidas intervenções de requalificação paisagística, em situações em que tal é justificável e técnica e economicamente viável.

Na Rede Eléctrica Nacional foram concluídos, em 2007, os trabalhos de integração paisagística das subestações de Fernão Ferro, Custóias e Palmela, que constituem uma das medidas do Plano de Promoção do Desempenho Ambiental (PPDA) aprovado pela entidade reguladora para o triénio 2006-2008.

As principais acções executadas nestes trabalhos de integração paisagística incluíram:

- A remoção dos diversos entulhos existentes;
- A limpeza selectiva do mato acumulado ao longo dos anos;
- O reforço do prado existente, de modo a eliminar as áreas sem prado e a criar um coberto homogéneo em todas as áreas verdes;
- O reforço ou estabelecimento de vegetação arbustiva e arbórea, de forma a melhorar estética e ecológicamente toda a área;
- A criação de uma rede de caminhos efectivos.

Pretendeu-se, assim, melhorar os valores cénicos da envolvente das instalações junto dos principais receptores sensíveis.

Figura 20 - Pormenor, antes e depois, da integração paisagística da subestação de Custóias



Nas linhas de muito alta tensão tem-se vindo a proceder ao dismantelamento e eliminação das servidões das que se encontram em fim de vida útil e para as quais não há a perspectiva, nem a necessidade, de reutilização do respectivo corredor. No decurso de 2007 foi realizada a desmontagem de cerca de 55 quilómetros da linha Palmela-Ferreira do Alentejo, estando esta medida igualmente contemplada no PPDA.

Figura 21 - Pormenor, antes e depois, da desmontagem da linha Palmela-Ferreira do Alentejo



No caso da rede de transporte de gás natural, a minimização do impacto visual das suas infra-estruturas é conseguida através da integração paisagística das áreas afectadas:

- **Infra-estrutura enterrada** (gasoduto) – neste caso, após as obras de construção da infra-estrutura, são repostas as condições primitivas dos terrenos e da paisagem na zona intervencionada e de desenvolvimento traçado, eliminando-se, assim, qualquer impacto na paisagem.

- **Afloramentos e estruturas associadas** (estações) – recorre-se ao revestimento com espécies vegetais adequadas, eventualmente conseguida por projecção de hidrossementeira de vegetação rasteira seguida, quando apropriado e após a estabilização da barreira, de espécies arbóreas de pequeno porte; esta metodologia pode-se considerar com mérito ambiental no enquadramento paisagístico;

- **Edifícios** – florestação e ajardinamento da envolvente de Bucelas onde, de momento, mercê das condições do terreno e outras condicionantes, tem-se vindo a observar uma tendência para a desertificação.

RUÍDO

O ambiente sonoro é considerado em todas as infra-estruturas da rede nacional de transporte, no âmbito da avaliação de impacto de projectos. Para as novas subestações são efectuados estudos de condicionamento acústico que abrangem todas as fases construtivas, desde a instalação inicial até à configuração final da subestação. Com base nos resultados desses estudos são tomadas decisões quanto à necessidade de se implementarem medidas de condicionamento e quais as medidas a adoptar. Na fase de exploração são efectuadas campanhas de monitorização do ambiente sonoro de forma a validar as previsões efectuadas em fase de projecto.

É de referir a particularidade que resulta do facto da principal fonte de ruído destas instalações – os transformadores de potência – não poderem, em caso algum, ser desligados em simultâneo, sob pena de haver interrupção do abastecimento de energia eléctrica. Este aspecto faz com que a verificação da conformidade legal não possa ser efectuada nas condições previstas no regulamento aplicável, o que justifica o desenvolvimento de metodologias de modelação e simulação específicas e complexas.

Neste âmbito, destaca-se a conclusão das duas primeiras fases do Protocolo REN-IDAD. O trabalho já desenvolvido abrangeu a monitorização de seis instalações consideradas representativas do universo das subestações existentes. Na terceira fase, em finalização, será elaborada uma especificação dos requisitos metodológicos para a caracterização do ruído residual.



CONSUMOS ENERGÉTICOS

“ Bem assim como o sol ou candeia (que era a nossa comparação) não só alumia com a luz que está ao lume ou fogo que nela se sustenta, senão também, e muito mais, com a luz que dela se vai produzindo, multiplicando e difundindo por todas as partes vizinhas e ainda distantes, conforme a sua menor ou maior esfera, assim o lume natural do discurso, se vai propagando, difundindo e estendendo a muitas cousas, tempos, sucessos e circunstâncias que nelas estavam ocultas e pela conferência e consequência do mesmo discurso se vão entendendo e descobrindo de novo ”

Pe. António Vieira
História do Futuro

Os consumos energéticos da REN podem classificar-se em directos e indirectos. O primeiro diz respeito ao consumo de fontes de energia primária (ex: gás natural) e o segundo refere-se a formas de energia produzidas a partir de fontes primárias (ex: electricidade). Nas empresas do Grupo, o consumo directo de energia é apenas relevante no caso das empresas do gás, sendo os consumos indirectos relevantes para todas as empresas.

CONSUMO DIRECTO DE ENERGIA

Nas empresas do gás, o consumo directo de energia está relacionado com o processo de transporte em alta pressão. A utilização de gás natural em caldeiras (para garantir a sua entrega às distribuidoras a uma temperatura previamente definida) e as perdas na rede de transporte são exemplos deste tipo de consumos. A REN Gasodutos dispõe ainda de uma unidade de cogeração que, além de consumir gás natural, fornece energia ao edifício-sede e entrega a electricidade remanescente à rede eléctrica.

No total, o consumo directo de energia das empresas de gás da REN foi de 257 502 GJ (**EN3**) em 2007. Este valor resulta da diferença entre os diversos consumos directos de energia – entradas – e a energia vendida pela REN Gasodutos – saídas (Figura 22).

Figura 22 - Consumo directo de energia por tipo nas empresas do gás

ENTRADAS

Gás Natural - Consumido
243 149 GJ

Combustíveis - Frota
9 825 GJ

Perdas - Rede de Transporte
1 730 GJ

REN GÁS

Electricidade produzida
(Cogeração)
8 960 GJ

SAÍDAS

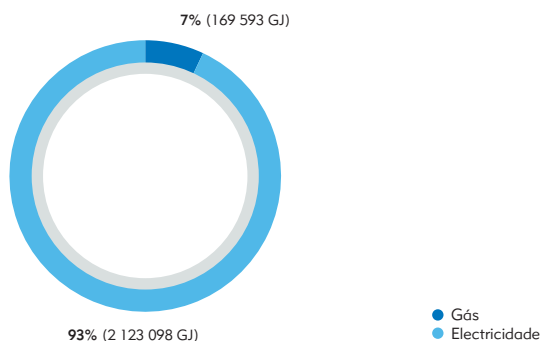
Electricidade vendida
(Cogeração)
6 162 GJ

CONSUMO INDIRECTO DE ENERGIA

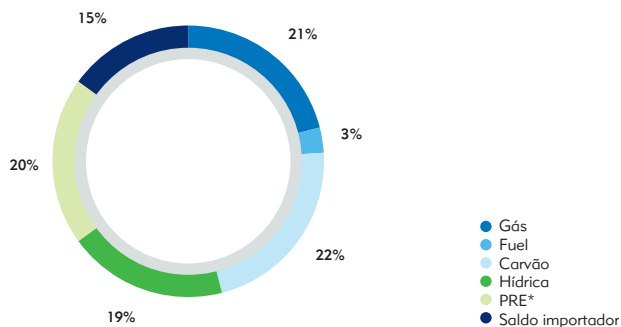
Quanto ao consumo indirecto de energia é de referir a utilização de electricidade nos edifícios e infra-estruturas da REN e ainda as perdas na rede de transporte de electricidade. Essas perdas representaram cerca de 90% do consumo indirecto de energia das empresas do Grupo REN (2 292 691 GJ) em 2007 (**EN4**). De acordo com dados da Rede Eléctrica Nacional, a repartição da energia consumida por combustível primário utilizado na sua produção é a apresentada na Figura 23.

Figura 23 - Consumo indirecto de energia por área de negócio e repartição da energia total consumida por combustível

Consumo Indirecto de Energia



Repartição da Produção



* PRE – Produção em Regime Especial



UTILIZAÇÃO DO DOMÍNIO HÍDRICO

“Quando queremos encarecer uma coisa de muito clara, dizemos que é clara como a água, porque não há coisa mais clara; e contudo essa mesma água, com uma nuvem diante, é escura: Em havendo nuvem em meio, até a água é escura”

Pe. António Vieira
História do Futuro

CIRCULAÇÃO DE ÁGUA ASSOCIADA AOS PROCESSOS

A utilização de volumes significativos de água nas empresas do Grupo está associada aos processos da REN Atlântico e da REN Armazenagem. Importa referir que a utilização de água não constitui um consumo efectivo, na medida em que o volume captado é quase integralmente restituído ao meio, ainda que sofrendo ligeiras alterações na sua qualidade que são rigorosamente monitorizadas.

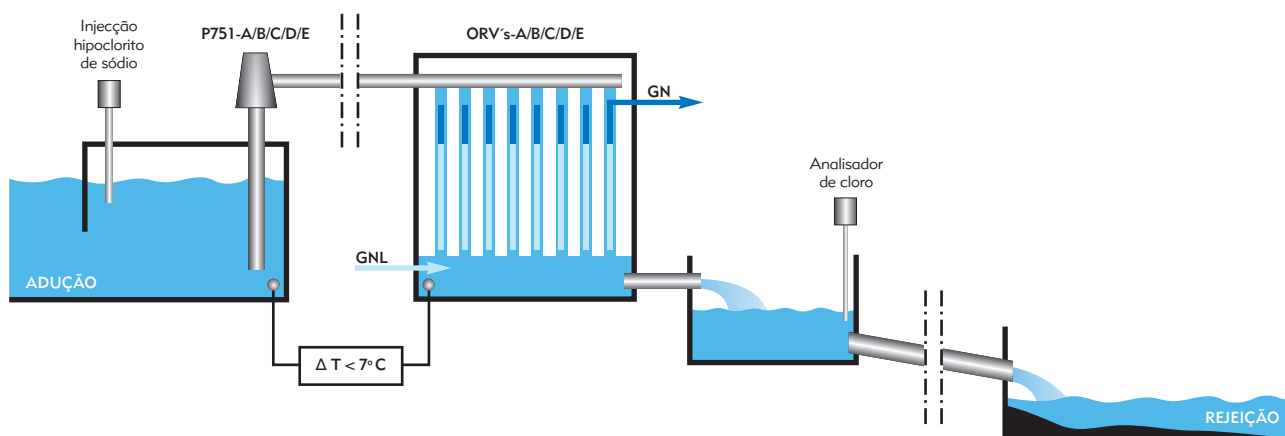
Na REN Atlântico, o gás natural liquefeito (GNL) recebido no terminal resulta do arrefecimento do gás natural a temperaturas inferiores às de condensação do metano (-162°C). A liquefacção do gás natural conduz à redução de volume em cerca de 600 vezes, o que torna viável o transporte desta forma de energia a grandes distâncias. Com o objectivo de o fazer retomar o estado gasoso, de forma a poder ser introduzido na rede nacional de transporte, o gás natural liquefeito tem que ser aquecido, sendo para o efeito utilizada como fonte de calor a água do mar.

O circuito de captação e rejeição de água do mar é o esquematizado na Figura 24, sendo de destacar que não há qualquer contacto entre o gás natural liquefeito e a água do mar. De modo a proteger o sistema de captação e rejeição de água do mar contra a acumulação de microrganismos ou resíduos biológicos, o Terminal de GNL possui uma unidade de produção de hipoclorito de sódio. Desta forma assegura-se que a qualidade da água se mantém dentro dos limites legais aplicáveis e são evitados impactes negativos ou alteração dos factores ecológicos e biológicos marinhos.

Durante o ano 2007 foram captados e introduzidos neste circuito 73,8 milhões de m³ de água do mar (EN8, 21), tendo o mesmo volume sido devolvido ao mar. Em termos de captações para consumo de água, a REN Atlântico utilizou 24 mil m³ de água potável e industrial (EN8).



Figura 24 - Esquema do circuito de adução e rejeição de água do mar, utilizada como fonte de calor para regaseificação do GNL



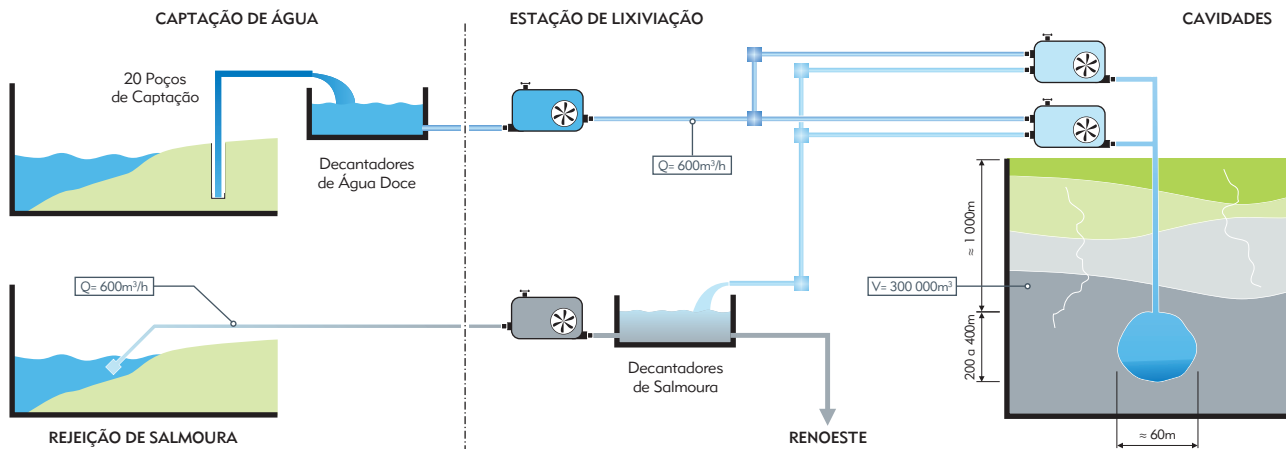
Na REN Armazenagem, o processo de construção de cavidades salinas para a armazenagem de gás natural consiste na perfuração de um poço do tipo petrolífero até à camada de sal-gema, no qual são introduzidos dois tubos concêntricos. Por um dos tubos faz-se a circulação da água que dissolve o sal e pelo outro extrai-se a salmoura resultante. Para a construção das cavidades existem à superfície uma estação de lixiviação e uma estação de gás.

O sistema de captação de água é composto por 20 poços pouco profundos (até 25 metros) que fornecem água às instalações de lixiviação, a um caudal máximo de 600 m³/h. Na estação de lixiviação existem três bombas que garantem a injeção de água para as cavidades a ser lixiviadas.

Após a saída das cavidades lixiviadas, a salmoura passa por dois decantadores, sendo conduzida até dois tanques de grandes dimensões. Parte da salmoura é entregue à empresa RENOESTE para aproveitamento do sal, sendo a restante transportada para o local de rejeição (o oceano). A salmoura é rejeitada na linha de costa existente, estando sujeita aos efeitos das marés.

Durante o ano 2007 foram captados 1,8 milhões de m³ de água salobra (EN 8). Da salmoura extraída, cerca de 380 mil m³ foram entregues à RENOESTE, para reutilização no seu processo, e 1,4 milhões de m³ foram descarregados no mar (EN21).

Figura 25 - Esquema do circuito de captação de água e rejeição de salmoura



EMISSIONES ATMOSFÉRICAS

“Umas cousas faz novas o esquecimento, porque se não lembra; outras a escuridade, porque se não vêem; outras a ignorância, porque se não sabem; outras a distância, porque se não alcançam; outras a negligência, porque se não buscam.”

Pe. António Vieira
História do Futuro

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

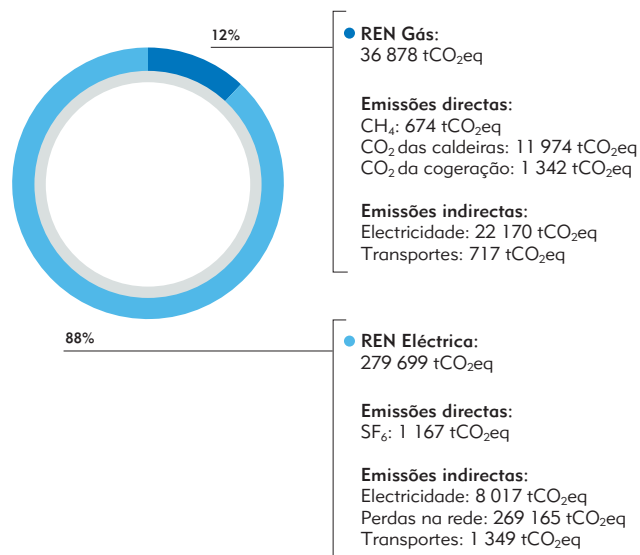
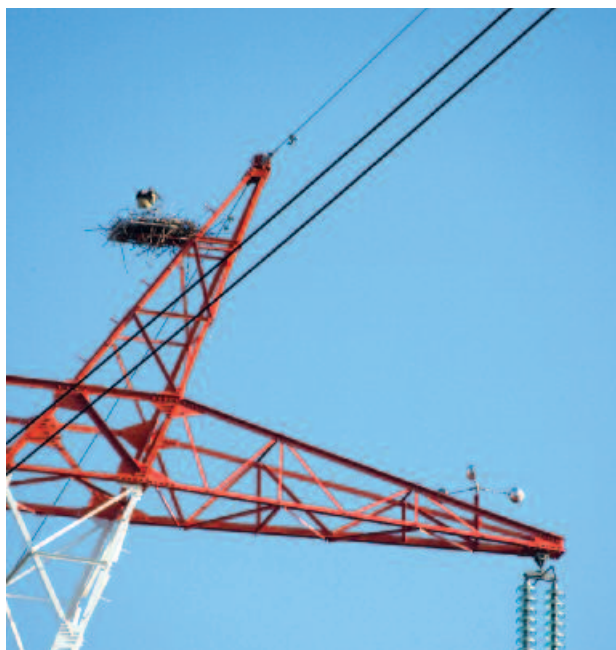
Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, assistiu-se nos últimos anos a um aumento das preocupações mundiais com a temática das alterações climáticas. A REN, consciente dos seus compromissos e dado o seu papel no sector energético nacional, segue atentamente a evolução desta temática. Neste domínio, e a nível inter-

no, é efectuada a monitorização das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) resultantes da actividade. As emissões de GEE da REN dividem-se, quanto à sua origem, em:

- Directas:
 - Hexafluoreto de enxofre (SF_6) dos disjuntores e subestações blindadas da rede eléctrica;
 - Metano (CH_4) das purgas da rede de transporte de gás natural;
 - Dióxido de carbono (CO_2) associado à queima de gás natural em caldeiras e ao funcionamento da unidade de cogeração.
- Indirectas:
 - As relativas ao consumo de electricidade nas instalações e às perdas na rede de transporte de electricidade (ambas associadas à queima de combustíveis fósseis para a produção de energia eléctrica nas centrais termoeléctricas);
 - As decorrentes da utilização de transportes para deslocações em serviço.

Os quantitativos emitidos em 2007 são apresentados na Figura 26 (EN16 e EN17).

Figura 26 - Emissões directas e indirectas de GEE



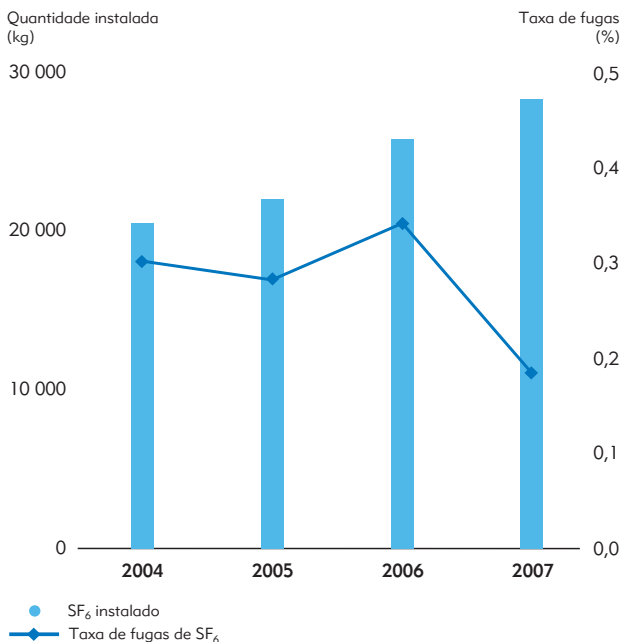


Como exemplo de iniciativas empreendidas no Grupo para a redução das emissões de GEE, destacam-se as realizadas no domínio da prevenção das fugas de SF₆ – gás com efeito de estufa abrangido pelo Protocolo de Quioto com maior potencial de aquecimento global. Em 2007 foram desenvolvidas as seguintes actividades nesta área:

- Recondicionamento de um tipo específico de disjuntores responsável por uma parte significativa das fugas de SF₆ registadas em anos anteriores. Em 2007, foram recondicionados e recolocados em serviço 14 disjuntores deste tipo;
- Instalação de válvulas de enchimento e de amostragem de hexafluoreto de enxofre em 15 disjuntores de outro tipo, como medida preventiva para eliminar as fugas de SF₆ que se verificavam em operações de manutenção. A taxa de realização deste programa era de 90% no final do ano;
- Substituição de uma família de disjuntores por obsolescência, excessivos custos de manutenção e fugas de SF₆. Em 2007 foram substituídos quatro disjuntores nestas condições.

Com estas medidas, e não obstante o aumento da quantidade de SF₆ instalado em equipamentos da rede eléctrica, verificou-se uma redução no quantitativo de fugas deste gás em cerca de 58% face a 2006, tendo sido emitidas no total 1 167 tCO₂eq em 2007 (EN18) (Figura 27).

Figura 27 - SF₆: Quantidade total instalada e taxa de fugas



GESTÃO DE RESÍDUOS

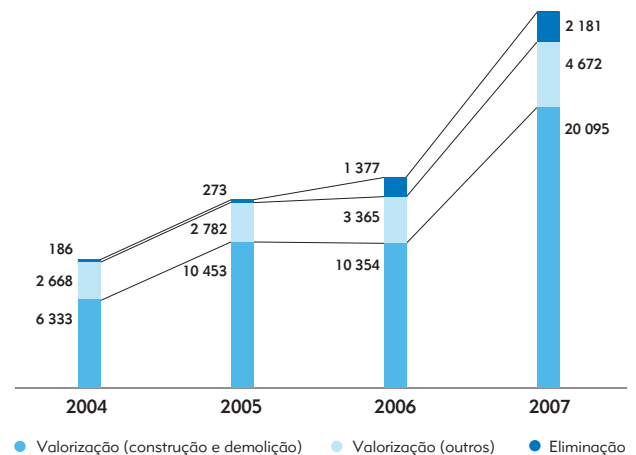
“As coisas velhas são do tempo, as novas do merecimento; porque as velhas são alheias, as novas nossas.”

Pe. António Vieira
História do Futuro

Os quantitativos de resíduos produzidos na Rede Eléctrica Nacional são muito superiores aos das restantes empresas do Grupo. Em resultado da crescente penetração de energia produzida a partir de fontes de energia renováveis, associada à necessidade de reforço das interligações com Espanha no âmbito do MIBEL, tem-se vindo a verificar, conforme referido anteriormente, um investimento significativo no reforço e expansão da rede de transporte, com a construção de novas subestações e novas linhas de transporte de electricidade. Adicionalmente, foi necessário proceder à requalificação de alguns corredores de linhas, tendo a REN procedido à sua desmontagem. Este intenso volume de actividade originou um aumento significativo da produção total de resíduos que, em 2007, foi de cerca de 27 mil toneladas (EN22), um valor que representa quase o dobro dos resíduos produzidos em 2006.

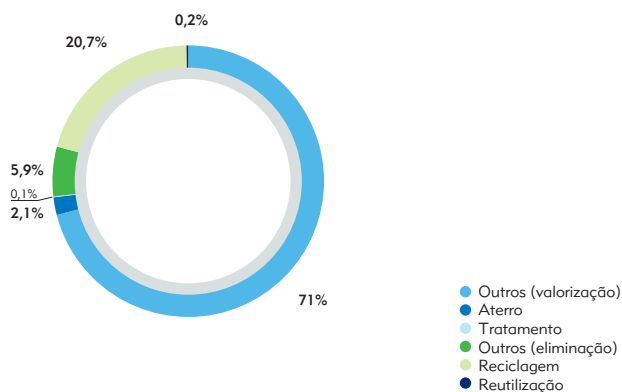
Figura 28 - Produção de resíduos por destino final

(Valores em toneladas)



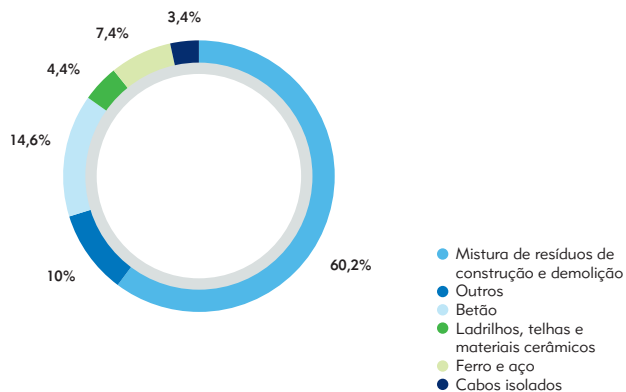
Em 2007 a valorização foi o destino final de 92% dos resíduos produzidos na Rede Eléctrica Nacional, 81% dos quais resultaram de operações de construção e demolição.

Figura 29 - Repartição dos resíduos por destino final (Rede Eléctrica Nacional)



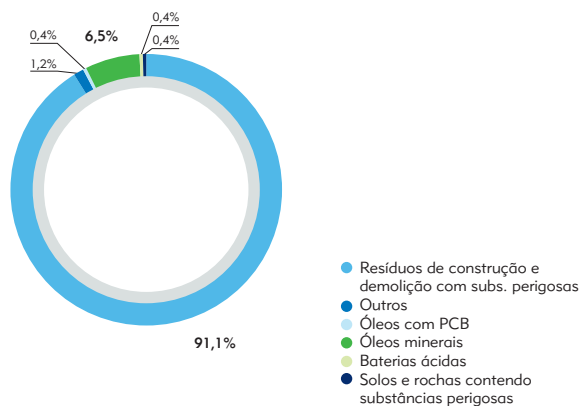
Em linha com o que se verificou em anos anteriores, cerca de 94% dos resíduos produzidos na Rede Eléctrica Nacional classificaram-se como não perigosos e incluíram, maioritariamente, resíduos de construção e demolição, betão, ferro e aço, isoladores cerâmicos e, em menor percentagem, outro tipo de resíduos, como os decorrentes de actividades administrativas (papel e embalagens).

Figura 30 - Produção de resíduos não perigosos por tipo



Apenas 6% dos resíduos produzidos na Rede Eléctrica Nacional são classificados como perigosos, destacando-se em 2007 a eliminação de cerca de seis toneladas de óleos usados contaminados com policlorobifenilos (PCB) (EN24). Estes óleos resultaram de operações de descontaminação desenvolvidas em quatro transformadores de potência. De referir que, com estas operações de descontaminação, a Rede Eléctrica Nacional conseguiu antecipar em dois anos o objectivo de eliminar todos os óleos e equipamentos contaminados com PCB, definido na legislação nacional.

Figura 31 - Produção de resíduos perigosos por tipo



BIODIVERSIDADE

“Todas as criaturas quantas há no mundo se reduzem a quatro géneros: criaturas racionais, como os homens; criaturas sensitivas, como os animais; criaturas vegetativas, como as plantas; criaturas insensíveis, como as pedras; e não há mais.”

Pe. António Vieira
Sermão da Sexagésima

PROTECÇÃO DA FAUNA

Como forma de minimizar o impacte ambiental na biodiversidade, na fase de estudo de impacte ambiental procura-se evitar o atravessamento de áreas protegidas e sensíveis. Apesar desta preocupação, verifica-se que uma percenta-

gem do total da extensão das linhas de muito alta tensão e do total de ocupação do solo das subestações da rede eléctrica se encontram, total ou parcialmente, incluídas em áreas sensíveis: Rede Natura 2000, Zonas de Protecção Especial e Áreas Protegidas que incluem parques nacionais, reservas, parques e monumentos naturais. Esta ocupação deve-se ou a razões históricas, por ser anterior à definição das áreas protegidas, ou à necessidade de permitir e/ou reforçar o escoamento da energia de centros produtores ali situados. Também algumas estações e parte dos gasodutos da rede de gás se encontram incluídos em zonas sensíveis. Nem as instalações da REN Atlântico, nem as da REN Armazenagem estão localizadas em zonas sensíveis (EN11).

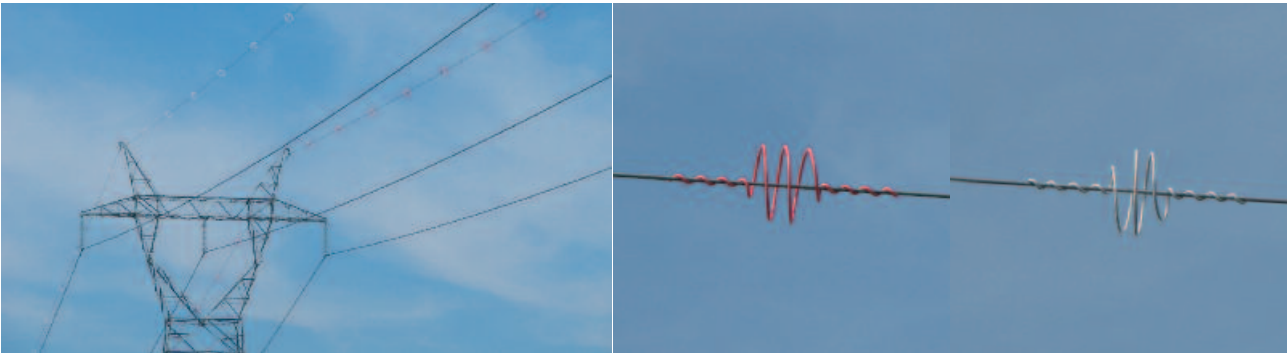
Tabela 4 - Percentagem de ocupação de áreas sensíveis

	2007		2006	
Subestações da Rede				
Eléctrica (área)	0,3 km²	5%	0,3 km²	5%
Linhas da Rede Eléctrica				
(comprimento)	886 km	12%	865 km	12%
Estações da REN				
Gasodutos (área)	0,075 km²	9%	Não reportado 2006	
Gasodutos				
(comprimento)	127 km	10%	Não reportado 2006	

Na Rede Eléctrica Nacional, um dos principais impactes na biodiversidade decorrentes da construção e exploração de linhas resulta da possibilidade de ocorrência de episódios de colisão de aves com os cabos e, muito raramente, de electrocussão.

Ao abrigo de um protocolo de colaboração com o ICNB, deu-se continuidade a uma programa plurianual de identificação de troços de linhas que eram comprovada ou potencialmente impactantes para certas populações de aves, e da sua respectiva sinalização para prevenção da colisão.

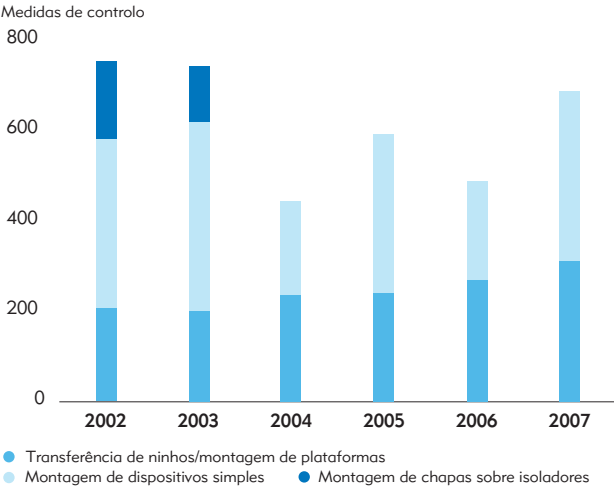
Figura 32 - Sinalização da linha Ermidas-Ferreira do Alentejo (pormenor de BFD à direita)



Ainda no que respeita à protecção da avifauna, têm vindo a ser desenvolvidas as seguintes actividades para compatibilização da rede eléctrica com a crescente população de cegonhas brancas no nosso país:

- Instalação de plataformas de nidificação, por vezes acompanhada pela transferência de ninhos;
- Montagem de dispositivos simples e expeditos para evitar que as cegonhas poiseem nas cadeias de isoladores.

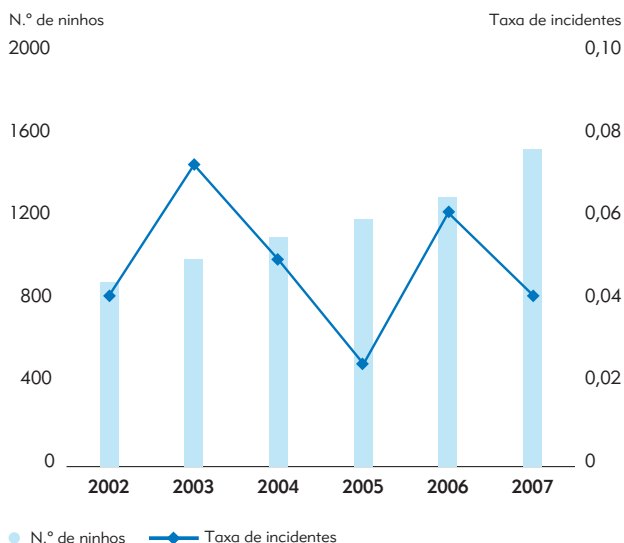
Figura 33 - Evolução das medidas de controlo da nidificação da avifauna



Deste modo tem sido possível aumentar significativamente o número de ninhos existentes em apoios da rede nacional de transporte (em 2007 foram inventariados mais de 1 500 ninhos) sem comprometer a qualidade de serviço.

A taxa de incidentes, calculada como o quociente entre o número de curto-circuitos provocados por aves e o número total de ninhos em apoios da RNT, está estabilizada, desde 1999, abaixo dos 0,1 (**EN12, EN13, EN14**).

Figura 34 - Evolução do número de ninhos de cegonhas e taxa de incidentes em linhas da RNT



Foram ainda implementadas em 2007 as seguintes medidas compensatórias decorrentes do processo de AIA de construção de linhas:

- **Linhas Tunes-Estói e Sines-Portimão 3:** a medida compensatória para protecção da Águia de Bonelli prevê o aumento da disponibilidade de alimento, a melhoria do habitat de nidificação e o estudo da interacção entre as águias e as linhas. Estas medidas foram identificadas devido à possibilidade de colisão destas aves com as linhas durante a caça, ou durante a fase de aprendizagem do voo para os juvenis desta espécie.
- **Linha Alqueva-fronteira espanhola:** está em curso a gestão de cerca de 500 hectares de habitat de Sisão e de 190 hectares de habitat de Grou. Para o Grou serão também estabelecidos novos locais de dormida, de forma a minimizar o risco de colisão das aves com a linha.
- **Ramal entre a linha Mogadouro-Valeira e a subestação de Macedo de Cavaleiros, a 220 kV (na proximidade do rio Sabor):** foram identificados impactes sobre casais de Águia de Bonelli e Águia-real, devido à proxi-

midade da linha aos ninhos. Estão a ser implementadas, desde Setembro de 2007, algumas medidas compensatórias que consistem na criação de condições para o aumento de alimento e melhoria do habitat das espécies presa das águias (recuperação e repovoamento de pombais, instalação de bebedouros e sementeiras). Está ainda a ser garantida a monitorização das águias e o seu seguimento via satélite através de equipamentos apropriados (PTT - Platform Transmitter Terminal).

Nas instalações da REN Atlântico têm sido desenvolvidas acções de monitorização da população de gaivotas existente no terminal de GNL de Sines, por razões de segurança. Estas acções fazem parte de um protocolo estabelecido entre a REN Atlântico e o ICNB. Durante o ano 2007, os Vigilantes da Natureza da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha realizaram duas intervenções no terminal para retirada de alguns ninhos de zonas críticas. Nestas intervenções foram também capturados diversos juvenis de gaivota de patas amarelas que, posteriormente, foram encaminhados para o Centro de Recuperação de Santo André (**EN26**).

PROTECÇÃO E COMPENSAÇÃO DA FLORA

O impacto na flora está relacionado com a construção de novas infra-estruturas e com a abertura e manutenção das faixas de protecção, tanto das redes de gás como de electricidade.

Em 2007 foram abatidas cerca de 113 500 árvores para a construção de novas subestações e linhas ou para *uprating* (aumento da capacidade de transporte) de linhas existentes. Verificou-se, assim, uma redução significativa do número de árvores abatidas em relação a 2006 (menos cerca de 443 500 árvores) o que, no entanto, resulta meramente das características específicas das zonas onde incidiram os trabalhos em cada um dos anos.

Ainda neste âmbito, é de salientar que em 2007 houve a necessidade de se proceder ao abate de 21 azinheiras adultas e 126 árvores jovens, numa área de cerca de 3,5 hectares, para a construção da subestação de Castelo Branco – uma infra-estrutura indispensável à expansão da rede nacional de transporte. Para compensar o abate da mancha de azinheiras e para dar cumprimento a requisitos legais, optou-se por desenvolver um plano de arborização nos terrenos anexos à subestação. Assim, procedeu-se à plantação de um total de 4 587 azinheiras, 4 587 pinheiros mansos e 640 freixos, de forma voluntária e ultrapassando em larga medida o número de azinheiras que seria necessário plantar como medida compensatória (1,25 vezes o número total de árvores abatidas).



Figura 35 - Aspecto da plantação em bosquete na subestação de Castelo Branco



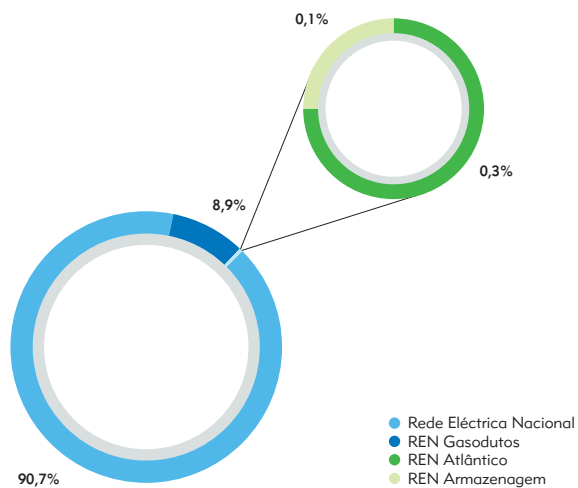
CUSTOS AMBIENTAIS

“O último degrau da escada não é maior que os outros, antes pode ser menor; mas basta ser o último, e estar em cima dos mais, para que dele se possa alcançar o que de outros se não alcança.”

Pe. António Vieira
História do Futuro

Todos os custos incorridos com o ambiente na REN são registados e acompanhados. Em 2007, verificou-se uma maior incidência desses custos na Rede Eléctrica Nacional, os quais representaram cerca de 91% do total (**EN30**) (Figura 36).

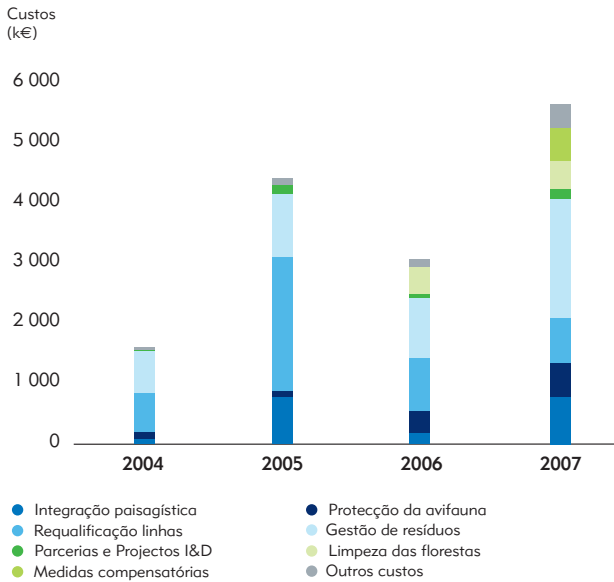
Figura 36 - Repartição dos custos ambientais por empresa



Os custos com a protecção do ambiente na Rede Eléctrica Nacional ascenderam a 5,7 milhões de euros. Para este valor contribuíram, sobretudo, a gestão dos resíduos (35% do total dos custos), a integração paisagística (14%) e a requalificação dos corredores de linhas (13%). Na rubrica “outros custos” destaca-se a realização de campanhas de monitorização de campos eléctricos e magnéticos e de vertebrados voadores (Figura 37). De referir que se verificaram proveitos directos da gestão de resíduos na ordem dos 980 mil euros, resultantes principalmente da venda de resíduos metálicos.

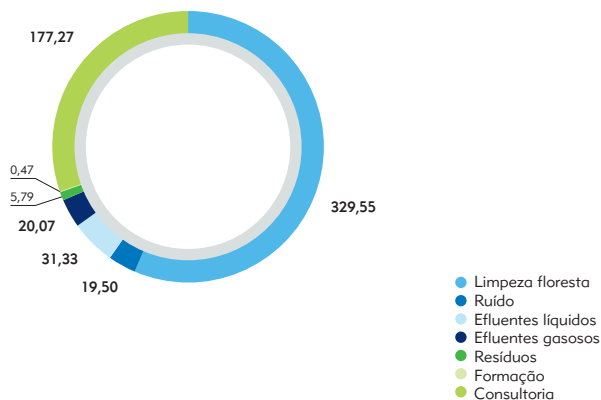


Figura 37 - Custos ambientais da Rede Eléctrica Nacional



Para as três empresas da área do gás, os custos com a protecção do ambiente, em 2007, foram de 584 mil euros, destacando-se o montante dispendido na limpeza da faixa sobre o gasoduto e em consultoria nos sistemas de gestão da qualidade, ambiente e segurança (Figura 38).

Figura 38 - Custos ambientais das empresas do gás REN para o ano 2007 (k€)



CONTROLO E SUPERVISÃO AMBIENTAL


“ Nas quais palavras se devem ponderar muito quatro cousas: Que é o que se descobriu; quem o descobriu; a quem se descobriu; e quando se descobriu. ”

Pe. António Vieira
História do Futuro

A supervisão ambiental é assegurada através da realização de auditorias internas e externas às actividades e instalações da empresa, por equipas especializadas que asseguram o cumprimento das exigências ambientais em obra, pela análise dos registos das principais ocorrências de incidência ambiental e pelo apuramento de indicadores locais e consolidados ao nível do Grupo.

Em 2007, foram registadas apenas três ocorrências de derrame de substâncias perigosas em actividades da Rede Eléctrica Nacional. De notar que nenhuma representou um impacto significativo em termos ambientais (EN23).

A REN foi notificada em oito processos de contra-ordenação relativos à falta de limpeza da faixa de protecção e num processo de contra-ordenação na sequência de um possível abate ilegal de pinheiros bravos, em actividades da rede eléctrica. Todos estes processos estão ainda em curso (EN28).

The background of the slide is a photograph showing a landscape with green trees and bushes in the foreground. In the middle ground, there are several high-voltage electrical transmission towers (pylons) with multiple power lines stretching across the scene. The sky is a clear, bright blue with a few wispy white clouds. A white rectangular box with a thin border is centered in the upper half of the image, containing the title text.

Indicadores de desempenho social



INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

“Descobrimos hoje mais, porque olhamos de mais alto e que distinguimos melhor porque vemos mais perto e que trabalhamos menos porque achamos os impedimentos tirados. Olhamos de mais alto, porque vemos sobre os passados vemos de mais perto, porque estamos mais chegados aos futuros e achamos os impedimentos tirados, porque todos os que cavaram neste tesouro e varreram esta casa, foram tirando impedimentos à vista, e tudo isto por benefício do tempo.”

Pe. António Vieira
História do Futuro



DEPOIMENTO

Constituição da REN Serviços

A REN adoptou uma estratégia de aproveitamento de sinergias internas através da criação de uma nova empresa no Grupo – a REN Serviços – que engloba as diversas áreas de incidência transversal.

O arranque desta nova empresa veio alterar alguns procedimentos vigentes num conjunto de actividades que, na realidade, já eram realizadas pelos trabalhadores das áreas abrangidas pela movimentação interna de pessoas.

A envolvimento das estruturas dos trabalhadores no arranque da nova empresa foi um acto de responsabilidade e de trabalho conjunto com a gestão de topo, e que permitiu colocar em evidência a necessidade destas estruturas deverem ter uma participação mais dinâmica e construtiva na concretização de actos de gestão desta natureza. As estruturas representativas devem ser parte da solução e não do problema.

Cremos que a implementação da política de sustentabilidade de qualquer empresa passará, necessariamente, pelo empenhamento de todos os seus colaboradores, uma vez que acreditamos que a responsabilidade social da empresa deverá desenvolver-se preferencialmente de dentro para fora.

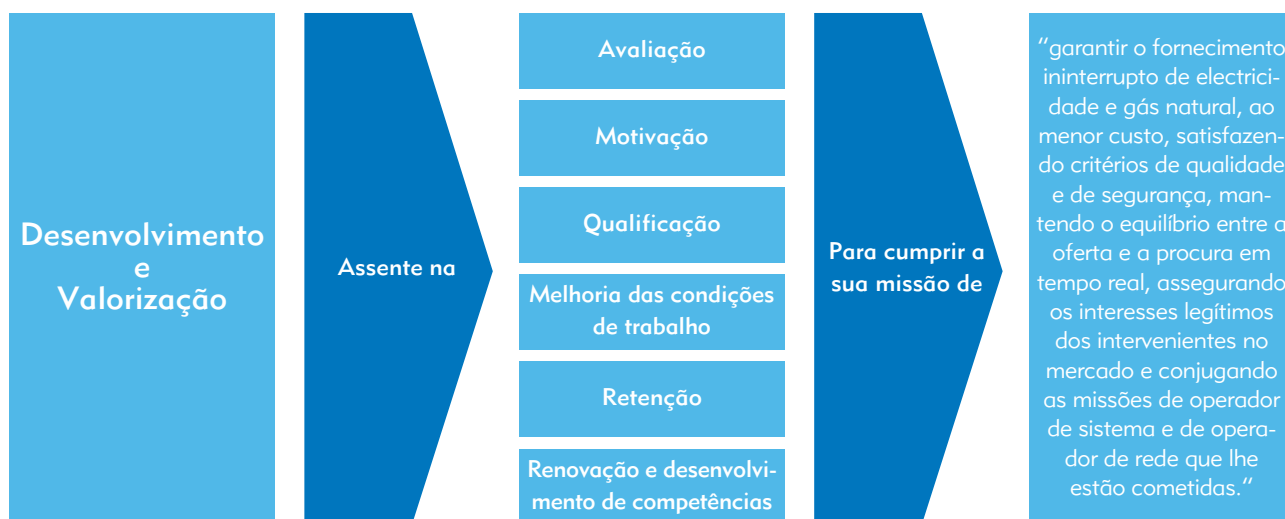
Uma adequada política de motivação dos trabalhadores e uma grande coesão interna permitirão consolidar e fortalecer o pilar da responsabilidade social. Também uma correcta política de formação e de interacção responsável, nas valências ambientais, da segurança e da qualidade, farão com que a REN transmita para a sociedade a imagem de uma empresa com forte comprometimento com o desenvolvimento sustentável apoiado na sua estrutura mais sólida: os trabalhadores.

**A Comissão de Trabalhadores
da Rede Eléctrica Nacional**



A gestão do capital humano na REN visa, primordialmente, garantir as competências necessárias ao cumprimento da sua missão e o desenvolvimento e a valorização das pessoas.

Figura 39 - Gestão do Capital Humano



A REN aposta, também, na preservação de um ambiente de grande estabilidade e harmonia laboral, baseado no diálogo com os trabalhadores relativamente a diversos actos de gestão, designadamente através da realização de reuniões regulares com os seus representantes. O conjunto de sessões de esclarecimento e de reuniões com as estruturas representativas dos trabalhadores sobre a constituição da REN Serviços, que em termos de movimentação interna se expressou na transferência de cerca de 25% do total de efectivos – concluída no início de Abril de 2008 – é ilustrativo desse clima de abertura e diálogo.

COLABORADORES

O número total de colaboradores não sofreu alterações significativas em 2007 (+1%), tendo sido efectuadas apenas algumas contratações pontuais para dar resposta a um acréscimo de actividade. No final do ano, a REN contava com um total de 802 colaboradores, distribuídos geograficamente conforme indicado na Figura 40, em regime de trabalho a tempo inteiro e na sua grande maioria pertencentes ao quadro permanente (LA1).

Os trabalhadores da Rede Eléctrica Nacional estão abrangidos por um Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), aplicando-se aos das empresas do gás o regime de Contrato Individual de Trabalho (LA4).

Figura 40 - Distribuição do número de colaboradores por localização geográfica

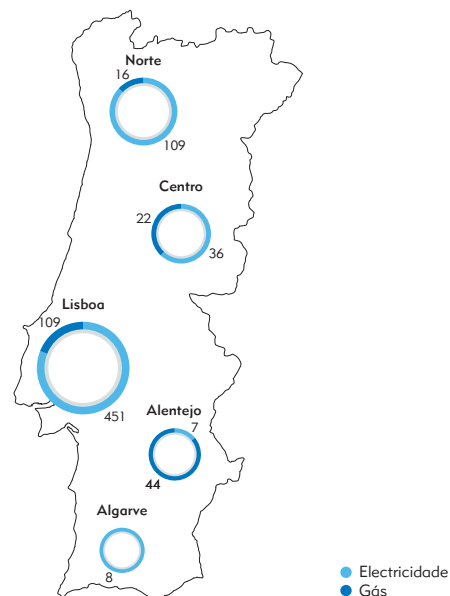


Tabela 5 - Capital Humano da REN (LA1, LA4, LA7, LA10, LA13)

	2007	2006
Trabalhadores		
Total de Efectivos	802	794
Tipo de Contrato		
Quadro Permanente	775	770
Contratos a Termo	27	24
Tipo de Emprego (%)		
Tempo Inteiro	100	100
Tempo Parcial	0	0
Género		
Homens	644	640
Mulheres	158	154
Distribuição por Localização Geográfica		
Norte e Centro	183	182
Lisboa	560	558
Sul (Alentejo e Algarve)	59	54
Distribuição por faixa etária		
< 30 anos	80	96
30 a 50 anos	390	404
> 50 anos	332	294
Distribuição por Categoria (%)		
Dirigentes	7,7	7,3
Quadros Superiores	32,4	32,6
Quadros Médios e Intermedios	9,7	9,8
Altamente Qualificados e Qualificados	44,7	44,8
Semi-qualificados	5,4	5,4
Não qualificados	0	0
Indicadores de Emprego		
Média etária	45,2	44,7
Antiguidade (média)	17,8	17,5
Rotatividade (%)	2	1
Acordos Colectivos de Trabalho (%)	100*	100*
Relação Empresa /Trabalhadores (%)		
Trabalhadores representados por sindicatos	51,3	51,1
Diversidade e oportunidade (%)		
Mulheres na empresa	19,7	19,4
Mulheres em cargos dirigentes	1,2	1
Formação e Educação		
Horas de formação	18 386	8 248
Horas por empregado	22,92	10,39
Saúde e Segurança (%)		
Taxa de Absentismo	2,7	2,6
Índice de frequência de acidentes	12,9**	9**
Índice de Gravidade	369,3**	316,2**

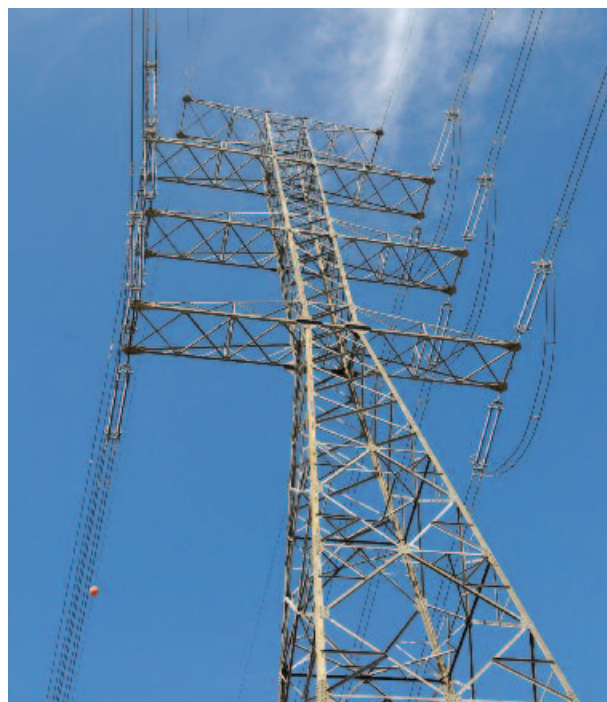
* Valor respeitante somente à Rede Eléctrica Nacional. Aos trabalhadores das empresas de gás é aplicado o regime de Contrato Individual de Trabalho

** Valor não calculado de forma consolidada (Grupo REN). Valores respeitantes somente à Rede Eléctrica Nacional, em virtude de na área do gás só se poder contabilizar apenas o último trimestre de 2006.

DIVERSIDADE E OPORTUNIDADE (LA13)

Tabela 6 - Distribuição de efectivos

Gestão de Topo	2007	2006
Homens	100%	100%
Mulheres	0%	0%
Menos de 30 anos	0%	0%
De 30 a 50 anos	22%	20%
Mais de 50 anos	78%	80%
Dirigentes		
Homens	84%	86%
Mulheres	16%	14%
Menos de 30 anos	0%	0%
De 30 a 50 anos	42%	45%
Mais de 50 anos	58%	53%
Restantes colaboradores		
Homens	80%	80%
Mulheres	20%	20%
Menos de 30 anos	11%	13%
De 30 a 50 anos	49%	51%
Mais de 50 anos	40%	36%



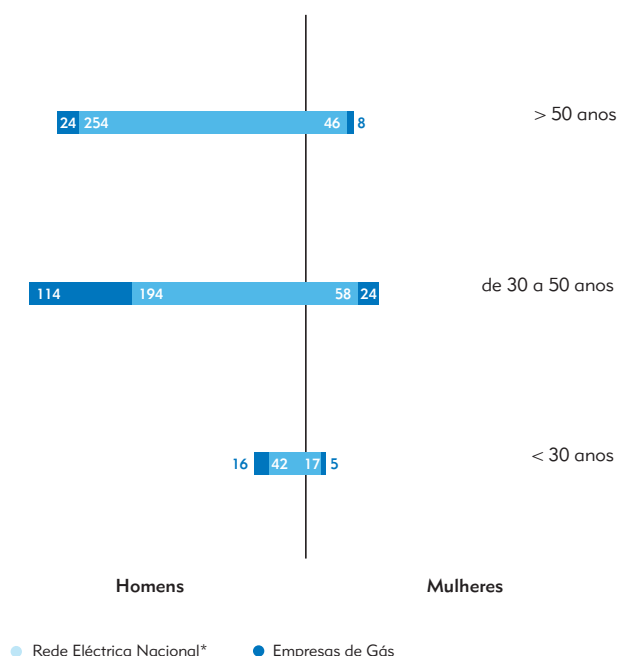


No que respeita à distribuição por género não há grandes alterações a registar. Continua a verificar-se a predominância do género masculino, representando o feminino apenas 19,7% do número total de colaboradores e 16% do número total de quadros dirigentes.

Não existe qualquer diferenciação salarial entre homens e mulheres na contratação. O salário-base é estabelecido por categoria profissional, sem discriminação de género (homem/mulher) (LA14).

Na REN regista-se uma elevada estabilidade profissional, patente nos níveis de antiguidade e na baixa rotatividade, prosseguindo a aposta numa renovação gradual do quadro de pessoal.

Figura 41 - Distribuição dos colaboradores por género e nível etário



* Inclui colaboradores da REN SGPS

A renovação progressiva do quadro de pessoal constitui uma oportunidade para reduzir desequilíbrios etários e de género. Das pessoas contratadas, em 2007, 62% tinham menos de 30 anos de idade e 29% são mulheres.

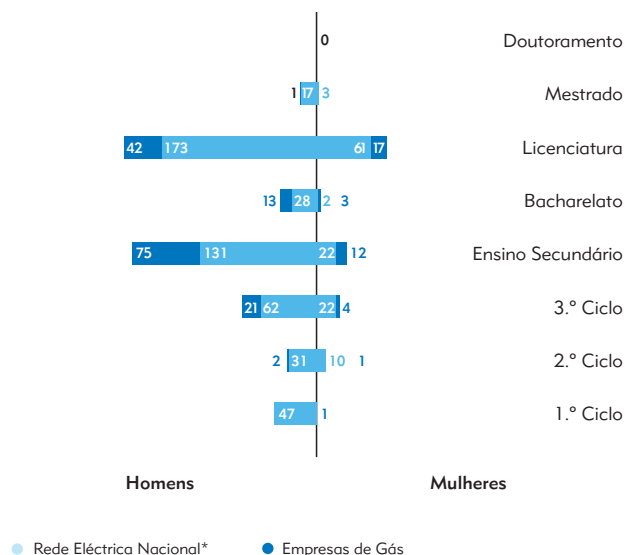
A média de idades passou de 44,5 anos, no final do ano anterior, para 45,2 anos de idade.

Qualificação e categorias

Devido ao reduzido recrutamento externo, não se registaram em 2007 alterações significativas no número de activos com qualificação académica de nível superior, que continua a representar cerca de 45% do efectivo total.

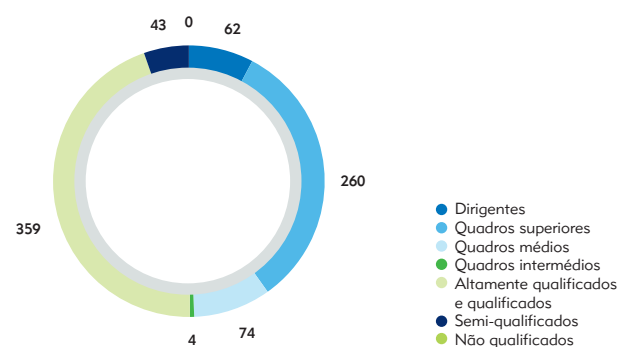
O grau de qualificação dos colaboradores reflecte-se igualmente na estrutura de categorias profissionais, verificando-se que 50% do total de colaboradores são quadros dirigentes, superiores ou médios e intermédios.

Figura 42 - Distribuição de colaboradores por qualificação académica



* Inclui colaboradores da REN SGPS

Figura 43 - Número de colaboradores por categoria profissional



ATRAÇÃO, RETENÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

A REN, pelo papel de charneira que desempenha no sector energético nacional e pelo prestígio que lhe advém, designadamente, da competência demonstrada na realização da sua missão e da qualidade dos serviços de utilidade pública que presta, continua a ter uma elevada atractividade no mercado de trabalho.

Tem sido sua política recrutar colaboradores preferencialmente em início de carreira. A retenção dos melhores quadros tem sido conseguida através da conjugação de vários factores (EU15):

- Desafios técnicos aliantes e relevantes num sector estratégico da economia;
- Competitividade em matéria de remuneração e regalias sociais;
- Incentivos ou apoios ao reforço das competências e valorização individual (ex: comparticipação de pós-graduações, mestrados e doutoramentos).

Em matéria de formação e desenvolvimento merecem destaque em 2007 os seguintes aspectos (LA10):

- O número de dias de formação regista um acréscimo de 41 % em relação ao ano anterior;
- Os mecanismos de verificação da eficácia da formação também foram melhorados.

Tabela 7 - Número de horas de formação por categoria profissional

	2007		2006	
	Rede Eléctrica Nacional*	Empresas de Gás	Rede Eléctrica Nacional	Empresas de Gás
Horas Formação/Ano:	12 475,40	5 910,50	6 707,00	1 541,00
Carga Horária por Categoria (horas/ano):				
Dirigentes	372,40	418,50	223,44	104,00
Quadros Superiores	6 372,60	193,50	5 180,16	111,00
Quadros Médios	516,80	1 665,46	111,72	266,00
Quadros Intermedios	0	180,00	0	28,00
Prof. Alt. Qualificados e Qualificados	4 902,00	3 453,00	1 184,08	1 032,00
Prof. Semi Qualificados	311,60	0	7,60	0
Não Qualificados	0	0	0	0

* Inclui colaboradores da REN SGPS

Tabela 8 - Participações e número de horas de formação por área de formação

	2007				2006			
	Rede Eléctrica Nacional*		Empresas de Gás		Rede Eléctrica Nacional		Empresas de Gás	
	Participações	Horas	Participações	Horas	Participações	Horas	Participações	Horas
Administrativa	54	1 429	3	86	2	46	0	0
Ambiente	11	84	12	108	26	540	0	0
Gestão	15	540	5	35	37	1 011	2	40
Informática	145	4 119	5	147	125	2 941	2	28
Línguas	16	1 452	1	104	0	0	0	0
Qualidade	0	0	14	236	0	0	0	0
SAP	0	0	0	0	137	612	0	0
Segurança	137	1 167	88	1 433,5	60	445	38	525
Técnica	150	2 371	135	3 761	27	247	39	780
Comportamental	60	1 315	0	0	39	866	12	168
Total	588	12 476	263	5 911	453	6 707	93	1 541
N.º horas por colaborador		20,4		30,9		11		8,2

* Inclui colaboradores da REN SGPS

A REN implementou internamente o Programa NOVAS OPORTUNIDADES Aprender Compensa, lançado pelo Governo e promovido pela Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação (FDTI), o que constitui mais uma faceta da sua aposta na qualificação dos colaboradores (LA11).

PREVENÇÃO E SEGURANÇA

Sistema de gestão da segurança, higiene e saúde no trabalho (PR1)

A REN tem vindo a desenvolver um sistema de gestão da segurança, higiene e saúde no trabalho abrangendo as diversas empresas do Grupo. Ao abrigo desse sistema é efectuada a identificação, avaliação e controlo dos riscos para a segurança e saúde decorrentes das actividades desenvolvidas quer pelos colaboradores quer pelos fornecedores, nos diversos locais e instalações da empresa.

De referir que em 2007 foi reactivada a Comissão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho da Rede Eléctrica Nacional, que inclui representantes da totalidade dos trabalhadores, tal como acontece com as Comissões anteriormente constituídas nas empresas do gás (LA6).

Sinistralidade e absentismo (LA7)

“E se o fundamento dos erros humanos é o efeito natural de serem os homens, bem se segue que nenhum homem se pode livrar desta pensão da humanidade, por douto e sapientíssimo que seja.”

Pe. António Vieira

Em 2007, não se verificaram acidentes mortais entre os colaboradores da REN, tendo, no entanto, ocorrido 13 acidentes com e sem baixa na Rede Eléctrica Nacional e um nas empresas da área do gás.

Tabela 9 - Sinistralidade

	Rede Eléctrica Nacional		Empresas de Gás
	2007*	2006	2007
N.º acidentes	13	9	1
N.º dias perdidos**	372	307	6
N.º médio trab.	607	597	-
N.º horas trabalhadas	1 007 249	998 340	-

** Dias de calendário

* Inclui colaboradores da REN SGPS

Os valores de 2007 incluem dez acidentes com baixa na Rede Eléctrica Nacional (cinco com baixa até 30 dias e cinco com baixa superior a 30 dias) e um acidente com baixa inferior a 30 dias nas empresas do Gás.

O aumento do número de acidentes de trabalho e o aumento do número de dias de baixa registados em 2007

na Rede Eléctrica Nacional traduziu-se, assim, no crescimento do índice de frequência e do índice de gravidade.

Figura 44 - Índice de frequência de acidentes (Rede Eléctrica Nacional)

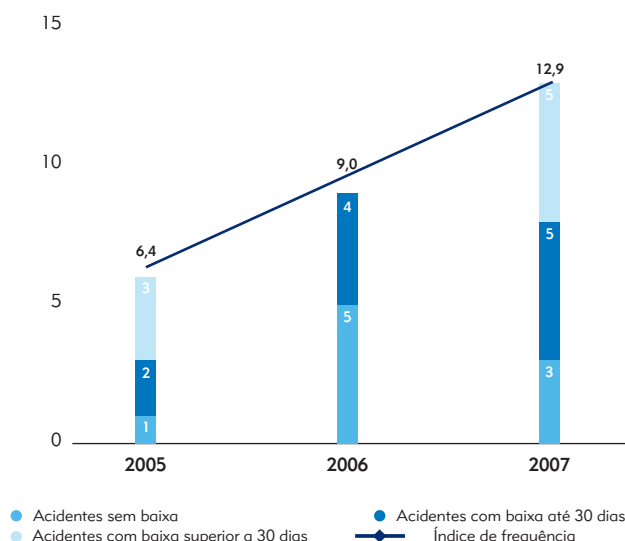
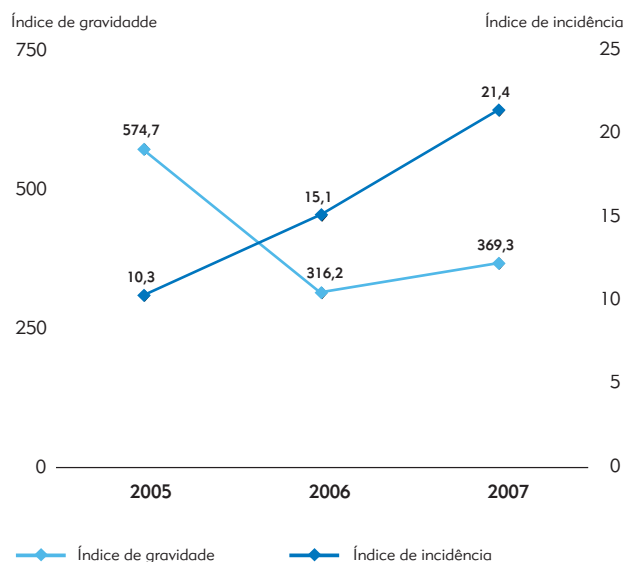


Figura 45 - Índice de gravidade versus índice de incidência (Rede Eléctrica Nacional)



No seguimento do que vem sendo habitual no último triénio, a taxa geral de absentismo mantém-se estável ligeiramente acima dos 2,5%.

Tabela 10 - Taxas de absentismo

	Rede Eléctrica Nacional*		Empresas de Gás	
Absentismo (%)	2007	2006	2007	2006 ³
Taxa Geral ¹	2,8	2,8	2,6	2,4
Taxa Reduzida ²	1,7	1,4	1,8	-

¹Taxa Geral = [(doença, sinistro e maternidade)+(outras ausências remuneradas)+(ausências não remuneradas)]/Horas Teóricas

² Taxa Reduzida = Taxa Geral - Doenças e Acidentes de Trabalho além de 30 dias

³ De 26 de Setembro a 31 Dezembro

*Inclui colaboradores REN SGPS

De uma maneira geral, as doenças, sinistros e maternidade continuam a representar a maior fatia (71%) do total de horas com relevância para o cálculo desta taxa. Por outro lado, as ausências não remuneradas representam apenas 1% do total de horas.

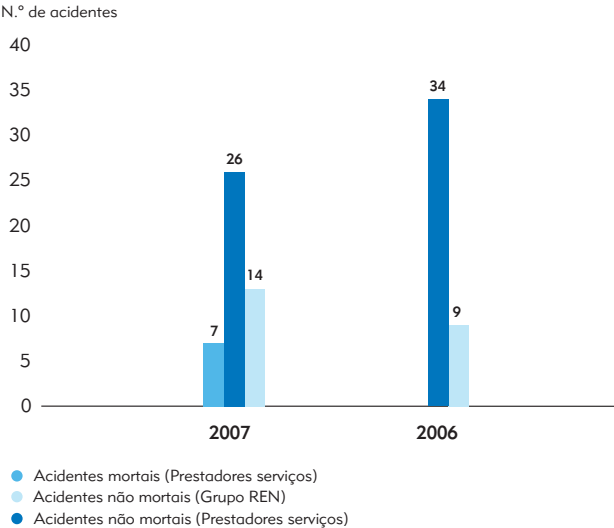
Já no que respeita à taxa reduzida, houve um aumento em 2007, que se deve à incidência de períodos de baixa superiores a 30 dias.

O ano 2007 fica tristemente assinalado pela ocorrência de quatro acidentes graves com trabalhadores de empreiteiros de que resultaram sete vítimas mortais em obras de construção ou de remodelação de linhas (seis vítimas mortais) e de subestações (uma vítima mortal). Independentemente dos trâmites legais aplicáveis nestas situações, estes acidentes foram objecto de inquéritos internos para apuramento das circunstâncias em que ocorreram e das respectivas causas, tendo em vista a prevenção da ocorrência de situações similares. Na sequência destes acidentes e dos inquéritos realizados, foi iniciado um processo de reflexão e debate que deu origem a um conjunto de medidas:

- A realização de um Seminário sobre “Segurança nas Empreitadas de Construção de Linhas e Subestações”, em que participaram técnicos de segurança e outros representantes de muitas das empresas qualificadas pela REN para a realização de empreitadas de construção ou para a prestação de serviços de supervisão e de coordenação de segurança de obras, além de muitos quadros técnicos e hierarquias da REN. Esta sessão passará a realizar-se periodicamente.
- A atribuição de dois Prémios Anuais para a distinção e incentivo das empresas pelo bom desempenho na vertente da segurança e saúde no trabalho na construção de linhas e subestações. A primeira edição do Prémio Anual de Desempenho em Segurança (Mérito na Gestão da Segurança em obras de construção de linhas MAT e Subestações MAT) decorreu em 2008.

- A implementação imediata de um conjunto de medidas preventivas de que se salienta o reforço da presença em obra de técnicos de segurança em nome da REN e a instituição de um processo de acreditação da qualificação dos técnicos de segurança.

Figura 46 - Acidentes Mortais e Não Mortais (Grupo REN / Prestadores Serviços)



CONTRATAÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO (EU16)

O recurso à contratação e subcontratação na Rede Eléctrica Nacional é realizado sobretudo para as actividades de projecto, gestão de servidões, construção de linhas e subestações e, ainda para os trabalhos de conservação das infra-estruturas da RNT. A Rede Eléctrica Nacional recorre também à contratação de prestadores de serviços para a realização de outras actividades de apoio à operacionalidade da empresa (ex: vigilância, limpeza, estafetagem, etc.). Na tabela seguinte são apresentados dados globais relativos a empreitadas e prestação de serviços mais significativos na Rede Eléctrica Nacional, a que estão associados factores acrescidos de risco.

Tabela 11 - Contratação e subcontratação na Rede Eléctrica Nacional

	N.º médio de trabalhadores	Horas de trabalho
2007		
Rede Eléctrica Nacional	607	1 007 248
Prestadores de Serviços	1 336	2 384 225
Total	1 943	3 391 473



Formação de trabalhadores subcontratados (EU17)

As actividades de construção de linhas e subestações apresentam riscos potenciais para os trabalhadores. Por essa razão, a formação em segurança dos trabalhadores subcontratados constitui um pré-requisito contratual. É de destacar que 12 dos 43 fornecedores/prestadores de serviços que desenvolvem actividades com riscos especiais (por ex.: electrocussão, soterramento, queda em altura, esmagamento) têm sistemas de gestão de segurança, higiene e saúde no trabalho, certificados segundo a norma OHSAS18001/NP4397:2001.

Tabela 12 - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Prestadores de Serviços	Total
Empreiteiros submetidos a formação em áreas da Segurança	100%
Empreiteiros com certificação OHSAS 18001 / NP 4397	28%

Também ao nível dos trabalhos de conservação nas infra-estruturas da RNT, é de referir que todos trabalhadores dos prestadores de serviços são envolvidos em acções prévias de formação e sensibilização para os temas da segurança.

DIREITOS HUMANOS (HR1, HR2 E HR3)

“E quem diz todo, seguindo as regras do direito, nenhuma cousa exclui.”

Pe. António Vieira

Os direitos humanos constituem uma matéria profusamente enquadrada na legislação nacional. Por esse motivo, e por considerar que não têm sido suscitadas questões sobre esta matéria nem a nível interno nem no relacionamento com terceiros, a REN não tem desenvolvido acções de formação para os seus colaboradores neste domínio e não inclui, de momento, critérios sobre direitos humanos na avaliação sistemática dos seus fornecedores e prestadores de serviços.

No entanto, no âmbito das empreitadas de construção e manutenção das infra-estruturas, os documentos contratuais abordam de forma mais ou menos explícita esta questão em algumas das suas cláusulas, contendo requisitos que dão garantias, por exemplo, da não existência de mão-de-obra clandestina ou infantil. Estes requisitos contratuais são verificados pela REN quer directamente, através da fis-

calização em obra, quer através de equipas de supervisão contratadas.

Estas práticas são reforçadas com a aplicação dos princípios da política de responsabilidade social, estabelecida já em 2007, cuja implementação é um compromisso assumido e que envolve acções como:

- A cooperação no âmbito da Rede Portuguesa *Global Compact* em iniciativas de divulgação e implementação dos dez princípios e incorporação nos cadernos de encargos de novas cláusulas relativas à observância dos referidos princípios;
- A criação e formalização de mecanismos de apoio aos colaboradores, que potenciem o encaminhamento e tratamento sistemático de situações que se enquadrem nos temas dos direitos humanos e da igualdade de oportunidades;
- A implementação progressiva de um sistema de gestão da responsabilidade social, integrado com os restantes sistemas de gestão, no qual se enquadram as acções anteriores.

SOCIEDADE

“A primeira qualidade da história (quando não seja a sua essência) é a verdade.”

Pe. António Vieira
História do Futuro

CIDADANIA EMPRESARIAL

Na Declaração de Política de Responsabilidade Social, a REN assume publicamente o compromisso de “defesa e promoção dos princípios do desenvolvimento sustentável, procurando criar valor, de forma continuada, para os seus accionistas e outras partes interessadas”.

O cumprimento deste compromisso é suportado num “modelo de gestão ética e socialmente responsável, procurando considerar nas suas decisões, de forma equilibrada, os aspectos económicos, sociais e de preservação do ambiente”.

Reportar sobre os planos de acção para a aplicação prática destes princípios, ou para o seu aprofundamento, constitui outro compromisso da REN no domínio da responsabilidade social.

Foram criados, já no início de 2008, diversos “comités” de apoio à gestão nestes domínios – um Conselho de Responsabilidade Corporativa, ao nível da REN SGPS, e Conselhos

da Qualidade, Ambiente e Segurança nas empresas de maior dimensão e operacionalidade.

O Conselho de Responsabilidade Corporativa é um órgão consultivo e de apoio da Comissão Executiva da REN SGPS em assuntos estratégicos da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social.

Os Conselhos da Qualidade, Ambiente e Segurança são igualmente órgãos de carácter consultivo da Administração das respectivas empresas.

Políticas Públicas (S05)

A REN mantém um relacionamento estreito com diversas entidades institucionais e de regulação do sector energético, quer para a elaboração e revisão dos regulamentos e do pacote legislativo do sector quer para a concretização de metas definidas a nível nacional e europeu. Em 2007 esta cooperação materializou-se nas seguintes actividades:

- Participação no Grupo de Trabalho que coordenou a elaboração de uma proposta para o programa nacional de barragens de elevado potencial hidroeléctrico e em que participou também o Instituto da Água (INAG) e a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG);
- Participação no Conselho Nacional da Água (CNA) e na Comissão de Gestão das Albufeiras, em representação do sector eléctrico, e ainda nos Grupos de Trabalho da delegação Portuguesa da CADC – Comissão de Aplicação e Desenvolvimento da Convenção de Albufeira – Convenção sobre a Cooperação para a Protecção e o Uso Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas;
- Elaboração do relatório sobre segurança de abastecimento ao nível da produção de electricidade para o período 2008-2030;
- Participação nos trabalhos da *Gas Regional Initiative* (GRI), iniciativa motivada pelo European Regulators' Group for Electricity and Gas (ERGEG);
- Realização de estudos sobre a evolução da oferta e da procura de gás em Portugal e Espanha, em colaboração com a Enagás;
- Participação em consultas públicas no âmbito da elaboração de nova legislação aplicável ao sector.

Impactes na Comunidade (S01)

“O que nos tempos passados é duvidoso, nos futuros se sabe.”

Pe. António Vieira

A actividade da REN, ao nível do desenvolvimento das redes de transporte e infra-estruturas associadas, é inevitavelmente geradora de impactes, conforme referido anteriormente.

Aos impactes positivos, que se traduzem a nível do desenvolvimento socioeconómico nacional e regional, juntam-se alguns impactes negativos, sendo percebidos como mais significativos os que incidem sobre a biodiversidade, as emissões de ruído e de campos electromagnéticos e a afectação da paisagem. A estes impactes associa-se, por vezes, um outro de incidência socioeconómica, de desvalorização real ou potencial de bens patrimoniais (terrenos e habitações).

O desenvolvimento da sua missão de utilidade pública implica uma cooperação estreita da REN com as diferentes entidades responsáveis pela gestão e ordenamento do território. Esta cooperação estende-se também a Organizações Não Governamentais de Ambiente, proprietários de terrenos e associações, na busca das melhores soluções para o estabelecimento e exploração das infra-estruturas, tendo em consideração as condicionantes envolventes, sejam elas de natureza ambiental, cultural ou outra (EU18). Informação mais detalhada sobre a acção da REN no âmbito dos processos de Avaliação de Impacte Ambiental das suas infra-estruturas está disponível no capítulo do Desempenho Ambiental.

Apesar do continuado esforço que tem sido desenvolvido para encontrar soluções equilibradas e proporcionais aos riscos envolvidos, assistiu-se em 2007 ao aumento da contestação pública a alguns projectos de desenvolvimento da rede eléctrica, que se traduziu na constituição de diversos movimentos cívicos de oposição à instalação de novas linhas de transporte.

Este fenómeno que, sendo fortemente potenciado pelos media, suscita a ampliação do risco percebido pelas populações, é considerado a nível internacional como sendo essencialmente um problema de comunicação. Esta conclusão é confirmada pela publicação, em Junho de 2007, do estudo *Eurobarometer* promovido pela Comissão Europeia que, a propósito dos Campos Electromagnéticos (CEM) responsáveis pela maioria das contestações públicas contra as infra-estruturas da RNT, refere que:

- 80% dos cidadãos não sentem que haja um enquadramento regulamentar que os proteja das radiações dos CEM;
- 33% afirmam não ter nenhuma informação;
- 60% dos cidadãos têm uma percepção negativa sobre o esforço das autoridades em informá-los sobre esta matéria.

As dificuldades encontradas, e que porventura são acentuadas por problemas de ordenamento do território, que se revelam particularmente agudos na faixa litoral do país, onde se estabelece uma parte significativa das infra-estruturas, têm suscitado na REN uma motivação acrescida para manter, refor-



çar e melhorar a sua política de total abertura ao diálogo e à colaboração com todas as partes interessadas, dentro dos limites da razoabilidade e dos que a própria lei estabelece.

Hoje, não é concebível o funcionamento e o desenvolvimento das sociedades modernas sem electricidade. Contudo, não há electricidade sem campos electromagnéticos. Estes são indissociáveis do funcionamento das instalações de transporte e distribuição de electricidade, como as linhas aéreas ou subterrâneas, ou dos equipamentos de uso corrente, como os motores eléctricos e os electrodomésticos que temos nas nossas casas.

A REN é sensível à crescente necessidade de informação das populações. Ultrapassando o papel de mera concessionária da rede eléctrica, procura ser proactiva na divulgação e esclarecimento das questões relacionadas com o transporte de energia e mantém uma total abertura ao diálogo e à colaboração com todas as partes interessadas.

Procurando responder a esta necessidade de informação e esclarecimento do grande público sobre os campos electromagnéticos, a REN assinou, já no início de 2008 (10 de Janeiro), um memorando de entendimento com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa do qual resultou a criação do Centro de Investimento Científico e de Inovação Tecnológica (CITEC). Este constitui o primeiro centro de investigação em Portugal dedicado exclusivamente ao estudo, investigação e monitorização dos eventuais efeitos dos CEM em sistemas biológicos, nomeadamente as eventuais implicações das linhas de alta tensão na saúde humana.

A nível internacional, têm sido efectuados inúmeros estudos sobre os eventuais efeitos dos campos electromagnéticos nos sistemas biológicos e na saúde humana, havendo abundante literatura validada cientificamente sobre o assunto.

A Organização Mundial de Saúde considera, de acordo com a informação científica actual, não existir qualquer evidência de algum mecanismo físico ou químico que relacione os campos magnéticos com qualquer efeito sobre a saúde humana, quando estejam em conformidade com os valores de referência.

Valores dos campos electromagnéticos:

A Portaria n.º 1421/2004, de 23 de Novembro, adoptou os níveis de referência máximos de exposição do público a campos electromagnéticos constantes da Recomendação do Conselho Europeu n.º 1999/519/CE, de 12 de Julho, níveis que a OMS corrobora.

O valor máximo de referência para o campo eléctrico estabelecido por aquela Portaria é de 5 kV/m. O valor máximo de referência regularmente definido para a indução magnética é de 100 µT (micro Tesla).

Os valores de referência recomendados observam, na sua própria definição, o princípio da precaução, através da consideração de factores de segurança de 50, constituindo, com base no melhor e mais independente conhecimento científico validado, a orientação adequada para os decisores nas áreas das políticas nacionais de segurança e saúde.

Tabela 13 - Quadro legislativo em vários países

País	Quadro legislativo
Alemanha	●
Dinamarca	○
Espanha	○
EUA	○
Finlândia	●
Inglaterra	●
Itália	●
Noruega	○
Portugal	●
Suécia	○
Suíça	●

○ Sem legislação

● Transposição da directiva comunitária

Fonte: Eurelectric 2006 - "EMF Exposure Standards"

Portugal transpôs, em 2004, para a ordem jurídica interna a directiva comunitária 1999/519/CE, que se baseia nas recomendações da Comissão Internacional para a Protecção Contra as Radiações Não-Ionizantes (ICNIRP).

No entanto, alguns países não têm ainda qualquer quadro legislativo relativo à emissão de campos eléctricos e magnéticos.

Tabela 14 - Valores de campo magnético (em µT)

Equipamento/utensílio	Distância	
	30 cm	1 m
Máquina de soldar	191,00	78,40
Máquina de lavar	8,20	2,38
Microondas	6,40	0,61
Televisor	0,50	0,09
Lâmpada de halogéneo	0,42	0,14
Ar condicionado	0,38	0,12
Relógio despertador	0,23	0,03

Fonte: Adaptado de "Campos eléctricos y magnéticos de 50 Hz", publicação de 2001 do Grupo Pandora, S.A.

O valor típico do campo magnético gerado por uma linha de 220 kV, medido junto ao solo a 30 metros da vertical do eixo da linha, é de 2 µT. Para comparação, vejam-se na tabela os valores comuns de campo magnético gerado por diversos objectos de uso corrente, medidos às distâncias de 30 cm e um metro.

As linhas da REN são frequentemente alvo de medições, sendo os relatórios analisados pelas autoridades competentes. Estes relatórios encontram-se disponíveis para consulta no sítio da empresa na internet, no centro de informação do canal electricidade.

Planeamento e resposta em Situações de Desastre/emergência (EU20)

Na sua qualidade de gestor técnico global do Sistema Eléctrico Nacional (SEN), a Rede Eléctrica Nacional assegura, de forma permanente e a cada instante, que a energia produzida é exactamente igual à consumida, controlando em tempo real as instalações e seus componentes, de forma a corrigir, no imediato, os desequilíbrios.

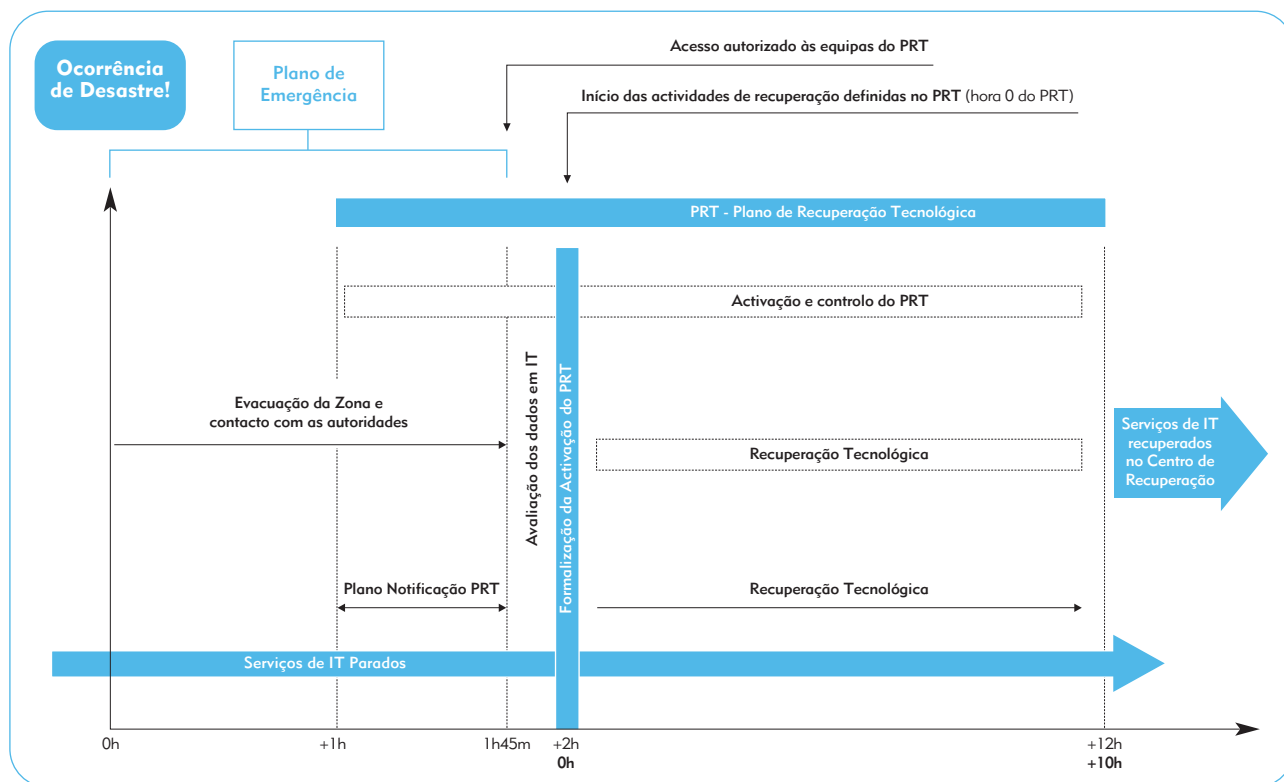
Para assegurar esta missão existem duas salas de comando a funcionar 24 horas por dia durante os 365 dias do ano – uma na área de Lisboa e outra na zona do Gran-

de Porto. Apesar de dotadas de funções diferentes, ambas podem funcionar como sala de recurso de uma e outra, em caso de catástrofe ou emergência.

Os operadores são periodicamente treinados nas estratégias de recuperação do sistema eléctrico em cenário de falhas, tanto regionais como nacionais dos elementos da rede de transporte de electricidade, incluindo a perda de uma das salas de operação. Em Dezembro de 2007, os operadores da Rede Eléctrica e da REE participaram em Madrid num exercício conjunto de reposição da rede eléctrica ibérica, no qual estiveram também as principais empresas do Sistema Eléctrico Espanhol.

Ao nível dos sistemas de informação existe um plano de recuperação tecnológica (PRT), que tem por base uma infra-estrutura tecnológica com as necessárias condições de redundância e de dispersão geográfica, e que contempla um conjunto de procedimentos para uma rápida recuperação dos sistemas em caso de desastre.

Figura 47 - Evolução temporal do processo de activação do plano de recuperação tecnológica





COMUNICAÇÃO COM PARTES INTERESSADAS

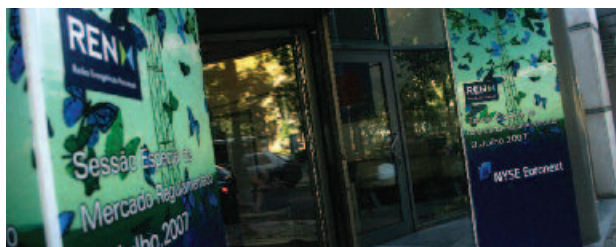
“Erros de entendimento são difíceis de arrancar”

Pe. António Vieira
Sermão de Santo António

O presente relatório constitui mais uma de várias iniciativas de comunicação da REN com os diversos grupos de partes interessadas, e uma aposta de interesse acrescido num ambiente de permanente escrutínio público da actividade da empresa. Esta publicação, a par de outros relatórios institucionais, e o sítio da Internet da REN, que em 2007 foi objecto de uma profunda mudança, constituem os meios de difusão de informação preferenciais.



A entrada em Bolsa, em Julho de 2007, esteve na origem de uma operação de comunicação sem precedentes na REN, que captou a atenção da sociedade e na qual foram utilizados os mais variados meios de comunicação - televisões, imprensa escrita, rádio, Internet, *mupis* e *outdoors*.



Em ligação com esta operação procedeu-se à reformulação de conteúdos e grafismo das páginas da Intranet e Internet do Grupo, tendo sido criado uma área dedicada ao investidor.

Foi produzido um novo vídeo institucional da REN e organizaram-se visitas guiadas de grupos de jornalistas, de vários órgãos de comunicação social, a diversas unidades operacionais da empresa, que proporcionaram aos visitantes a oportunidade de assistir a demonstrações de trabalhos técnicos. Procurou-se, com esta iniciativa, dar público conhecimento da dimensão da actividade da REN e da abrangência dos seus serviços e infra-estruturas.





Simpósio BioCEM, a 23 Janeiro, no Auditório da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

Realizaram-se várias conferências de imprensa e foram publicados artigos e entrevistas nos principais jornais nacionais. Durante este período, a REN foi notícia em mais de 300 artigos. Entre 2 e 6 de Julho, na 2.ª fase da OPV, o Conselho de Administração realizou um périplo (*road-show*) por algumas das principais instituições do mercado de capitais europeu.

Conforme já referido anteriormente, o ano 2007 ficou assinalado pelo recrudescimento da contestação pública à construção de novas infra-estruturas da rede eléctrica.

A REN continuou a colaborar com as entidades públicas, no sentido de fornecer elementos sobre os projectos que foram objecto de oposição, e concedeu entrevistas a inúmeros órgãos de comunicação social. Realizou também reuniões com as comissões de moradores e procedeu a audiências públicas nas quais se prestou esclarecimentos perante as preocupações manifestadas em relação a diversos projectos de investimento.

No âmbito da parceria constituída com a Faculdade de Farmácia, realizou-se no início de 2008 o Simpósio BioCEM que contou com um painel de oradores representativo de várias entidades com responsabilidades nesta matéria, designadamente da Organização Mundial de Saúde (OMS), da Direcção Geral de Saúde (DGS), da DGEG e da ERSE. As principais conclusões deste Simpósio, assim como as apresentações, podem ser consultadas no sítio da Internet da REN.

Com o objectivo de aumentar o nível de informação à disposição do grande público sobre os campos electromagnéticos associados ao transporte de energia eléctrica, a REN publicou, durante o 1.º trimestre de 2008, um folheto de perguntas e respostas sobre este tema (*Foi você que falou em alta tensão*) e que está igualmente disponível no sítio da Internet da REN.



Assinatura de Protocolo de Entendimento, a 10 de Janeiro: à esq., Eng.º Henrique Gomes, Adm. da REN; à dir., Prof. Carolino Monteiro, da Fac. de Farmácia, impulsionador do CITEC.



RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

“...nesta pesca de entendimentos só quem sabe fazer a rede sabe fazer o lanço... e governar o leve e o pesado, só o sabe fazer quem faz a rede.”

Pe. António Vieira
Sermão da Sexagésima

O transporte de energia em Portugal é um sector fortemente regulado por normas jurídicas e por entidades públicas e autoridades independentes, a quem cabe verificar o cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, em especial no capítulo da segurança.

Não se registou, em 2007, qualquer acidente envolvendo o público com origem nas instalações da REN, nem foram identificadas quaisquer não conformidades com regulamentos ou códigos relativos à saúde e à segurança de pessoas (EU24).

QUALIDADE DE SERVIÇO: INTERRUPÇÕES DE ABASTECIMENTO

O desempenho técnico da rede eléctrica é analisado através de um conjunto de indicadores de continuidade de serviço e dos resultados da monitorização da qualidade da energia.

No que respeita à qualidade da energia pode afirmar-se que os níveis médios das perturbações registadas em 2007 continuaram relativamente baixos, sendo cumpridos os limites regulamentares, salvo nalguns casos pontuais em que se verificaram desvios em relação aos valores padrão, por margens ligeiras e, de um modo geral, de forma não contínua.

Quanto à continuidade de serviço, apresentam-se na tabela seguinte os valores de 2007 dos principais indicadores gerais*, bem como a comparação com os resultados de 2006 e a média dos últimos cinco anos (EU27 / EU28).

Tabela 15 - Continuidade de serviço – principais indicadores gerais

CONTINUIDADE DE SERVIÇO (indicadores gerais)					
	2006	2007	2007 vs. 2006	2007 vs. média dos últimos 5 anos	
ENF – Energia Não Fornecida (MWh)	42,1	69,1	+64%	-56%	▲
TIE – Tempo de Interrupção Equivalente (min.)	0,57	0,74	+30%	-65%	▲
SAIFI – Frequência Média de Interrupção do Sistema	0,13	0,10	-23%	-38%	▲
SAIDI – Duração Média das Interrupções do Sistema (min.)	0,91	0,73	-20%	-77%	▲
SARI – Tempo Médio de Reposição de Serviço do Sistema (min.)	7,31	7,16	-2%	-35%	▲

Legenda: ▲ Melhor que a média dos últimos 5 anos ▼ Pior que a média dos últimos 5 anos ● Igual à média dos últimos 5 anos

* Estes indicadores são determinados, conforme o estipulado pelo Regulamento da Qualidade de Serviço, considerando todas as interrupções com uma duração superior a três minutos e excluindo os casos fortuitos ou de força maior. De referir que, em 2007, apenas uma das oito interrupções de serviço verificadas na rede de transporte, associada a uma energia não fornecida estimada em 6,2 MWh, foi classificada como caso fortuito ou de força maior.

Constata-se, assim, que a Qualidade de Serviço prestada pela Rede Eléctrica Nacional, entendida como segurança e continuidade do abastecimento de energia eléctrica com características técnicas adequadas, atingiu novamente, em 2007, um patamar elevado, mantendo e consolidando a tendência verificada em anos anteriores de uma sustentada melhoria do desempenho da RNT.

Pelo terceiro ano consecutivo, o indicador Tempo de Interrupção Equivalente (TIE) foi inferior a um minuto. A continuidade de serviço foi garantida em 99,99986% do tempo.

Para mais informação sobre este assunto, disponibiliza-se para consulta, no sítio da REN na Internet, o Relatório da Qualidade de Serviço 2007.

Relativamente ao transporte de gás natural, os resultados referentes à continuidade de serviço em 2007 (0,013 interrupções por ponto de saída; 0,16 minutos por ponto de saída e 12 minutos por interrupção) resultam de uma única ocorrência verificada durante a realização de trabalhos de manutenção. Não se registaram, também, quaisquer incidentes na infra-estrutura de transporte em alta pressão, mantendo-se o indicador acumulado de índice de incidentes com fuga não intencional de gás, publicado pelo European Gas Pipeline Incident Data Group (EGIG), de que a REN Gasodutos é operador integrante, igual a zero incidentes por mil km de infra-estrutura exposta por ano.





Anexo 1
Compromissos
e realizações em 2007

COMPROMISSOS E REALIZAÇÕES EM 2007

Redes energéticas			Realizações em 2007	
Assuntos	Compromissos/objectivos	Acções previstas para o triénio 2007-2009	Estado	Comentários
Categoria	Económica			
Tarifas	Contribuir para a contenção dos custos de energia eléctrica suportados pelos consumidores.	A REN continuará a prestar todo o apoio aos Promotores de Projectos de Produção em Regime Especial (PRE), no sentido da racionalização das ligações dos PRE à RNT, por forma a conseguir-se a minimização das perdas e a redução do número e comprimento das linhas de interligação dos PRE à RNT, e assim contribuir para a redução dos custos das redes e, por essa via, para a contenção do custo da energia eléctrica suportado pelos consumidores. Adaptar a gestão comercial do MIBEL ao novo enquadramento do sector eléctrico. Reconverter o sistema informático do mercado de energia ao novo modelo do sector eléctrico.	■	Na sequência do Concurso Internacional que atribuiu Pontos de Recepção na Rede Eléctrica de Serviço Público para uma potência de ligação eólica de 1400 MVA, acrescida de 280 MVA de sobre-equipamento, a REN tem vindo a analisar com os vencedores deste Concurso, com a DGEG e com a EDP as formas de ligação dos respectivos parques eólicos.
Fontes de energia primária	Contribuir para a diversificação das fontes de energia primária.	As energias renováveis continuarão a predominar e a sua intermitência vai exigir maior capacidade de regulação do sistema eléctrico, pois à natural variabilidade do consumo sobrepõe-se agora a intermitência desta produção eléctrica. O reforço proposto para a componente hídrica é, no entanto, uma forma de atenuar essa intermitência. Estes diferentes tipos de geração, uns mais voláteis que outros, têm consequências nos fluxos de potência na RNT, tornando-os mais variáveis e imprevisíveis.	■	A REN tem vindo a expandir a sua rede para acomodar a energia eléctrica produzida por um leque cada vez mais diversificado de fontes de energia primária, nomeadamente as de energias renováveis. No que diz respeito à gestão global do SEN, é de destacar a participação da REN no projecto ibérico "Reservas", destinado a estabelecer as necessidades de reserva operacional, e a participação no projecto europeu "Windgrid", que procura promover a despachabilidade da energia eólica e outras condições destinadas a acomodar a forte penetração desta nas redes.
	Garantir o abastecimento às centrais de ciclo combinado existentes, bem como às novas centrais de ciclo combinado previstas construir, dando assim contributo de relevo para a diversificação da energia primária para produção de energia eléctrica.	Prevista a satisfação dos pedidos de abastecimento às seguintes centrais de ciclo combinado: > Central de CC da Galp Energia, em Sines; > Central de CC da Tejo Energia, no Pego; > Ramal de Alta Pressão Carriço-Leirosa-Lares (abastecimento às centrais de CC da EDP e Iberdrola).	●	Elaborados os projectos para abastecimento às seguintes centrais de ciclo combinado: > Central CC da Galp Energia, em Sines - Em curso o Estudo de Enquadramento Ambiental e Projecto Base; > Central de CC da Tejo Energia, no Pego - Concluídos o Estudo de Enquadramento Ambiental e Projecto Base, em curso o Projecto de Detalhe; > Ramal de Alta Pressão Carriço-Leirosa-Lares (abastecimento às centrais de CC da EDP e Iberdrola) - Concluídos o EIA, Projecto Base e Projecto de Detalhe, em curso o concurso da empreitada de construção.


Redes energéticas			Realizações em 2007	
Assuntos	Compromissos/objectivos	Acções previstas para o triénio 2007-2009	Estado	Comentários
Categoria	Económica			
Alterações climáticas	Definir metodologia para registo e apuramento de custos associados a fenómenos atmosféricos e a alterações climáticas.	Promover a investigação e o desenvolvimento neste domínio em parceria com entidades externas/universidades. Desenvolver um estudo para caracterizar implicações económicas, riscos e oportunidades associados às alterações climáticas.	○	Objectivo adiado na revisão do plano de acção efectuada em 2008 no âmbito do novo contexto empresarial.
Impactes económicos indirectos	Quantificar as implicações económicas indirectas da actividade da REN.	Criar grupo de trabalho com entidades externas/universidades. Identificar as variáveis-chave para avaliação dos impactes económicos indirectos a partir da validação das variáveis conhecidas. Trabalhar metodologia de cálculo.	○	Objectivo adiado na revisão do plano de acção efectuada em 2008 no âmbito do novo contexto empresarial.
Comercial	Concretizar a expansão do Sistema Nacional de Gás Natural, designadamente das infraestruturas da RNTIAT, por forma a garantir a segurança do abastecimento de GN ao mercado, satisfazendo as necessidades da procura deste combustível, no respeito pela segurança de pessoas, bens e do meio ambiente.	Prevista a concretização das seguintes actividades: > Estudo, projecto e instalação de uma estação de compressão na RNTGN.	●	Os projectos estão em curso e serão inscritos no PDIR 2008-2011. Elaborado o estudo preliminar de capacidade da estação. Está em curso a preparação das consultas para prestação de serviços de consultadoria e engenharia.
		> Estudo, projecto e instalação de terceiro tanque de GNL, e respectivas instalações de processo, no terminal de GNL de Sines.		Elaborados estudos técnicos preliminares para o projecto "Relatórios de Incidência Ambiental, Análise de Risco e Geologia". Elaborados estudos prospectivos do consumo de gás natural em Portugal e na Península Ibérica, tendo em vista um correcto dimensionamento do Projecto de Expansão. Constituída a equipa técnica específica para apoio ao projecto.
	Garantir o abastecimento, em alta pressão, aos actuais e futuros clientes industriais, de modo a responder plenamente, às necessidades de GN da indústria nacional.	Prevista a satisfação dos pedidos de abastecimento aos seguintes clientes industriais: > Portucel, em Setúbal;	●	Concluídos os projectos para abastecimento aos seguintes clientes industriais: > Concluídos o Estudo de Enquadramento Ambiental e Projecto Base, em curso o Projecto de Detalhe;
		> Refinaria da Galp, em Matosinhos;		> Concluído o Projecto Base, em curso o Estudo de Enquadramento Ambiental e Projecto de Detalhe;
		> Repsol, em Sines;		> Concluídos o Estudo de Enquadramento Ambiental e Projecto Base, em curso o Projecto de Detalhe;
		> Advansa, em Sines;		> Concluídos o Estudo de Enquadramento Ambiental e Projecto Base, em curso o Projecto de Detalhe;

Redes energéticas			Realizações em 2007	
Assuntos	Compromissos/objectivos	Acções previstas para o triénio 2007-2009	Estado	Comentários
Categoria	Económica			
Comercial		> Biodiesel, em Sines.	●	> Cancelado por o cliente não ter formalizado o pedido de abastecimento.
	Promover a interoperacionalidade da RNTIAT com as redes internacionais a que o sistema se encontra ligado, promovendo o desenvolvimento do Mercado Ibérico do GN.	Prevista a implementação das seguintes acções: > Estudo, projecto e instalação de um sistema de parameterização remota da taxa de odorização nas estações GRMS da RNTGN; > Instalação de equipamentos de análise de componentes de enxofre nos diversos pontos de entrada da RNTGN com ligação à rede de gás espanhola.		Estão em curso as acções previstas.
Categoria	Ambiental			
Impacte ambiental	Minimizar a contribuição da REN para a depleção da camada do ozono, através da substituição programada de equipamentos de refrigeração e de ar condicionado que contêm CFC e HCFC.	Na área da electricidade, prosseguir as actividades de substituição, até 2010, dos equipamentos de refrigeração e ar condicionado.	●	Cumprido o plano de substituição de equipamentos para 2007.
	Proseguir o desenvolvimento da sua infra-estrutura em harmoniosa interacção com o meio ambiente, adoptando as melhores práticas internacionais.	Na área da electricidade, continuar com as iniciativas e actividades previstas nos processos de Avaliação de Impacte Ambiental de novos projectos. Executar o segundo ano do Plano de Promoção de Desempenho Ambiental 2006-2008 e manter o certificado ISO 14001. Na área do gás, prosseguir com o desenvolvimento da sua infra-estrutura em harmoniosa interacção com o ambiente, adoptando as melhores práticas internacionais.	●	Realizado um conjunto de actividades: Estudos de Impacte Ambiental (EIA), Declarações de Impacte Ambiental (DIA) e Relatórios de Conformidade Ambiental dos Projectos de Execução (RECAPE), medidas mitigadoras, Plano de Promoção do Desempenho Ambiental (PPDA). Renovada a certificação ambiental (ISO 14001:2004). Elaboradas em 2007 as primeiras propostas dos PPDA das três empresas de gás.
	Implementar medidas de minimização do ambiente sonoro na envolvente de subestações, sempre que técnica e economicamente viáveis.	Reavaliar globalmente o ambiente sonoro na envolvente das instalações da empresa em função da publicação do Regime Legal de Poluição Sonora. Na área da electricidade, desenvolver o trabalho previsto no Protocolo REN/IDAD (Instituto do Ambiente e Desenvolvimento) para consolidar metodologias e apresentação de propostas à Autoridade Competente (Agência Portuguesa do Ambiente).	●	Concluída a execução do Protocolo REN/IDAD e identificadas as acções de monitorização para 2008.
	Minimizar o impacte paisagístico das subestações, de forma a preservar os valores cénicos das suas envolventes.	Proseguir, até 2008, com os trabalhos de integração paisagística nas subestações de Palmela, Fernão Ferro e Custóias.	●	Concluídos os trabalhos de integração paisagística nas referidas instalações.

Redes energéticas			Realizações em 2007	
Assuntos	Compromissos/objectivos	Acções previstas para o triénio 2007-2009	Estado	Comentários
Categoria	Ambiental			
Impacte ambiental	Minimizar o risco de contaminação de solos e recursos hídricos, através do estímulo dos prestadores de serviços externos à adopção de boas práticas ambientais em todos os trabalhos realizados para a REN.	Na área da electricidade, divulgar a nova Especificação Técnica modular, abrangendo todas as actividades em <i>outsourcing</i> da REN, com os requisitos e exigências ambientais para os prestadores de serviços. Na área do gás, minimizar o risco de contaminação do solo e recursos hídricos, através do estímulo dos prestadores de serviços externos à adopção de boas práticas ambientais em todos os trabalhos realizados.	◐	A Especificação Técnica relativa à gestão ambiental no fornecimento de serviços passou a fazer parte dos cadernos de encargos da Rede Eléctrica Nacional. Prevê-se a extensão desta metodologia às empresas do gás em 2008.
Consumo de recursos básicos	Reduzir o consumo de: papel nos escritórios; electricidade no edifício sede da REN; água para rega e sanitários, nas instalações com captação própria.	Divulgar cartazes com boas práticas para redução dos consumos. Cálculo de indicadores unitários de consumo <i>per capita</i> dos recursos básicos.	●	Foram divulgados cartazes com boas práticas para a redução dos consumos de papel, electricidade e água.
Comunicação ambiental	Desenvolver elementos de comunicação e informação destinados ao público em geral, sob a forma de folhetos impressos e disponíveis na Internet.	Criar um plano de comunicação atendendo ao público-alvo e aos temas mais relevantes a considerar.	●	Concluído.
Categoria	Social			
Diálogo com as partes interessadas	Melhorar a forma de avaliação das expectativas e da satisfação das partes interessadas.	Prosseguir a execução dos três programas do projecto de melhoria do diálogo com as partes interessadas: colaboradores, clientes e outras partes interessadas.	◐	No âmbito do projecto de melhoria do relacionamento com as partes interessadas, baseado na metodologia da norma AA 1000 SES, foi executado o programa clientes com a implementação de um sistema de avaliação da qualidade apercebida e da satisfação do cliente, cujos resultados são referidos neste relatório.
Capital humano	Implementar um sistema de gestão de competências do qual vai resultar um melhor conhecimento das competências necessárias para cada função, das competências que estão a ser utilizadas no desempenho de cada posto de trabalho e das competências de que os colaboradores são titulares.	Implementar o modelo de Gestão de Competências definido em 2006.	◐	Em curso.
	Promover e incentivar as iniciativas dos colaboradores que pretendam recorrer ao RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, mediante o qual, os interessados podem aceder a um certificado, emitido com base no que aprenderam pela experiência de vida, fora dos sistemas formais de educação e formação.	Divulgar e promover junto dos colaboradores esta iniciativa governamental através da distribuição de informação e da facilitação da apresentação de candidaturas.	●	Concluído.

Redes energéticas				Realizações em 2007
Assuntos	Compromissos/objectivos	Acções previstas para o triénio 2007-2009	Estado	Comentários
Categoria	Económico-ambiental			
Contabilidade ambiental	Aperfeiçoar o apuramento de custos e investimentos ambientais de modo a garantir o cumprimento da Directriz Contabilística 29.	Complementar, na área do gás, o que já foi realizado na área da electricidade.	■	Em curso.
	Implementar uma metodologia de registo dos custos e proveitos ambientais que permita uma recolha centralizada da informação.	Complementar, na área do gás, o que já foi realizado na área da electricidade.	■	Em curso.
Eficiência Energética	Promover acções para melhorar a eficiência energética e de qualidade do ar interior das instalações da REN.	Garantir a certificação energética e de qualidade do ar interior de todos os grandes edifícios de serviços da REN. Implementar medidas que promovam a melhoria da eficiência energética, sempre que sejam economicamente viáveis.	○	A iniciar em 2008.
		Implementar equipamentos <i>freecooling</i> nos <i>datacenters</i> da REN de Ermesinde e Sacavém.	○	A iniciar em 2008 no âmbito do programa PPEC da ERSE.
		Participar activamente em iniciativas de promoção da eficiência energética e utilização racional de energia com instituições locais, regionais e locais.	○	A iniciar em 2008.
Categoria	Socioeconómica			
Qualidade de serviço	Dar continuidade ao esforço que vem sendo empreendido para manter e, se possível, melhorar o nível de desempenho da rede de transporte de energia eléctrica, alicerçado num adequado volume de investimentos.	Executar os planos de investimento do triénio, de cerca de 877 milhões de euros (veja-se repartição no final do capítulo sobre o desempenho económico).	■	Em curso. Foram investidos em 2007 cerca de 250 milhões de euros.
	Garantir a continuidade do abastecimento de Gás Natural, de acordo com o "Regulamento da Qualidade de Serviço", publicado pela ERSE, nomeadamente no que respeita à Disponibilidade do Sistema de Transporte.	Dar continuidade, não só, aos "Planos Anuais de Manutenção", como também, aos indispensáveis investimentos no desenvolvimento na rede, como são os propostos e indicados no PDIR intercalar (Plano de Desenvolvimento Infra-estruturas na RNTIAT): > Sistema de Gestão de Manutenção e Integridade do sistema; > Substituição e melhoria de sistemas e equipamentos em final de vida útil ou tecnologicamente obsoletos; > Reforço das capacidades de monitorização, designadamente dos parâmetros de qualidade do Gás Natural recebido, transportado e entregue.	■	Em curso.

Redes energéticas			Realizações em 2007	
Assuntos	Compromissos/objectivos	Acções previstas para o triénio 2007-2009	Estado	Comentários
Categoria	Sustentável			
Política de responsabilidade social	Implementar a política de responsabilidade social.	Rever o código de ética conforme a norma NP 4460-1 e estabelecer o processo de gestão da sua aplicação, considerar a realização de auditorias internas no domínio da ética.	●	Em 2007 foi emitida uma nova versão do código, agora abrangendo todas as empresas do Grupo. A revisão de acordo com a norma NP 4460-1 está prevista para 2009.
		Relançar, agora ao nível do Grupo, a análise e/ou gestão dos riscos e instituir um gabinete de crise.	●	Está em curso a harmonização dos procedimentos de gestão do risco ao nível do Grupo.
		Cooperar no âmbito da Rede Portuguesa <i>Global Compact</i> em iniciativas de divulgação e implementação dos dez princípios e incorporar nos cadernos de encargos novas cláusulas relativas à observância dos princípios do Pacto Global.	●	A REN continua a participar na Rede Portuguesa <i>Global Compact</i> e subscreveu uma declaração das Nações Unidas de combate às Alterações Climáticas. Os cadernos de encargos estão em fase de conclusão da adaptação ao novo código de contratos públicos e de incorporação de cláusulas relativas aos princípios do Pacto Global.
		Formalizar mecanismos de apoio aos colaboradores que potenciem o encaminhamento e tratamento sistemático de situações que se enquadrem nos temas dos direitos humanos e da igualdade de oportunidades.	○	Objectivo a rever/implementar no âmbito da reestruturação em curso.
		Promover o trabalho a tempo parcial e outros mecanismos de apoio à conciliação da vida profissional com a vida familiar.	○	Objectivo a rever/implementar no âmbito da reestruturação em curso.
		Implementar a nova metodologia de gestão dos riscos ambientais.	●	Metodologia implementada na Rede Eléctrica Nacional. Prevê-se a aplicação às restantes empresas durante 2008.
		Dialogar com os fornecedores sobre as declarações de política da qualidade, ambiente e segurança e responsabilidade social, obter a sua adesão expressa e fomentar o desenvolvimento de planos de acção para a sua aplicação prática.	●	Desenvolvidas diversas iniciativas, incluindo seminários e prémios de segurança a fornecedores.

The background of the page is a photograph of a landscape. In the foreground, there are green fields and some trees. In the middle ground, there is a river or a large body of water, and a power station or industrial facility with several tall chimneys. In the background, there are green hills under a clear blue sky. Several high-voltage power lines run diagonally across the sky from the bottom right towards the top left.

Anexo 2

Referências cruzadas
Indicadores GRI e
Suplemento do sector eléctrico



REFERÊNCIAS CRUZADAS

INDICADORES GRI E SUPLEMENTO DO SECTOR ELÉCTRICO

PERFIL				
Ref.	Descrição	GC	Relatório Reporte	Página
Estratégia e análise				
1.1	Mensagem do presidente	-	●	7
1.2	Impactes, riscos e oportunidades	-	●	33, 82-87
Perfil organizacional				
2.1	Denominação	-	●	12
2.2	Marcas e serviços	-	●	12
2.3	Estrutura operacional	-	●	13
2.4	Sede social	-	●	13
2.5	Países em que opera	-	●	13
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	-	●	13
2.7	Mercados abrangidos	-	●	13-14
2.8	Dimensão	-	●	15
2.9	Principais alterações	-	●	16
2.10	Prémios	-	●	17
EU1	Capacidade instalada (MW), discriminada por fonte de energia e por país ou regime regulatório	-	○	-
EU2	Número de clientes domésticos, industriais e comerciais	-	○	-
EU3	Comprimento de linhas de transporte	-	●	17
Parâmetros para o relatório				
Perfil do relatório				
3.1	Período abrangido	-	●	18
3.2	Data do último relatório	-	●	18
3.3	Ciclo de publicação	-	●	18
3.4	Contacto	-	●	18
Âmbito e limites do relatório				
3.5	Definição do conteúdo	-	●	18-19
3.6	Limites	-	●	20
3.7	Limitações específicas	-	●	20
3.8	Base para a elaboração	-	●	20
3.9	Técnicas de medição e bases de cálculo	-	●	21, 104-109
3.10	Reformulações	-	●	21
3.11	Alterações significativas	-	●	21
Índice do conteúdo GRI				
3.12	Índice do conteúdo GRI	-	●	21, 91-97
Verificação				
3.13	Verificação	-	●	22
Governança, compromissos e envolvimento				
Governança				
4.1	Estrutura de governação	-	●	*12-19
4.2	Papel do presidente	-	●	*16
4.3	Administradores independentes e/ou não-executivos	-	●	*14-15
4.4	Mecanismos de comunicação com accionistas e trabalhadores	-	●	*22-23, *28-29,
				*40-43
4.5	Relação entre remuneração e desempenho organizacional	-	●	*36
4.6	Conflitos de interesse	-	●	*12
4.7	Qualificações e competências dos administradores	-	●	*51-56
4.8	Missão, valores, códigos de conduta e princípios	-	●	32
4.9	Procedimentos de supervisão do desempenho económico, ambiental e social	-	●	*40-43

PERFIL						
Ref.	Descrição	Tipo	GC	Relatório Reporte	Página	Razão da omissão
4.10	Processos para avaliação do desempenho da administração		-	●	*36	Relatório de governo societário
Compromissos com iniciativas externas						
4.11	Abordagem ao princípio da precaução		7	●	23	
4.12	Participação em iniciativas		-	●	23	
4.13	Participação em associações		-	●	24	
Envolvimento das partes interessadas						
4.14	Lista das partes interessadas		-	●	25	
4.15	Base para identificação e selecção das partes interessadas		-	●	25	
4.16	Abordagens para envolver as partes interessadas		-	●	25-27, *40-41	
4.17	Questões e preocupações das partes interessadas e respectiva resposta		-	●	25-27	
DESEMPENHO ECONÓMICO						
	Abordagem de gestão	E	-	●	13, 17, 36-39 41-43, 70-71, 82-87	
Disponibilidade e fiabilidade						
EU5	Disponibilidade e fiabilidade do abastecimento de energia	E	-	●	39-40	
Gestão da procura						
EU6	Programas de gestão da procura, incluindo programas residenciais, comerciais e industriais	E	-	O	-	Sem relevância
Investigação e desenvolvimento						
EU7	Abordagem de investigação e desenvolvimento	E	-	O	-	Sem materialidade
Descomissionamento de centrais						
EU8	Provisões para descomissionamento de centrais nucleares	E	-	O	-	Sem relevância
Desempenho económico						
EC1	Criação e distribuição de valor	E	-	●	36-37	
EC2	Implicações financeiras das alterações climáticas	E	-	O	-	Reporte versão Web
EC3	Segurança na reforma	E	-	●	37, 39	
EC4	Comparticipações financeiras ao investimento	E	-	O	-	Reporte versão Web
Presença no mercado						
EC5	Salários	A	-	O	-	Reporte versão Web
EC6	Contratação de fornecedores	E	-	O	-	Reporte versão Web
EC7	Contratação de quadros dirigentes	E	-	O	-	Reporte versão Web
Impactes económicos indirectos						
EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i>	E	-	O	-	Sem relevância
EC9	Impactos económicos indirectos	A	-	●	41-42	
Disponibilidade e fiabilidade						
EU9	Cobertura da procura no longo prazo (incluindo reserva)	E		●	39	
Gestão da procura						
EU10	Poupança de energia (MW) estimada de acordo com programas de gestão da procura	E	-	O	-	Sem relevância
EU11	Poupança de energia (MW) estimada de acordo com programas de gestão da procura, segmentada por clientes residenciais, comerciais e industriais	E	-	O	-	Sem relevância
Eficiência do sistema						
EU12	Eficiência de geração média, por fonte de energia e por país ou regime regulatório	E	-	O	-	Sem relevância
EU13	Eficiência no transporte e distribuição de energia	E		●	39-40	

DESEMPENHO AMBIENTAL – REDE ELÉCTRICA NACIONAL

Ref.	Descrição	Tipo	GC	Relatório Reporte	Página	Razão da omissão
	Abordagem de gestão	-	-	●	30-31, 46-50, 71, 82-87	
Materiais						
EN1	Consumo de materiais	E		○	-	Reporte versão Web
EN2	Percentagem de materiais reciclados utilizados	E	8+9	○	-	Reporte versão Web
Energia						
EN3	Consumo directo de energia	E		○	-	Reporte versão Web
EN4	Consumo indirecto de energia	E		●	53-54	
EN5	Conservação de energia e melhoria de eficiência	A	8+9	○	-	Reporte versão Web
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo alcançadas	A	8+9	○	-	Sem relevância
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas	A	8+9	○	-	Sem materialidade
Água						
EN8	Consumo total de água	E		○	-	Reporte versão Web
EN9	Afectação de recursos hídricos por extracção de água	A		○	-	Sem relevância
EN10	Água reciclada e reutilizada	A	8+9	○	-	Sem relevância
Biodiversidade						
EN11	Terrenos em áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas.	E		●	58-59	
EU14	Comparação entre a biodiversidade dos habitats recuperados e a dos habitats originais	E		○	-	Sem relevância
EN12	Impactes significativos sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas	E		●	59-62	
EN13	Habitats protegidos ou recuperados	A	8	●	60-62	
EN14	Gestão de impactes na biodiversidade	A	8	●	60-62	
EN15	Número de espécies referidas na Lista Vermelha da IUCN	A		○	-	Reporte versão Web
Emissões, efluentes e resíduos						
EN16	Emissões directas e indirectas de gases com efeito de estufa	E		●	56	
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	E		●	56	
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	A	8+9	●	57	
EN19	Emissões de gases delectores da camada de ozono	E		○	-	Sem relevância
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	E		○	-	Sem materialidade
EN21	Rejeição de águas residuais	E	8	○	-	Sem relevância
EN22	Produção de resíduos por tipo e destino final	E	8	●	57-58	
EN23	Ocorrências de derrames em actividades	E		●	63	
EN24	Produção de resíduos segundo a Convenção de Basileia	A		●	58	
EN25	Afectação de recursos hídricos e respectivos habitats por rejeição de águas residuais	A		○	-	Sem relevância
Produtos e serviços						
EN26	Iniciativas para avaliar e mitigar impactes ambientais	E	8+9	●	48-49	
EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens	E	8+9	○	-	Sem relevância
Conformidade						
EN28	Processos e multas por incumprimento de legislação sobre assuntos ambientais	E		●	63	
Transporte						
EN29	Impactes ambientais resultantes do transporte	A		○	-	Sem materialidade
Geral						
EN30	Custos e investimentos com protecção ambiental	A	8	●	62-63	

DESEMPENHO AMBIENTAL – REDE DE GÁS - GASODUTOS

Ref.	Descrição	Tipo	GC	Relatório Reporte	Página	Razão da omissão
	Abordagem de gestão	-	-	●	30-31, 46-50, 71, 82-87	
Materiais						
EN1	Consumo de materiais	E		○	-	Reporte versão Web
EN2	Percentagem de materiais reciclados utilizados	E	8+9	○	-	Reporte versão Web
Energia						
EN3	Consumo directo de energia	E		●	53-54	
EN4	Consumo indirecto de energia	E		●	53-54	Sem materialidade
EN5	Conservação de energia e melhoria de eficiência	A	8+9	○	-	Sem materialidade
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo alcançadas	A	8+9	○	-	Sem relevância
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas	A	8+9	○	-	Sem materialidade
Água						
EN8	Consumo total de água	E		○	-	Sem materialidade
EN9	Afectação de recursos hídricos por extracção de água	A		○	-	Sem materialidade
EN10	Água reciclada e reutilizada	A	8+9	○	-	Sem relevância
Biodiversidade						
EN11	Terrenos em áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas.	E		●	58-59	
EN12	Impactes significativos sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas.	E		●	50	
EN13	Habitats protegidos ou recuperados	A	8	●	50	
EN14	Gestão de impactes na biodiversidade	A	8	●	50	
EN15	Número de espécies referidas na Lista Vermelha da IUCN	A		○	-	Sem materialidade
Emissões, efluentes e resíduos						
EN16	Emissões directas e indirectas de gases com efeito de estufa	E		●	56	
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	E		●	56	Sem materialidade
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	A	8+9	○	-	Indicador material Informação não disponível
EN19	Emissões de gases delectores da camada de ozono	E		○	-	Sem relevância
EN20	NO _x , SO _x e outras emissões atmosféricas significativas	E		○	-	Sem materialidade
EN21	Rejeição de águas residuais	E	8	○	-	Sem materialidade
EN22	Produção de resíduos por tipo e destino final	E	8	○	-	Sem materialidade
EN23	Ocorrências de derrames em actividades	E		○	-	Sem materialidade
EN24	Produção de resíduos segundo a Convenção de Basileia	A		○	-	Sem relevância
EN25	Afectação de recursos hídricos e respectivos habitats por rejeição de águas residuais	A		○	-	Sem relevância
Produtos e serviços						
EN26	Iniciativas para avaliar e mitigar impactes ambientais	E	8+9	●	49	
EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens	E	8+9	○	-	Sem relevância
Conformidade						
EN28	Processos e multas por incumprimento de legislação sobre assuntos ambientais	E		●	63	
Transporte						
EN29	Impactes ambientais resultantes do transporte	A		○	-	Sem materialidade
Geral						
EN30	Custos e investimentos com protecção ambiental	A	8	●	62-63	

DESEMPENHO AMBIENTAL – REDE DE GÁS - ARMAZENAGEM

Ref.	Descrição	Tipo	GC	Relatório Reporte	Página	Razão da omissão
	Abordagem de gestão	-	-	●	30-31, 46-50, 71, 82-87	
Materiais						
EN1	Consumo de materiais	E		○	-	Sem materialidade
EN2	Percentagem de materiais reciclados utilizados	E	8+9	○	-	Sem materialidade
Energia						
EN3	Consumo directo de energia	E		●	53-54	Sem materialidade
EN4	Consumo indirecto de energia	E		●	53-54	Sem materialidade
EN5	Conservação de energia e melhoria de eficiência	A	8+9	○	-	Sem materialidade
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo alcançadas	A	8+9	○	-	Sem relevância
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas	A	8+9	○	-	Sem materialidade
Água						
EN8	Consumo total de água	E		●	55	
EN9	Afectação de recursos hídricos por extracção de água	A		○	-	Sem materialidade
EN10	Água reciclada e reutilizada	A	8+9	○	-	Sem relevância
Biodiversidade						
EN11	Terrenos em áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas.	E		○	-	Sem materialidade
EN12	Impactes significativos sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas.	E		●	50	
EN13	Habitats protegidos ou recuperados	A	8	●	50	
EN14	Gestão de impactes na biodiversidade	A	8	●	50	
EN15	Número de espécies referidas na Lista Vermelha da IUCN	A		○	-	Sem materialidade
Emissões, efluentes e resíduos						
EN16	Emissões directas e indirectas de gases com efeito de estufa	E		●	56	Sem materialidade
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	E		●	56	Sem materialidade
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	A	8+9	○	-	Sem materialidade
EN19	Emissões de gases delectores da camada de ozono	E		○	-	Sem relevância
EN20	NO _x , SO _x e outras emissões atmosféricas significativas	E		○	-	Sem materialidade
EN21	Rejeição de águas residuais	E	8	●	55	
EN22	Produção de resíduos por tipo e destino final	E	8	○	-	Sem materialidade
EN23	Ocorrências de derrames em actividades	E		○	-	Sem materialidade
EN24	Produção de resíduos segundo a Convenção de Basileia	A		○	-	Sem relevância
EN25	Afectação de recursos hídricos e respectivos habitats por rejeição de águas residuais	A		○	-	Sem relevância
Produtos e serviços						
EN26	Iniciativas para avaliar e mitigar impactes ambientais	E	8+9	●	49	
EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens	E	8+9	○	-	Sem relevância
Conformidade						
EN28	Processos e multas por incumprimento de legislação sobre assuntos ambientais	E		●	63	
Transporte						
EN29	Impactes ambientais resultantes do transporte	A		○	-	Sem materialidade
Geral						
EN30	Custos e investimentos com protecção ambiental	A	8	●	62-63	

DESEMPENHO AMBIENTAL – REDE DE GÁS - TERMINAL

Ref.	Descrição	Tipo	GC	Relatório Reporte	Página	Razão da omissão
	Abordagem de gestão	-	-	●	30-31, 46-50, 71, 82-87	
Materiais						
EN1	Consumo de materiais	E		○	-	Sem materialidade
EN2	Percentagem de materiais reciclados utilizados	E	8+9	○	-	Sem materialidade
Energia						
EN3	Consumo directo de energia	E		●	53-54	Sem materialidade
EN4	Consumo indirecto de energia	E		●	53-54	
EN5	Conservação de energia e melhoria de eficiência	A	8+9	○	-	Sem materialidade
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo alcançadas	A	8+9	○	-	Sem relevância
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas	A	8+9	○	-	Sem materialidade
Água						
EN8	Consumo total de água	E		●	54	
EN9	Afectação de recursos hídricos por extracção de água	A		○	-	Sem materialidade
EN10	Água reciclada e reutilizada	A	8+9	○	-	Sem relevância
Biodiversidade						
EN11	Terrenos em áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas.	E		○	-	Sem materialidade
EN12	Impactes significativos sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas.	E		●	50	
EN13	Habitats protegidos ou recuperados	A	8	●	50	
EN14	Gestão de impactes na biodiversidade	A	8	●	50	
EN15	Número de espécies referidas na Lista Vermelha da IUCN	A		○	-	Sem materialidade
Emissões, efluentes e resíduos						
EN16	Emissões directas e indirectas de gases com efeito de estufa	E		●	56	Sem materialidade
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	E		●	56	
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	A	8+9	○	-	Indicador material - - Informação não disponível
EN19	Emissões de gases depletores da camada de ozono	E		○	-	Sem relevância
EN20	NO _x , SO _x e outras emissões atmosféricas significativas	E		○	-	Sem materialidade
EN21	Rejeição de águas residuais	E	8	●	54	
EN22	Produção de resíduos por tipo e destino final	E	8	○	-	Sem materialidade
EN23	Ocorrências de derrames em actividades	E		○	-	Sem materialidade
EN24	Produção de resíduos segundo a Convenção de Basileia	A		○	-	Sem relevância
EN25	Afectação de recursos hídricos e respectivos habitats por rejeição de águas residuais	A		○	-	Sem relevância
Produtos e serviços						
EN26	Iniciativas para avaliar e mitigar impactes ambientais	E	8+9	●	60	
EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens	E	8+9	○	-	Sem relevância
Conformidade						
EN28	Processos e multas por incumprimento de legislação sobre assuntos ambientais	E		●	63	
Transporte						
EN29	Impactes ambientais resultantes do transporte	A		○	-	Sem relevância
Geral						
EN30	Custos e investimentos com protecção ambiental	A	8	●	62-63	

DESEMPENHO SOCIAL

Ref.	Descrição	Tipo	GC	Relatório Reporte	Página	Razão da omissão
	Abordagem de gestão	-	-	●	67,68-69,70-72,73,82-87	
Práticas laborais e trabalho condigno						
Emprego						
EU15	Retenção e renovação de mão-de-obra especializada	E		●	70	
LA1	Trabalhadores por tipo de emprego, contrato e região	E		●	67-68	
EU16	Média de Trabalhadores subcontratados	E		●	72	
EU17	Formação de trabalhadores subcontratados	E		●	73	
LA2	Rotatividade por faixa etária, género e região	E	6	●	68	
LA3	Benefícios para trabalhadores a tempo inteiro	A		○	-	Reporte versão Web
Relações entre funcionários e administração						
LA4	Trabalhadores abrangidos por acordos de negociação colectiva	E	3	●	67-68	
LA5	Prazos mínimos de aviso prévio em relação a mudanças operacionais	E	3	○	-	Reporte versão Web
Segurança e saúde no trabalho						
LA6	Trabalhadores representados em comissões de segurança e saúde ocupacional	A		●	71	
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos resultantes da actividade laboral, por região	E		●	71-72	
LA8	Programas relacionados com doenças graves	E		○	-	Sem materialidade
LA9	Segurança e saúde abrangidos por acordos formais com sindicatos	A		○	-	Sem materialidade
Formação e educação						
LA10	Formação anual por trabalhador	E		●	68, 70	
LA11	Programas de gestão de competências	A		●	70	
LA12	Trabalhadores com avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreira	A		○	-	Reporte versão Web
Diversidade e igualdade de oportunidades						
LA13	Efectivos por indicadores de diversidade	E	6	●	68	
LA14	Rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções	E	6	●	69	
Direitos humanos						
Práticas de investimento e de aquisições						
HR1	Acordos de investimento com cláusulas sobre direitos humanos	E	1+2	●	73	
HR2	Fornecedores avaliados quanto a direitos humanos	E	2	●	73	
HR3	Formação dos trabalhadores em direitos humanos	A	1	●	73	
Não-discriminação						
HR4	Casos de discriminação e acções tomadas	E	6	○	-	Sem relevância
Liberdade de associação e acordo de negociação colectiva						
HR5	Risco de liberdade de associação e negociação colectiva	E	3	○	-	Sem relevância
Trabalho infantil						
HR6	Risco de trabalho infantil	E	5	○	-	Sem relevância
Trabalho forçado e escravo						
HR7	Risco de trabalho forçado ou escravo	E	4	○	-	Sem relevância
Práticas de segurança						
HR8	Pessoal de segurança formado em direitos humanos	A	2	○	-	Sem relevância
Direitos dos povos indígenas						
HR9	Casos de violação de direitos de povos indígenas	A	1	○	-	Sem relevância
Sociedade						
Comunidade						
EU18	Processos decisórios participados pelas comunidades	E	7+8	●	47-50, 74	
EU19	Gestão de impactes resultantes de mudanças/deslocações involuntárias	E		○	-	Sem relevância
EU20	Planeamento e resposta em situações de desastre/emergência	E		●	76	

DESEMPENHO SOCIAL

Ref.	Descrição	Tipo	GC	Relatório Reporte	Página	Razão da omissão
SO1	Gestão de impactes nas comunidades	E	7+8	●	74-76	
EU21	Deslocação de pessoas em resultado da expansão ou construção de centros de produção e linhas de transporte, do ponto de vista económico e físico	E		O	-	Sem relevância
Corrupção						
SO2	Avaliação de riscos de corrupção	E	10	O	-	Sem materialidade
SO3	Formação dos trabalhadores em práticas anti-corrupção	E	10	O	-	Sem materialidade
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	E	10	O	-	Sem relevância
Políticas públicas						
SO5	Posições sobre políticas públicas e prática de lóbingue	E		●	74	
SO6	Financiamento de partidos políticos	A		O	-	Sem relevância
Concorrência desleal						
SO7	Ações judiciais por concorrência desleal, <i>antitrust</i> e práticas de monopólio e seus resultados	A		O	-	Sem relevância
Conformidade						
SO8	Multas e outras sanções por incumprimento legal	E		O	-	Reporte versão Web
Responsabilidade pelo produto						
Acessibilidade						
EU22	Programas, inclusive em parceria com o Governo, para melhorar e manter o acesso aos serviços eléctricos	E		O	-	Sem relevância
Disponibilização de informação						
EU23	Práticas para lidar com barreiras linguísticas, culturais, educativas e físicas de acesso e utilização em condições de segurança dos serviços eléctricos.	E		O	-	Sem relevância
Saúde e segurança do cliente						
PR1	Saúde e segurança relacionada com os produtos e serviços	E		●	71	
PR2	Casos de incumprimento legal relacionados com impactes dos produtos e serviços na saúde e segurança	A		O	-	Reporte versão Web
EU24	N.º de feridos e mortos entre o público, incl. doenças envolvendo os activos	E		●	79	
Rotulagem de produtos e serviços						
PR3	Informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos	E		O	-	Sem relevância
PR4	Casos de incumprimento legal relacionados com rotulagem	A		O	-	Sem relevância
PR5	Satisfação do cliente	A		O	-	Reporte versão Web
Comunicações de marketing						
PR6	Leis, normas e códigos relacionados com comunicações de marketing	E		O	-	Sem relevância
PR7	Casos de incumprimento legal relacionados com comunicações de marketing	A		O	-	Sem relevância
Privacidade do cliente						
PR8	Reclamações por violação da privacidade	A		O	-	Sem relevância
Conformidade						
PR9	Multas por incumprimento legal relacionado com a prestação e o uso dos produtos e serviços	E		O	-	Reporte versão Web
Acessibilidade						
EU25	Percentagem de população não abastecida em zonas de distribuição concessionada, por área rural e urbana.	E		O	-	Sem relevância
EU26	Cortes de abast. doméstico e respectiva duração devido a não pagamento	E		O	-	Sem relevância
EU27	Interrupções de abastecimento	E		●	79	
EU28	Média das Interrupções de abastecimento	E		●	79	
EU29	Coefficiente médio de disponibilidade de uma Central por fonte de energia, país e regime regulatório	E		O	-	Sem relevância

GRI – Global Reporting Initiative; GC – *Global Compact*

Reporte de indicadores: ● – Reportado; O – Não reportado

Tipo: E – Essencial; A – Adicional; * Páginas do Relatório do Governo Societário

Anexo 3

Indicadores





INDICADORES - DADOS

INDICADORES ECONÓMICOS				
Indicadores GRI - Dados económicos				
Ref.	Descrição	Unidade	2007	2006
EU5	Disponibilidade e fiabilidade do produto		Informação qualitativa	
EC1	Criação e distribuição de valor	M€	315,0	648,8
	Valor acrescentado bruto (VAB)	M€	409,3	298,0
	Valor acrescentado líquido (VAL)	M€	300,3	159,1
	Trabalhadores e corpos gerentes	M€	44,4	35,7
	Accionistas	M€	143,5	494,9
	Instituições financeiras	M€	82,8	42,6
	Estado	M€	43,4	74,8
	Comunidade	M€	0,9	0,8
EC3	Segurança na reforma		Informação qualitativa	
EC9	Impactes económicos indirectos		Informação qualitativa	
EU9	Cobertura da procura no longo prazo (incluindo reserva)		Informação qualitativa	
EU13	Eficiência na transmissão e distribuição de energia		Informação qualitativa	

INDICADORES AMBIENTAIS – REDE ELÉCTRICA				
Indicadores GRI - Dados ambientais - Rede eléctrica				
Ref.	Descrição	Unidade	2007	2006
EN4	Consumo indirecto de energia	GJ	2 123 098	-
EN11	Terrenos em áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas			
	Comprimento das linhas em áreas protegidas ou com elevado valor para a biodiversidade	km	886	865
	Percentagem do total das linhas	-	12%	12%
	Área das subestações em áreas protegidas ou com elevado valor para a biodiversidade	km ²	0,3	0,3
	Percentagem do total das subestações	-	5%	5%
EN12	Impactes significativos sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas		Informação qualitativa	
EN13	Habitats protegidos ou recuperados		Informação qualitativa	
EN14	Gestão de impactes na biodiversidade		Informação qualitativa	
EN16	Emissões directas e indirectas de gases com efeito de estufa	tCO ₂ eq	278 349	268 083
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	tCO ₂ eq	1 349	1 327
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa		Informação qualitativa	
EN22	Produção de resíduos por tipo e destino final			
	Quantidade total de resíduos não perigosos	t	25 345	14 430
	Quantidade total de resíduos perigosos	t	1 603	666
	Quantidade total de resíduos valorizados	t	24 767	13 719
	Quantidade total de resíduos eliminados	t	2 181	1 377
	Quantidade total de resíduos armazenados	t	0	0
EN23	Ocorrências de derrames em actividades	-	3	10
EN24	Produção de resíduos segundo a Convenção de Basileia (óleos com PCBs)	t	6	0
EN26	Iniciativas para avaliar e mitigar impactes ambientais		Informação qualitativa	
EN28	Processos e multas por incumprimento de legislação sobre assuntos ambientais	n.º/€	0	0
EN30	Custos e investimentos com protecção ambiental	k€	5 653	3 077

INDICADORES AMBIENTAIS – REDE DE GÁS – GASODUTOS**Indicadores GRI - Dados ambientais - Rede de gás - Gasodutos**

Ref.	Descrição	Unidade	2007	2006
EN3	Consumo directo de energia	GJ	227 025	
EN4	Consumo indirecto de energia	GJ	12 586	
EN11	Terrenos em áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade			
	Gasoduto em áreas protegidas ou com elevado valor para a biodiversidade	km	127	
	Percentagem do total de gasoduto	-	10%	
	Estações em áreas protegidas ou com elevado valor para a biodiversidade	km²	0,08	
	Percentagem do total das estações	-	9%	
EN12	Impactes significativos sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas.			Informação qualitativa
EN13	Habitats protegidos ou recuperados			Informação qualitativa
EN14	Gestão de impactes na biodiversidade			Informação qualitativa
EN16	Emissões directas e indirectas de gases com efeito de estufa	tCO ₂ eq	14 149	
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	tCO ₂ eq	681	
EN26	Iniciativas para avaliar e mitigar impactes ambientais			Informação qualitativa
EN28	Processos e multas por incumprimento de legislação sobre assuntos ambientais	n.º/€	0	
EN30	Custos e investimentos com protecção ambiental	k€	546,69	

INDICADORES AMBIENTAIS – REDE DE GÁS – ARMAZENAGEM**Indicadores GRI - Dados ambientais - Rede de gás - Armazenagem**

Ref.	Descrição	Unidade	2007	2006
EN3	Consumo directo de energia	GJ	28 869	
EN4	Consumo indirecto de energia	GJ	22 457	
EN8	Consumo total de água	m³	1 818 210	
	Captação de água subterrânea (lixiviação das cavidades salinas)	m³	1 818 210	
EN12	Impactes significativos sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas.			Informação qualitativa
EN13	Habitats protegidos ou recuperados			Informação qualitativa
EN14	Gestão de impactes na biodiversidade			Informação qualitativa
EN16	Emissões directas e indirectas de gases com efeito de estufa	tCO ₂ eq	4 383	
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	tCO ₂ eq	0	
EN21	Rejeição de águas	m³	1 763 666	
	Encaminhada para utilização noutra empresa	m³	380 271	
	Mar	m³	1 383 395	
EN26	Iniciativas para avaliar e mitigar impactes ambientais			Informação qualitativa
EN28	Processos e multas por incumprimento de legislação sobre assuntos ambientais	n.º/€	0	
EN30	Custos e investimentos com protecção ambiental	k€	5,9	

INDICADORES AMBIENTAIS – REDE DE GÁS – TERMINAL**Indicadores GRI - Dados ambientais - Rede de gás - Terminal**

Ref.	Descrição	Unidade	2007	2006
EN3	Consumo directo de energia	GJ	1 608	
EN4	Consumo indirecto de energia	GJ	134 550	
EN8	Consumo total de água	m³	73 825 495	
	Água potável	m³	10 080	
	Água industrial	m³	14 290	
	Água do mar (circulada)	m³	73 801 125	

Indicadores GRI - Dados ambientais - Rede de gás - Terminal				
Ref.	Descrição	Unidade	2007	2006
EN12	Impactes significativos sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas.			Informação qualitativa
EN13	Habitats protegidos ou recuperados			Informação qualitativa
EN14	Gestão de impactes na biodiversidade			Informação qualitativa
EN16	Emissões directas e indirectas de gases com efeito de estufa	tCO ₂ eq	17 628	
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	tCO ₂ eq	36	
EN21	Rejeição de águas residuais	m ³	73 801 125	
	Água do mar (circulada)	m ³	73 801 125	
EN26	Iniciativas para avaliar e mitigar impactes ambientais			Informação qualitativa
EN28	Processos e multas por incumprimento de legislação sobre assuntos ambientais	n.º/€	0	
EN30	Custos e investimentos com protecção ambiental	k€	31,496	

INDICADORES SOCIAIS

Indicadores GRI - Dados sociais

Ref.	Descrição	Unidade	2007	2006
Práticas laborais e trabalho condigno				
EU15	Retenção e renovação de mão-de-obra especializada			Informação qualitativa
LA1	Trabalhadores por tipo de emprego, contrato e região			
	Total de efectivos	-	802	794
	Tipo de contrato			
	Quadro permanente	-	775	770
	Contrato a termo	-	27	24
	Tipo de emprego	-		
	Tempo inteiro		100%	100%
	Tempo parcial		0%	0%
	Género			
	Homens		644	640
	Mulheres		158	154
	Localização geográfica			
	Norte e Centro	-	183	182
	Lisboa	-	560	558
	Sul (Alentejo e Algarve)	-	59	54
EU16 ²	Média de Trabalhadores subcontratados			
	Número médio de trabalhadores		1 336	1 874
	Horas de trabalho		2 384 225	3 403 705
EU17	Formação de trabalhadores subcontratados			
	Empreiteiros submetidos a formação em áreas da Segurança	-	100%	-
	Empreiteiros com certificação OHSAS 18001/NP 4397	-	28%	-
LA4 ¹	Trabalhadores abrangidos por acordos de negociação colectiva	-	100%	100%
LA6	Trabalhadores representados em comissões de segurança e saúde ocupacional		100%	Informação qualitativa
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos resultantes da actividade laboral, por região			
	Sinistralidade			
	Número de acidentes com e sem baixa	-	14	9
	Índice de frequência ²	-	12,9	9
	Índice de gravidade ²	-	369,3	316,2

Indicadores GRI - Dados sociais

Ref.	Descrição	Unidade	2007	2006
	Índice de incidência ²	-	21,4	15,1
	Com prestadores de serviços			
	Número de acidentes	-	33	34
	Número de óbitos	-	7	0
	Número de dias perdidos	-	378	307
	Número médio de trabalhadores	-	607	597
	Número de horas trabalhadas	-	1 007 249	998 340
	Taxa geral de absentismo	-	2,7%	2,6%
LA10	Formação anual por trabalhador			
	Rede Eléctrica Nacional			
	Dirigentes	Horas	9,80	6,57
	Quadros superiores	Horas	26,12	21,41
	Quadros médios	Horas	22,00	4,66
	Quadros intermédios	Horas	0	0
	Profissionais altamente qualificados e qualificados	Horas	18,64	4,47
	Profissionais semi-qualificados	Horas	7,42	0,18
	Empresas do Gás			
	Dirigentes	Horas	17,44	4,33
	Quadros superiores	Horas	12,09	6,53
	Quadros médios	Horas	33,31	5,32
	Quadros intermédios	Horas	45,00	7,00
	Profissionais altamente qualificados e qualificados	Horas	35,97	11,34
	Profissionais semi-qualificados	Horas	0	0
LA11	Programas de gestão de competências		Informação qualitativa	
LA13	Efectivos por indicadores de diversidade			
	Gestão de topo			
	Homens	-	100%	100%
	Mulheres	-	0%	0%
	Menos de 30 anos	-	0%	0%
	de 30 a 50 anos	-	22%	20%
	Mais de 50 anos	-	78%	80%
	Dirigentes			
	Homens	-	84%	86%
	Mulheres	-	16%	14%
	Menos de 30 anos	-	0%	2%
	de 30 a 50 anos	-	42%	45%
	Mais de 50 anos	-	58%	53%
	Trabalhadores			
	Homens	-	80%	80%
	Mulheres	-	20%	20%
	Menos de 30 anos	-	11%	13%
	de 30 a 50 anos	-	49%	51%
	Mais de 50 anos	-	40%	36%
LA14	Rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções		Informação qualitativa	
Direitos Humanos				
HR1	Acordos de investimento com cláusulas sobre direitos humanos		Informação qualitativa	
HR2	Fornecedores avaliados quanto a direitos humanos		Informação qualitativa	
HR3	Formação dos trabalhadores em direitos humanos		Informação qualitativa	

Indicadores GRI - Dados sociais				
Ref.	Descrição	Unidade	2007	2006
Sociedade				
EU18	Processos decisórios participados pelas comunidades		Informação qualitativa	
EU20	Planeamento e resposta em situações de desastre/emergência		Informação qualitativa	
SO1	Gestão de impactes nas comunidades		Informação qualitativa	
SO5	Posições sobre políticas públicas e prática de lóbingue		Informação qualitativa	
Responsabilidade pelo produto				
PR1	Saúde e segurança relacionada com os produtos e serviços		Informação qualitativa	
EU24	Número de feridos e mortos entre o público, incluindo doenças envolvendo os activos		Informação qualitativa	
EU27 ¹ e EU28 ¹				
Interrupções de abastecimento				
	Número de interrupções	-	7	8
	Duração das interrupções	Minutos	50,1	58,5
	Energia não fornecida	MWh	69,1	42,1
	Tempo de interrupção equivalente	Minutos	0,74	0,57
	Frequência média de interrupção do sistema (SAIFI)	-	0,10	0,13
	Duração média das interrupções do sistema (SAIDI)	Minutos	0,73	0,91
	Tempo médio de reposição de serviço do sistema (SARI)	Minutos	7,16	7,31

¹ Não se aplica às empresas de gás

² Empresas de gás: Informação não disponível

GRI - Global Reporting Initiative

LA; HR; SO; PR - Indicadores Sociais das directrizes GRI

EC - Indicadores Económicos das directrizes GRI

EN - Indicadores Ambientais das directrizes GRI

EU - Indicadores do suplemento sectorial GRI para empresas de electricidade

INDICADORES ECONÓMICOS		
Ref.	Descrição	Definição
EU5	Disponibilidade e fiabilidade do produto	Planeamento necessário à disponibilidade e fiabilidade de energia, a longo e curto prazos.
EU7	Abordagem de investigação e desenvolvimento	Actividade de investigação e desenvolvimento destinada à obtenção de energia eléctrica fiável e económica, e à promoção do desenvolvimento sustentável.
EC1	Criação e distribuição de valor	Valor económico directo criado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de colaboradores, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos a investidores e governos.
EC1.1	Valor acrescentado bruto (VAB)	Valor criado pela actividade da empresa ao longo do ano, sendo calculado através da margem bruta, deduzida de fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e outros proveitos não inerentes ao valor acrescentado pela empresa.
EC1.2	Valor acrescentado líquido (VAL)	Valor acrescentado bruto, líquido de amortizações e provisões.
EC1.3	Trabalhadores e corpos gerentes	Remunerações e encargos sociais relativos aos colaboradores e membros dos órgãos sociais, assim como distribuições aos investidores, a pagar no ano seguinte.
EC1.4	Accionistas	Total de dividendos (distribuição aos investidores, a pagar no ano seguinte) e resultados retidos (resultados líquidos sem dividendos nem participações distribuídas aos trabalhadores).
EC1.5	Instituições financeiras	Total de juros suportados pela empresa, relativos a instituições financeiras.
EC1.6	Estado	Total de impostos pagos, incluindo o imposto sobre o rendimento do exercício.
EC1.7	Comunidade	Total de donativos entregues à comunidade, sob a forma de mecenato cultural e acções de apoio a actividades de natureza cultural, científica, tecnológica e social, relevantes para a sociedade.
EC2	Implicações financeiras das alterações climáticas	Identificação das consequências financeiras para as actividades da empresa, provocadas por mudanças climáticas.
EC3	Segurança na reforma	Relação entre as dotações da REN para um fundo autónomo e as responsabilidades calculadas periodicamente.
EC4	Comparticipações financeiras ao investimento	Quantificação dos apoios financeiros recebidos do Estado pela empresa, no âmbito da sua actividade.
EC5	Salários	Relação entre a menor remuneração paga pela REN a um seu colaborador e o salário mínimo nacional.
EC6	Contratação de fornecedores	Descrição de políticas e processos adoptados pela empresa em termos de qualificação, avaliação e selecção de fornecedores para a realização de projectos e de empreitadas.
EC7	Contratação de quadros dirigentes	Identificação dos critérios utilizados na selecção dos quadros dirigentes da empresa.
EC9	Impactes económicos indirectos	Enumeração e descrição de impactos económicos indirectos significativos, incluindo a sua extensão.
EU9	Cobertura da procura no longo prazo (incluindo reserva)	Metodologia usada na previsão da evolução do sistema electroprodutor português no médio e longo prazo, de modo a garantir um determinado nível de abastecimento.
EU13	Perdas na rede	Diferença entre a energia entrada e a saída no sistema, em relação à energia entrada.

Indicadores Ambientais		
Ref.	Descrição	Definição
EN1	Consumo de materiais	Aquisição de matérias-primas directamente para as actividades da REN (ex: total de óleo utilizado para operações de conservação e manutenção).
EN2	Percentagem de materiais reciclados utilizados	Quociente entre a utilização de produtos reciclados e o consumo de matérias-primas da mesma natureza (ex: quantidade de óleo recuperado que foi novamente integrado em acções de conservação e manutenção e o consumo total de óleo na empresa).
EN3	Consumo directo de energia	Total anual de combustíveis consumidos pela frota de veículos e para funcionamento dos grupos de socorro, bem como gás natural em caldeiras e perdas na rede de transporte.
EN4	Consumo indirecto de energia	Total anual de energia eléctrica consumida em instalações da REN, para iluminação e outros fins e perdas totais de electricidade na rede nacional de transporte.
EN5	Conservação de energia e melhoria de eficiência	Total de poupança de energia devido a acções na área da conservação e eficiência energética.
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas	Redução do número de deslocações dos colaboradores através da realização de videoconferências entre instalações da empresa.
EN8	Consumo total de água	Total de água consumida em instalações da REN, não directamente associada às actividades da empresa, e consumos de água associados aos processos de regaseificação da REN Atlântico e REN Armazenagem.
EN9	Afectação de recursos hídricos por extracção de água	Recursos hídricos afectados por extracção de água para actividades da REN.
EN11	Terrenos em áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas.	Extensão de linhas e gasoduto que atravessam áreas protegidas (englobando as seguintes categorias: Parque nacional, Reserva natural, Parque natural e Monumento natural, segundo DL N.º19/93, de 23 de Janeiro), Sítios da Rede Natura 2000 (definidos à data de 27/09/2004) e Zonas de Protecção Especial) e área das subestações e estações de gás localizadas em áreas sensíveis supra identificadas.
EN12	Impactes significativos sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas.	Descrição dos principais impactes sobre a biodiversidade associados às actividades da REN.
EN13	Habitats protegidos ou recuperados	Descrição das acções desenvolvidas para a conservação da natureza e que incluem a gestão de habitats.
EN14	Gestão de impactes na biodiversidade	Objectivos, programas e metas para proteger e restaurar ecossistemas e espécies nativas em áreas degradadas.
EN15	Número de espécies referidas na Lista Vermelha da IUCN	Identificação de espécies consagradas na lista vermelha da UICN para a zona de Portugal, com áreas de distribuição atravessadas pelas infra-estruturas da REN.
EN16	Emissões directas e indirectas de gases com efeito de estufa	Quantidade total de emissões de gases com efeito de estufa, emitidos directamente (SF ₆ usado como isolador dieléctrico, CH ₄ das purgas do gasoduto e CO ₂ da queima das caldeiras) e indirectamente através do consumo de electricidade e das perdas na rede.
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	Emissões indirectas de CO ₂ , associadas à utilização do transporte automóvel para deslocações em serviço.
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	Descrição das iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, directas e indirectas, associadas à actividade da Rede Eléctrica Nacional.
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	Emissões de NOx, CO e poluentes associados à queima de gás natural em caldeiras.
EN21	Rejeição de águas residuais	Rejeição de águas residuais associadas ao processo de regaseificação do GNL e lixiviação das cavernas para o armazenamento subterrâneo.

Indicadores Ambientais		
Ref.	Descrição	Definição
EN22	Produção de resíduos por tipo e destino final	Quantidade total de resíduos por tipo (resíduos perigosos e não perigosos de acordo com a Portaria 209/2004 de 3 de Março que aprovou a lista europeia de resíduos) e por destino final (eliminação e valorização).
EN23	Ocorrências de derrames em actividades	Número total de registos de ocorrências relacionadas com derrames de produtos químicos, óleos ou combustíveis no solo ou na água.
EN24	Produção de resíduos segundo a Convenção de Basileia	Total anual da produção de resíduos considerados prejudiciais segundo a Convenção de Basileia.
EN26	Iniciativas para avaliar e mitigar impactes ambientais	Avaliação de impactes efectuada no âmbito do cumprimento da legislação e da avaliação de significância efectuada na vertente ambiental do sistema integrado de gestão.
EN28	Processos e multas por incumprimento de legislação sobre assuntos ambientais	Identificação de processos de contra-ordenação e notificação apresentados por entidades externas à REN.
EN30	Custos e investimentos com protecção ambiental	Custos e proveitos anuais considerados de índole ambiental.

INDICADORES SOCIAIS		
Ref.	Descrição	Definição
EU15	Retenção e renovação de mão-de-obra especializada	Políticas e incentivos para a manutenção e evolução de competências do quadro pessoal: estabilidade contratual; política salarial competitiva; perspectivas de evolução de carreira; desenvolvimento das competências pessoais e profissionais; comparticipação monetária e dispensa horária para prosseguimento dos estudos (pós-graduações; doutoramentos, etc.).
LA1	Trabalhadores por tipo de emprego, contrato e região	O tipo de emprego é a tempo inteiro e a tempo parcial. O tipo de contrato é sem termo (quadro permanente) e a termo certo. As regiões são as do território de Portugal continental.
EU16	Média de Trabalhadores subcontratados	Média de trabalhadores contratados nas áreas de projecto, de gestão das servidões e empreitadas de construção de linhas e subestações e trabalhos de conservação das infra-estruturas da RNT. Em menor escala, contabiliza-se a prestação de serviços na área dos sistemas de informação e telecomunicações e nas áreas de vigilância/segurança, estafetagem, limpeza, jardinagem, refeitórios e manutenção de edifícios, sendo reportadas somente as prestações de serviços às quais se associa um factor de risco que a Rede Eléctrica considera relevante.
EU17	Formação de trabalhadores subcontratados	Acções de formação em segurança de trabalhadores dos empreiteiros que executam trabalhos nas áreas de construção e conservação de linhas e subestações.
LA2	Rotatividade por faixa etária, género e região	Percentagem de trabalhadores que saíram da empresa em relação ao total de efectivos no final do ano.
LA3	Benefícios para trabalhadores a tempo inteiro	Incluem seguro de acidentes pessoais; cuidados de saúde preventiva e curativa; complemento de pensões; energia a preços reduzidos para consumo doméstico; prémios de assiduidade e antiguidade; subsídio de estudo a colaboradores, descendentes e pensionistas (rede eléctrica).
LA4	Trabalhadores abrangidos por acordos de negociação colectiva	Percentagem do total de trabalhadores abrangidos pelo acordo subscrito com as associações sindicais (rede eléctrica).
LA5	Prazos mínimos de aviso prévio em relação a mudanças operacionais	Prazos que decorrem dos preceitos do Código do Trabalho.
LA6	Trabalhadores representados em comissões de segurança e saúde ocupacional	Percentagem do total de trabalhadores representada na comissão de segurança, higiene e saúde.
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos resultantes da actividade laboral, por região	Relação entre a soma das ausências remuneradas – por doença, sinistro, maternidade e outras razões – com as ausências não remuneradas, em relação ao total de horas teóricas.

Indicadores Sociais		
Ref.	Descrição	Definição
LA8	Programas relacionados com doenças graves	São consideradas as acções de esclarecimento/sensibilização.
LA9	Segurança e saúde abrangidos por acordos formais com sindicatos	Regulamento de segurança, higiene e saúde no trabalho, anexo IV do Acordo Colectivo de Trabalho.
LA10	Formação anual por trabalhador	Número médio de horas de formação realizado por ano por empregado, incluindo formação interna e externa.
LA11	Programas de gestão de competências	Conhecimento das competências exigíveis para a função/posto de trabalho e das tituladas pelos trabalhadores.
LA12	Trabalhadores com avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreira	Instrumento de gestão para medir anualmente o efectivo desempenho de cada trabalhador aproveitado como contribuição no desenvolvimento da carreira profissional.
LA13	Efectivos por indicadores de diversidade	Para os grupos de gestão de topo, dirigentes e trabalhadores, contagem por género e por faixa etária.
LA14	Rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções	Não existe diferenciação salarial entre homens e mulheres, aquando da contratação.
HR1	Acordos de investimento com cláusulas sobre direitos humanos	Documentos contratuais nas obras de construção e manutenção de infra-estruturas com cláusulas respeitantes à não existência de mão-de-obra ilegal (clandestina; infantil).
HR2	Fornecedores avaliados quanto a direitos humanos	Percentagem de empresas contratadas para obras de construção e manutenção de infra-estruturas submetidas a avaliação do seu desempenho em direitos humanos.
HR3	Formação dos trabalhadores em direitos humanos	Número de horas de formação realizado por ano e por empregado em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos.
EU18	Processos decisórios participados pelas comunidades	Formas de colaboração com as diferentes entidades com responsabilidades na gestão de parcelas do território onde as infra-estruturas são instaladas (entidades e organismos públicos, autarquias, ONGA, proprietários, associações de moradores, etc.) para a definição de melhores soluções e a sua aplicação prática.
EU20	Planeamento e resposta em situações de desastre/emergência	Descrição das estratégias de recuperação do sistema eléctrico e dos sistemas de informação em cenário de falhas e dos simulacros de teste dos planos de emergência internos.
SO1	Gestão de impactes nas comunidades	Identificação dos instrumentos para a gestão de impactes.
SO2	Avaliação de riscos de corrupção	Identificação dos meios existentes que garantem a transparência dos actos de gestão da empresa.
SO3	Formação dos trabalhadores em práticas anti-corrupção	Identificação de instrumentos existentes que abordam os deveres dos colaboradores no relacionamento com terceiros que previnam actos de corrupção.
SO5	Posições sobre políticas públicas e prática de lóbingue	Participação activa na elaboração e revisão dos regulamentos e no pacote legislativo do sector, assim como na concretização de metas definidas para o sector a nível nacional e europeu.
SO8	Multas e outras sanções por incumprimento legal	Penas por incumprimento de normas jurídicas e regulamentos aplicáveis ao transporte de energia.
PR1	Saúde e segurança relacionada com os produtos e serviços	Identificação de perigos e avaliação de riscos e respectivas acções de minimização.
PR2	Casos de incumprimento legal relacionados com impactes dos produtos e serviços na saúde e segurança	Incidentes de não conformidade com regulamentos ou códigos.
EU24	Número de feridos e mortos entre o público, incluindo doenças envolvendo os activos	Acidentes e mortes ocorridas junto das infra-estruturas, por electrocussão ou queda de materiais, e doenças provocadas pelos campos electromagnéticos.

Indicadores Sociais		
Ref.	Descrição	Definição
PR5	Satisfação do cliente	Sistema de avaliação da qualidade percebida e satisfação do cliente REN (principais agentes do sector: produtores, distribuidores, comercializadores, consumidores, operadores de mercado e congéneres) com base no Modelo de Equações Estruturais.
PR9	Multas por incumprimento legal relacionado com a prestação e o uso dos produtos e serviços	Valor das compensações relativas à qualidade de serviço técnico por incumprimento dos padrões estabelecidos no regulamento da qualidade de serviço.
EU27	Frequência média de interrupção do sistema (SAIFI)	<p>Quociente do número total de interrupções nos pontos de entrega, durante determinado período, pelo número total dos pontos de entrega, nesse mesmo período.</p> <p>O SAIFI corresponde ao número médio de interrupções acidentais de tempo superior a três minutos verificadas nos pontos de entrega num determinado intervalo de tempo (um ano, geralmente).</p> <p>$SAIFI = \text{Número de interrupções de tempo superior a três min/número de pontos de entrega.}$</p>
EU28	Duração média das interrupções do sistema (SAIDI)	<p>Quociente da soma dos tempos das interrupções nos pontos de entrega, durante determinado período, pelo número total dos pontos de entrega, nesse mesmo período.</p> <p>O SAIDI para um determinado período de tempo (um ano, geralmente) é o tempo médio das interrupções acidentais de tempo superior a três minutos nos pontos de entrega.</p> <p>$SAIDI = \Sigma \text{Tempo total das interrupções de tempo superior a três min/número de pontos de entrega.}$</p>

Anexo 4

Relatório de Verificação





RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO



PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3.^a
1009-016 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 569 000
Fax +351 213 569 999

Ao Conselho de Administração da
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Relatório de verificação independente do Relatório de Sustentabilidade 2007

Introdução

Fomos solicitados pelo Conselho de Administração da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., (REN), para procedermos à verificação independente do "Relatório de Sustentabilidade 2007 - Versão Condensada" (Relatório), no que respeita aos indicadores listados no âmbito abaixo e incluídos na secção "Anexo 2 – Referências cruzadas – Indicadores GRI e Suplemento do Sector Eléctrico", e que se encontram nas várias secções do Relatório. A verificação foi efectuada de acordo com as instruções e critérios definidos pela REN, referidos e divulgados no Relatório, e com os princípios e a abrangência descritos no âmbito.

Responsabilidades

O Conselho de Administração da REN é responsável pela preparação do Relatório e divulgação da informação de desempenho apresentada e seus critérios de avaliação bem como pelos sistemas de controlo interno, processos de recolha, agregação, validação e relato da mesma. A nossa responsabilidade consiste na elaboração de um relatório contendo o nosso parecer sobre a adequação daquela informação baseada nos procedimentos de verificação independente que efectuámos e por referência aos termos acordados. Não assumimos qualquer responsabilidade perante qualquer outro propósito, pessoas ou organizações. Qualquer utilização que venha a ser feita por qualquer terceiro dos dados deste relatório é da sua inteira responsabilidade e risco.

Âmbito

Os nossos procedimentos de revisão foram planeados e executados de acordo com o *International Standard on Assurance Engagements 3000* (ISAE 3000), e com referência ao *Global Reporting Initiative*, versão 3 (GRI3), de forma a obter um grau moderado de segurança sobre a adequação da informação constante do Relatório bem como dos sistemas e processos que lhe servem de suporte. A extensão dos nossos procedimentos é menor que a de uma auditoria e, por consequência, o nível de fiabilidade é mais baixo, consistindo em indagações e testes analíticos e algum trabalho substantivo.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3.^a, 1009 - 217 Lisboa
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o nº 506 628 752 (ex nº. 11912)

Inscrita na lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183
NIPC 506 628 752 Capital Social Euros 292.000
Inscrita na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077



REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

A nossa verificação teve por âmbito a informação qualitativa e quantitativa de desempenho económico, ambiental e social, referente aos indicadores de desempenho do GRI3 e do Suplemento Sectorial listados no "Anexo III – Indicadores – Dados" do Relatório, a qual foi preparada por referência aos critérios de avaliação contidos no "Anexo III – Indicadores – Definições" do Relatório.

Relativamente à verificação da auto avaliação feita pela gestão dos níveis de conformidade do *Global Reporting Initiative*, versão 3 (GRI3), e tendo por base o *GRI's Reporting Framework Application Levels*, o nosso trabalho limitou-se a verificar a consistência com os requisitos no que respeita à existência de dados e informação mas não à qualidade ou veracidade dos mesmos.

Nesta verificação independente, os nossos procedimentos consistiram em:

- (i) Indagações à gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;
- (ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;
- (iii) Verificar numa base de amostra a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;
- (iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
- (v) Executar, numa base de amostra, alguns procedimentos de consubstanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada, e
- (vi) Confirmar a existência de dados e informações requeridos para atingir o nível B, auto declarado pela REN, pela aplicação dos níveis do GRI3.

Os dados e informações analisados incluem além dos constantes do Relatório, informação referenciada no Relatório e disponível no Relatório de Governo da Sociedade 2007 e no Relatório e Contas 2007.

Conclusões

Com base no trabalho efectuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato da informação constante do Relatório não estão a funcionar de forma apropriada e que a informação divulgada, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes.

Tendo por base a nossa verificação do Relatório e das Directrizes do GRI3, com os pressupostos incluídos no âmbito, concluímos que o Relatório inclui os dados e a informação requeridos para o nível B previsto no GRI3.

Como auditores externos da entidade, a nossa opinião sobre os dados financeiros está expressa no Relatório e Contas 2007.



REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

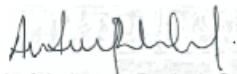
Comentários/Observações

No decorrer do processo de verificação foram identificadas áreas e oportunidades de melhoria, que serão incluídas em relatório para a gestão. Sem prejuízo das conclusões acima apresentadas, consideramos que a REN deverá ter em atenção os seguintes comentários, que visam a melhoria do seu relato de sustentabilidade:

- Neste Relatório, a REN incluiu informação relativa à área do gás, integrada na REN em 2006. Verificou-se no entanto que ainda não se encontra disponível informação referente a esta área para todos os indicadores reportados, nem se encontram uniformizados os procedimentos e metodologias de cálculo utilizados em cada indicador, nas várias áreas da empresa. Recomenda-se à REN a promoção da harmonização de procedimentos e metodologias, que permita a recolha de informação de todas as suas áreas, segundo os mesmos critérios;
- Foram incluídos no Relatório os compromissos e objectivos assumidos pela REN para o triénio 2007-2009. Uma melhoria a introduzir será o estabelecimento de ligação entre as expectativas dos *Stakeholders*, a estratégia da REN e os compromissos e objectivos assumidos. Por outro lado, os critérios utilizados na selecção dos indicadores reportados no Relatório são a significância e a relevância dos impactes. A REN deverá efectuar reflexão sobre este critério, procurando promover, em futuros relatórios, uma maior ligação entre os compromissos assumidos e os indicadores reportados.
- Verificou-se que, para muitos indicadores, os dados apenas são calculados anualmente, não se garantindo um acompanhamento adequado do desempenho da REN. Recomenda-se a implementação de monitorização regular de indicadores, definindo-se para cada indicador a periodicidade de monitorização adequada.

Lisboa, 2 de Setembro de 2008

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, ROC





FICHA TÉCNICA

Edição

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
Avenida dos Estados Unidos da América, 55
1749-061 LISBOA - Portugal
Telefone: 21 001 35 00
Telefax: 21 001 31 50
www.ren.pt

Coordenação da Edição Gráfica

Gabinete de Comunicação e Imagem

Concepção, Design e Produção Gráfica

PLINFO Informação, Lda.
Telefone: 21 793 62 65
plinfo@plinfo.pt
www.plinfo.pt

Fotografia

PLINFO
Fototeca REN

Tiragem

1 200 exemplares

ISSN

1646-771X

Depósito Legal

260907/07

